

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jose Adil Blanco de Lima

**Entre a Crítica e a História: a construção de *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque
de Holanda**

Juiz de Fora

2013

Jose Adil Blanco de Lima

Entre a Crítica e a História: a construção de *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda

Jose Adil Blanco de Lima

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da UFJF, da linha de pesquisa *Imagens, Narrativas e Sociabilidades*, para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Cássio da Silva Fernandes

Juiz de Fora

2013

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo não poderia acontecer, de maneira alguma, sem a contribuição de muitos. Aliás, a lista de pessoas que colaborou, seja de maneira direta ou indireta, com o processo de elaboração desta pesquisa é grande o suficiente para longas páginas. Desta maneira, omissões são, infelizmente, inevitáveis – mas não é assim em todos os agradecimentos

Agradeço primeiramente ao professor Cássio da Silva Fernandes, especialmente pela amizade das conversas, pelas interessantes sugestões e, sobretudo, pela paciência de acompanhar o longo processo de elaboração desta pesquisa.

Devo também agradecimentos aos professores da linha de pesquisa *Narrativas, Imagens e Sociabilidades* com que tive contato na Universidade Federal de Juiz Fora, especialmente Angela Brandão, Célia Aparecida Resende Maia Borges, Maraliz de Castro Vieira Christo e Silvana Mota Barbosa, cujas aulas ampliaram consideravelmente meus conhecimentos. Não poderia esquecer o professor Alexandre Mansur Barata que, juntamente com a professora da UFRRJ Rebeca Gontijo, compôs a banca de qualificação e defesa desta pesquisa. Ambos fizeram-me valiosas sugestões.

Devo deixar também meus agradecimentos ao pessoal da Biblioteca Central da Unicamp, especialmente do setor de Coleções Especiais e Obras Raras, e da Siarq, na mesma universidade. Sem a colaboração dos últimos, esta pesquisa não poderia ter sido realizada.

Além da contribuição de professores, pesquisadores e funcionários, há de se ressaltar a colaboração de amigos e colegas. Essa é a parte onde há o maior número de omissões, diga-se de passagem. De Juiz de Fora, destaco Bruno Maciel, Renato João de Souza, Juliano, Karol Grutchenka, Luiz César e Luiz Fernando. De Campinas, Ana

Carolina, André Carlos, Paulo Julião e Adriana Coimbra. De Curitiba, Helder Silva Lima e Raphael Carvalho.

Embora não tenham colaborado diretamente no processo desta pesquisa, um grande número de amigos colaborou indiretamente com apoio, incentivo e companhia. Graças a eles tive a coragem para terminar a empreitada e as condições necessárias para manter (na medida do possível, é claro) minha sanidade mental! Os nomes são muitos e os agradecimentos, bastante abrangentes, contemplam todos eles. Sintam-se todos devidamente agradecidos.

E, finalmente, mantenho-me amplamente grato aos meus pais, Paulo Rolando e Maria Aparecida, e a minha irmã Janaina, que depositaram muito crédito e confiança em mim.

Obrigado a todos.

SUMÁRIO

Introdução		p.1
Capítulo I	O “eclipse” de <i>Visão do Paraíso</i>	p.6
1.1	Uma tese de cátedra	p.6
1.2	<i>Visão do Paraíso</i> e a historiografia brasileira	p. 12
Capítulo II	Do lado da Crítica	p. 28
2.1	Inéditos de literatura colonial	p. 28
2.2	Histórias da literatura brasileira	p. 32
2.3	O Barroco em questão	p. 53
Capítulo III	Do lado da historiografia	p. 70
3.1	A concepção de história de Sergio Buarque de Holanda	p. 72
3.2	A interpretação do Brasil de Sergio Buarque de Holanda: de <i>Raízes do Brasil</i> à <i>Visão do Paraíso</i>	p. 78
3.3	Motivos edênicos da colonização do Novo Mundo	p. 85
3.4	Entre lusos e castelhanos	p. 98
Considerações Finais		p. 111
Referências Bibliográficas		p. 118

INTRODUÇÃO

Este estudo traz algumas reflexões sobre a obra *Visão do Paraíso* (1959) de Sérgio Buarque de Holanda. O livro em questão – apresentado primeira como tese de concurso universitário em 1958, para a obtenção do cargo de catedrático em História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo – tem importância capital, não apenas na trajetória pessoal de seu autor, mas como também para a historiografia brasileira acadêmica dos últimos anos. Embora tenha sido publicada no final dos anos 1950, *Visão do Paraíso* só atingiria uma repercussão maior, só ganharia mais prestígio entre os historiadores brasileiros, a partir de meados da década de 1980.

O livro publicado em 1959 foi pouco aceito pelos pares de Holanda, obtendo fraca repercussão. Foi alvo de críticas de diversos intelectuais da época, como Hélio Vianna, Francisco Iglésias, Afonso Arinos de Melo Franco, José Wanderley de Araújo Pinho, entre outros.

Buscando compreender as causas e motivos deste “ostracismo” sofrido por *Visão do Paraíso*, no primeiro capítulo desta dissertação se procurou estabelecer algumas relações entre a tese de cátedra de Sérgio Buarque e as reflexões historiográficas brasileiras de sua época.

O diálogo de *Visão do Paraíso* com outras obras da historiografia brasileira não parecia amplo. A tese de cátedra de Sérgio Buarque de Holanda era um estudo que discrepava bastante de boa parte dos ensaios e obras de síntese que mais haviam marcado a vida intelectual brasileira durante a primeira metade do século XX, como *Capítulos de História Colonial* (1907), de Capistrano de Abreu; *populações Meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna; *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr.. Parecia que *Visão do Paraíso* não se atrelava a nenhuma tradição local, não dialogava com nenhuma obra anterior, a não ser as de seu próprio autor.

A discrepância da tese principal de *Visão do Paraíso* (que defendia que os portugueses da época dos descobrimentos eram mais ligados a tradição, conservando consigo aspectos arcaicos e medievais) com a interpretação corrente da época (que sugeria que os portugueses do quinhentos e seiscentos eram precursores do racionalismo moderno) defendida por Joaquim Barbosa e Eduardo d'Oliveira França, certamente teve um papel importante neste “ostracismo”. Entretanto, não parece ser o suficiente para explicar todo o fenômeno.

Sugerimos que a peculiaridade formal da obra em questão - uma espécie híbrida, gerada por uma fusão de práticas oriundas da crítica literária e da história - teve importante papel neste processo. Seria exatamente esta distinção de ordem formal que afastava *Visão do Paraíso* das tendências dominantes do discurso da época, seja do empirismo positivista, dominante entre os catedráticos universitários, dos questionamentos marxistas ou das pesquisas quantitativas, que ganhavam largo prestígio entre os acadêmicos universitários a partir da década de 1960.

A obra de Holanda não buscava se submeter aquilo que Luiz Antônio de Castro Santos denominou de “geografia do prestígio”. Não tinha o intuito de atender aquilo que as instituições e os pares intelectuais da época usavam para distinguir temas relevantes de temas irrelevantes. A forma de *Visão do Paraíso* não se encaixava nos modos de conceber e escrever a história que existiam no Brasil de sua época. Em função disto, o livro permaneceu indecifrável por vários anos.

Reconhecendo a importância deste amálgama entre crítica e história, investigou-se o percurso intelectual de Sérgio Buarque de Holanda nos anos que antecederam a publicação de *Visão do Paraíso*. No segundo capítulo, o foco se detém nas reflexões que Holanda realizou no campo da literatura, crítica literária e história literária, e como estes pensamentos foram se deslocando gradativamente em direção à reflexão histórica.

Os textos de rodapés de crítica literária escritos por Sérgio Buarque de Holanda durante a década de 1950 evidenciam a demanda de produção de histórias da literatura brasileira que acompanhassem os progressos da especialização universitária que se vivenciava naquela época. Neste sentido, buscou-se contrapor as diferentes propostas de

escrita de uma história da literatura brasileira sugerida por Afrânio Coutinho e Sérgio Buarque de Holanda.

Coutinho propunha uma história literária baseada no movimento anglo-americano chamado de *New Criticism*, defendido por expoentes como I.A. Richards, F. R. Leavis, Blackburn, Allen Tate e outros. Defendia, portanto, em *A Literatura no Brasil* (1955), uma análise formal que isolasse o texto literário, uma interpretação que se baseasse exclusivamente em aspectos estéticos-formais do texto.

Sérgio Buarque de Holanda, em contrapartida, mantinha-se receoso frente a valorização exacerbada dos elementos formais das análises de Afrânio Coutinho. O autor de *Raízes do Brasil* inspirava-se, por sua vez, em autores vinculados à filologia romano-germânica, como Leo Spitzer, E.R. Curtius e Erich Auerbach. Sendo fortemente marcada pelo impacto que a sociologia obteve sobre as ciências humanas desde a década de 1920, esta corrente interpretativa crítica era menos presa a grandes armaduras metodológicas, muito erudita e muito preocupada em articular rigorosas análises textuais, sociológicas e históricas. Na mesma linha dos autores germânicos, Sérgio Buarque pretendia escrever uma história literária capaz de encontrar problemáticas de fundo histórico em análises textuais formais.

A história literária de Sérgio Buarque de Holanda não chegou a ser publicada. Pelo menos até que sua esposa, Maria Amélia Buarque de Holanda, encontrasse, nas coisas de seu falecido marido, centenas de páginas datilografadas a respeito da literatura colonial brasileira. Estes escritos, provavelmente redigidos durante a década de 1950, que foram organizados e publicados por Antonio Candido com o título de *Capítulos de Literatura Colonial*, demonstram, não somente a espécie de história literária que o autor propunha, mas também uma forte preocupação de Holanda com o Barroco no Brasil.

Aqui, mais uma vez, os artigos de rodapés de crítica literária nos ajudam a descortinar um forte debate intelectual que se vivenciava no Brasil nos anos 1950 a

respeito do Barroco. Sérgio Buarque de Holanda participou ativamente deste bate-boca, discutindo suas ideias com outros importantes autores como Eduardo d'Oliveira França, Afrânio Coutinho, Antônio Sérgio e Otto Maria Carpeaux. Nestes textos, Holanda preocupava-se especialmente em refletir sobre as vantagens e desvantagens de se utilizar noções oriundas da história da arte e da arquitetura nas reflexões historiográficas e de crítica literária, aproximando cada vez mais suas duas “vocações”.

Se no segundo capítulo buscou-se refletir sobre os questionamentos oriundos da crítica literária, no terceiro a preocupação recai sobre a vocação historiográfica de Holanda. Nesta terceira parte discute-se a concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda, uma concepção de história moderna que se contrapõe à antiga *historia magistral vitae*. Uma concepção de história que, fortemente inspirada nas reflexões de Goethe e Benedetto Croce, pressupõe uma utilidade prática da escrita história para a construção de um futuro.

Tendo a escrita histórica buarqueana a clara função de intervir no presente, buscou-se inserir *Visão do Paraíso* na interpretação da história do Brasil que vinha sendo elaborada pelo autor desde a década de 1930, com a publicação de *Raízes do Brasil*. Para Sérgio Buarque de Holanda, os “obstáculos” que se impõem frente ao processo da construção de um Brasil moderno têm suas raízes em nossa herança colonial – como, por exemplo, a cultura da personalidade ou a confusa distinção entre as esferas pública e privada – ainda permanecem em nosso presente. Holanda mantinha a convicção de que a tomada de consciência destes aspectos indesejáveis nos ajudaria a superá-los.

Assim, em *Visão do Paraíso*, o autor serviu-se dos conhecimentos adquiridos na prática da crítica literária, em especial a pesquisa em tópica sugerida por E.R. Curtius, para desvendar o universo mental de portugueses e espanhóis no processo de descobrimento e colonização do Novo Mundo. Solução interessante que, apesar de ser a causa de um ostracismo de longos anos, traz muitas contribuições às discussões sobre o período presentes em obras de autores como Stephen Greenblatt e Tzvetan Todorov.

Apesar de reconhecer a existência de importantes diferenças nas versões (tese de cátedra, primeira e segunda edição) de *Visão do Paraíso*, esta pesquisa se limita a analisar a segunda edição, escrita em 1968, por ser justamente a versão consagrada e que mais circula atualmente no Brasil. Os textos de cunho jornalístico escritos por Sérgio Buarque e algumas resenhas sobre suas obras encontram-se em parte publicadas em livros, embora a maior parte destes escritos se encontre reunido no arquivo pessoal do autor, localizados na Biblioteca Central da Unicamp.

CAPÍTULO I

O “eclipse” de *Visão do Paraíso*

Uma Tese de Cátedra

Nos anos iniciais da década de 1950, Alfredo Ellis Júnior, professor catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, sofreu alguns problemas graves de saúde e esteve impossibilitado de exercer as suas funções. Nestas tristes circunstâncias, o professor de Política da mesma universidade, Lourival Gomes Machado (antigo conhecido de Antonio Candido e de Holanda), sugeriu o nome de Sérgio Buarque como possível substituto daquela cátedra. De fato, ele parecia o candidato ideal para a vaga; havia uma empatia entre Sérgio Buarque e a USP. A criação desta Universidade estava entre as aspirações dos intelectuais modernistas – grupo em que Holanda se incluía - desde 1922, devido ao interesse destes pela abordagem científica da realidade do país. O autor de *Raízes do Brasil* já havia aceitado diversos convites para a participação de bancas de teses de cátedras nesta instituição. Além disto, nestes anos, Sérgio Buarque gozava de considerável prestígio intelectual. Tinha se destacado com dezenas de artigos e resenhas críticas em seus anos de juventude e de militância modernista; havia publicado *Raízes do Brasil* em uma das editoras mais famosas do país; possuía experiência como professor da extinta Universidade do Distrito Federal nas áreas de história e literatura; trabalhou na Biblioteca Nacional (1943-1946) e dirigiu o Instituto Nacional do Livro (1939-1943) e o Museu Paulista (1946-1956).

Entretanto, apesar de seu currículo intelectual invejável, Sérgio Buarque de Holanda não possuía formação acadêmica na área (formou-se em direito em 1925, embora quase não tenha praticado a profissão), requisito necessário para realização do concurso de cátedra. Assim, o autor de *Raízes do Brasil* se dispôs a fazer um curso de mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, instituição de ensino

superior em que trabalhou como professor de História Econômica do Brasil entre 1947 e 1955. Tendo ingressado no mestrado em 1956, Sérgio Buarque de Holanda defendeu sua dissertação *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos* em 1958, meses antes de prestar o concurso a cátedra de *História da Civilização Brasileira*. Com o diploma de mestre em mãos, Sérgio Buarque pôde defender sua tese para o concurso, que foi intitulada de *Visão do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*.

Publicado em forma de livro no ano seguinte pela editora José Olympio, *Visão do Paraíso* goza atualmente de considerável prestígio entre os intelectuais e historiadores brasileiros. A importância deste estudo de Sérgio Buarque de Holanda vem se tornando cada vez mais nítida, como reconhecem diversos intelectuais contemporâneos (FRANCO, 2008; GALVÃO, 2001; GUIMARÃES, 2008; LIMA, 2002; NICODEMO, 2008; PRADO, 2000; TUNA, 2008; VAINFAS, 1998). O recente seminário acadêmico realizado pelo IEB de título *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda* constitui um bom exemplo deste fenômeno. Antonio Candido, na Conferência de abertura do evento, salientou que, em sua opinião, o livro sobre os mitos edênicos era a maior obra historiográfica realizada no Brasil, e, quiçá, uma das maiores obras da historiografia universal (CANDIDO, 2011).

Na tese de cátedra, Sérgio Buarque de Holanda tinha como objeto de pesquisa os mitos edênicos (crenças inspiradas na teologia medieval de que o Paraíso, longe de ser um conceito abstrato e inatingível, era um lugar distante, porém, ao alcance efetivo dos homens) que povoavam o universo mental de portugueses e castelhanos na época das grandes navegações e conquistas no Novo Mundo, procurando, assim, compreender o papel destes mitos no processo de descobrimento e colonização do Brasil. Para a sua construção, o autor mergulhou na leitura de humanistas italianos e de grande parte da tradição literária ocidental – passando por Homero, Horácio, Dante, Defoe, Coleridge, Padre Vieira, François Villon, Tasso, as novelas de cavalaria, Ronsard, Quevedo, Rabelais, Garcia de Resende, Ovídio, Virgílio, James Joyce, La Fontaine, John Donne, Esopo, Fedro, Camões e muitos outros –, além de diversos viajantes do século XVI

(André Thevet, Jean Léry, Colombo, Vespúcio, Bartolomeu de Las Casas, para citar os mais famosos).

O estudo dos mitos edênicos parece estar em sintonia com as mudanças historiográficas ocorridas nas últimas décadas. Como vem ressaltando François Dosse em seus escritos, as reflexões e produções historiográficas dos últimos 30 anos sofreram, de certa forma, as consequências da queda dos paradigmas totalizantes dominantes nas décadas de 1950 e 1960, a saber, o marxismo e o estruturalismo. Nestes anos os estudos de ciências sociais expressavam-se em pensamentos de desconfiança, com a ideia de que a verdade científica é acessível, porém velada, que é necessário retirar os véus da ilusão sobre a realidade objetiva. Caracterizavam-se por desenvolver um pensamento de descentramento. Portanto, as ciências humanas mais celebradas durante esse período eram as que tinham maior capacidade de expropriar a presença e atestação do sujeito. Os historiadores afastavam-se do tempo curto e passavam a valorizar as durações mais longas, que escapam à ação humana. Assim, a noção de “inconsciente” passou a atuar como elemento unificador das ciências humanas durante os anos 50 e 60, uma pedra angular entre a lingüística, psicanálise, história e etnologia. Na França, país que viveu intensamente os anos estruturalistas, Jacques Lacan propunha uma ligação entre a psicanálise freudiana com a lingüística de Ferdinand Saussure; Claude Lévi-Strauss buscava os elementos inconscientes de tribos indígenas americanas, enquanto a história das mentalidades da terceira geração dos *Annales* se preocupava com a noção de “inconsciente coletivo”. De forma semelhante, as produções marxistas deste mesmo período apontavam para uma participação basicamente inexistente do sujeito, ou majoritariamente determinada por sua inserção na infra-estrutura socioeconômica. Quase sempre, nestes estudos as ações individuais eram inertes e sem rosto (DOSSE, 2001).

Sob a regência de paradigmas estruturantes, portanto, as ciências humanas interpretavam o agir humano como resultado de sistemas explicativos. Assim, o indivíduo não agia, mas era “agido” por sistemas estruturais que determinariam suas possibilidades de ação em seu contexto histórico. Todavia, os acontecimentos dos fins da década de 1960 mostrariam aos intelectuais das humanidades “rachaduras” nestes

paradigmas totalizantes. Vivia-se um claro momento histórico de mudança e transição sócio-cultural, cujo apogeu seria atingido em vários e distintos contextos históricos em 1968. Tratava-se de um momento em que a participação do sujeito histórico demonstrava sua suma importância (DOSSE, 2004).

Somente por volta dos anos 1980, contudo, que a virada das ciências humanas em direção a um novo paradigma passa a se tornar mais clara. Esse novo período, que vigora sob o signo da subjetividade e da individualidade, caracteriza-se, sobretudo, pela reabilitação da parte explícita e reflexiva da ação humana. Não se trata, no entanto, de um simples retorno do sujeito tal como era visto outrora. Mas sim de um deslocamento da investigação para o estudo da consciência, destacando todas as categorias semânticas próprias à ação humana: intenções, vontades, desejos, motivos, sentimentos. Na história essa nova orientação interpretativa implicou levar a sério também a guinada lingüística, atentando para os discursos sobre a ação. Atenta-se, então, para a narração, para a transformação da ação em enredo, mas sem, contudo, fechar-se na discursividade. Valoriza-se, nestes parâmetros, o pesquisador que se restringe a seguir seus atores com máxima fidelidade possível em seu trabalho interpretativo (SILVA, 2002).

A história produzida a partir da década de 1980 passa a aceitar cada vez mais sua faceta narrativa. Compreende-se, assim, a produção historiográfica como uma narrativa do passado construída a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos, e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcada pela atualidade e subjetividade próprias de sua época de produção. Em suma, um discurso em tensão entre a ciência e a ficção, para retomar a famosa expressão de Michel de Certeau. Desta forma, muda-se a maneira de lidar com o acontecimento histórico. Conhecer determinado acontecimento histórico não significa saber como ele realmente aconteceu, nem tampouco saber suas possíveis causas e conseqüências; mas sim conhecer a maior gama possível de significados que lhe foram atribuídos na espessura temporal que separa o historiador do acontecimento estudado. Esse novo momento, que pode ser qualificado de hermenêutico ou interpretativo, convida os historiadores a seguir as metamorfoses de sentido nas mutações sucessivas da escrita histórica (JENKINS, 2009).

Nestes parâmetros, o trabalho que empreende Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso* – de perseguir a trajetória feita pelos mitos edênicos até atingirem o universo mental dos navegadores do século XVI que estiveram no Novo Mundo, assim como suas mutações no devir histórico – mantém-se extremamente pertinente. Sérgio Buarque de Holanda posicionava os viajantes castelhanos e portugueses do quinhentos diante de um mesmo desafio: narrar o Novo Mundo. Os eternos rivais ibéricos se encontraram, durante as navegações, diante de lugares e situações que lhes eram completamente desconhecidos e inéditos. Conheciam novas faunas, floras e sociedades, sem, no entanto, conseguir explicá-las às suas sociedades de origem. Possuíam, portanto, a árdua tarefa de traduzir as inquietantes experiências que tiveram para outras pessoas de sua terra natal (especialmente aquelas que estavam direta ou indiretamente relacionadas com o orçamento e produção da empreitada marítima). Holanda buscou salientar o quão grande seria a importância dos mitos de paraíso terreal neste empreendimento narrativo em que mergulhavam os viajantes no período dos descobrimentos.

Ao tratar as crônicas de viagem, seu principal *corpus* documental, ele considera como *representações* os relatos produzidos por navegantes e viajantes do século XVI a respeito das novas terras encontradas na América. As crônicas de viagem não são consideradas fragmentos de um passado a ser reconstruído, mas sim documentos escritos em que se expõem *significados* produzidos pelos navegantes em questão. Somente assim poderia-se vislumbrar a história do imaginário edênico como uma viagem, de forma que fosse possível traçar sua biografia. Sergio Buarque de Holanda concebe as idéias de maneira *dinâmica*. Elas viajam, de pessoa a pessoa, de uma situação a outra, de um período para outro. Nas palavras do autor

Ora, assim como essas idéias se movem no espaço, há de acontecer que também viajem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho [...] O tema deste livro (*Visão do Paraíso*) é a biografia de uma dessas idéias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas, até vir implementar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil (HOLANDA, 2000, p. XIX).

Em sua “biografia de uma idéia”, surpreende a minuciosa interpretação crítica das fontes operada habilmente pelo autor. Sérgio Buarque perseguia com máxima fidelidade possível seus “personagens”: os mitos edênicos. Há uma verdadeira obsessão que o impele a descrição de cada detalhe, de cada ingrediente dos mitos que encontra na literatura produzida sobre o Novo Mundo.

Também há de se destacar o horizonte comparatista da obra de Holanda. Em *Visão do Paraíso*, o autor realçou as diferenças entre conquistadores castelhanos e portugueses no que diz respeito ao modo como eles deram significado às terras recém descobertas. A comparação entre lusos e castelhanos já se ensaiava desde o capítulo “O semeador e o ladrilhador” de *Raízes do Brasil*, que apontava diferenças entre o estilo civilizador do espanhol (sonhando em fazer da América uma Nova Espanha/Granada) e o estilo feitoral português (sempre nostálgico do reino). Agora na tese de cátedra, Sérgio Buarque notava que, apesar das diversas semelhanças que possuíam os ibéricos, entre os portugueses o vislumbamento da descoberta de novas terras era mais ameno, se comparado com o espanhol. Enorme era o contraste entre os relatos sóbrios dos cronistas portugueses e as fantasias e delírios em torno da natureza descoberta tão bem desenhada pelos castelhanos. Os portugueses pareciam preferir descrições mais límpidas e limitadas ao campo do visível. As experiências adquiridas nas navegações e negociações pela costa do continente africano desde meados do século XV certamente corroborou para uma visão mais utilitária, que tomasse mais cuidado com as sedutoras descobertas. Assim, a maior parte dos mitos edênicos difundidos durante a conquista ibérica foram criações castelhanas. Quando alastrados entre os portugueses, tais mitos geralmente iam perdendo seu vigor, deturpando-se logo em seguida. O único mito que, por exceção, começou a ganhar crédito entre os portugueses, passado posteriormente aos castelhanos do Paraguai e Peru, foi o de “Sumé” (crença na existência de pegadas que atestaria a passagem de São Tomé pela América portuguesa). A comparação entre a “mentalidade” portuguesa e castelhana poderia colaborar para uma maior compreensão das diferenças entre os processos de colonização na América Latina, especialmente do Brasil. Em suma, o fecundo comparatismo do autor chama a atenção por não se deixar

levar por teorias e métodos gerais, por não esquecer a prudência e das exigências de historicidade necessárias à reflexão histórica. Mas também por reforçar que a função do historiador de “exorcizar” os demônios do passado (no caso brasileiro, nossa herança arcaizante dos portugueses) em nosso presente.

Visão do Paraíso e a Historiografia Brasileira

Apesar de ser considerado um estudo de imensa erudição e relevância nos últimos anos – especialmente a partir de 2002, o ano do centenário de Sérgio Buarque de Holanda que suscitou diversas pesquisas e publicações acadêmicas sobre o autor e sua vasta obra –, entre os anos 1950 e 1980, grosso modo, *Visão do Paraíso* manteve-se como um trabalho eclipsado. Era muito respeitado, pouco lido, quase nunca discutido. Na época em que veio a público, não conseguiu encontrar um espaço de aceitação. Parecia um estudo “alienígena”. Havia sido reconhecido pela erudição que continha, assim como pela “forma literária” de apresentação. “Um livro de poeta tanto quanto de historiador”, dizia Sergio Milliet, “cuja beleza e riqueza do estilo da obra possuem mais valor que as teses nele defendidas”(MILLIET, 1959). Nas resenhas publicadas em jornais entre 1959 e 1978, o elogio a sua evidente qualidade literária (quase barroco) é uma constante. Sempre foi um livro consideradíssimo.

Porém, os temas abordados eram “aparentemente fora da realidade”, como afirmara Hélio Vianna – catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia – em longa resenha crítica à primeira edição do livro de 1959 (VIANNA, 1959). Francisco Iglésias, que aplaudia o estudo de Holanda – “Será editado em português e em muitas outras línguas, mesmo daqui a decênios”(IGLESIAS, 2000, p.210) – confessou ter ficado muito irritado com *Visão do Paraíso*, quando o leu pela primeira vez. Na época, considerava que na tese de cátedra os “temas essenciais” (como as classes sociais e o “verdadeiro problema” do Brasil) não tinham sido devidamente estudados. Acreditava que, desprovido de grande relevância, parecia “uma perda de

tempo o autor Sérgio Buarque de Holanda dedicar-se a fazer um livro tão sofisticado”(IGLESIAS, 1992, p. 50).

De fato, parece ser tarefa complexa compreender *Visão do Paraíso* em seu contexto de publicação. Tomemos, por exemplo, o texto de Leandro Konder, *A História dos Intelectuais nos Anos 50* (1998), tentativa de síntese da historiografia brasileira da metade do século. Segundo Konder, a década de 1950 teria sido marcada por uma série de transformações aceleradas e imprevistas. No âmbito internacional, viviam-se os anos de guerra fria. Seus desdobramentos tiveram forte impacto em todo o mundo, revelando uma tendência a opções maniqueístas. A III Internacional Comunista estimulava revoltas e movimentos sociais em países subdesenvolvidos e colônias submetidas ao imperialismo norte-americano. Um exemplo a ser levado em consideração era a Revolução Cubana (1959), que se apresentava como uma alternativa de sociedade socialista em solo americano. No Brasil, em época de redemocratização, o momento era de rápido processo de urbanização e industrialização. A construção de Brasília, a nova capital da República, no “coração” do país; o projeto de Juscelino Kubitschek de crescimento de “50 anos em 5”; e a criação da Petrobrás são conseqüências dos desdobramentos deste processo. Bens materiais (carros, aparelhos domésticos, entre outros) se tornavam mais acessíveis a grande gama da população brasileira dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que tensões sociais ligadas a desigualdade, especialmente em regiões rurais, ganhavam maior desenvoltura, como o fenômeno das Ligas Camponesas de Pernambuco. Em suma, os anos 1950 teriam sido marcados por fortes mudanças nos costumes, no cotidiano e na vida cultural, fatores que influíram na maneira dos intelectuais pensarem a história.

Neste complexo contexto, Konder busca dividir a produção intelectual brasileira em três grupos: conservadores, nacionais-desenvolvimentistas e marxistas. Caracterizavam-se como conservadores: intelectuais que viam as manifestações e mudanças do período com maus-olhos; autores que estavam imbuídos de convicções políticas de hostilidade à esquerda em geral; pensadores que viam na herança colonial portuguesa algo de positivo. Sob a ótica de Konder, estariam agrupados na égide de conservadores Gilberto Freyre, Wilson Martins, Djacir Menezes, Maurílio Gouveia,

Arthur Cézár Ferreira Reis, Éneas Martins de Barros, Maurício de Medeiros e Hamilton Barata, entre os mais importantes. De outro lado, estavam os chamados nacionais-desenvolvimentistas, aqueles intelectuais que interpretavam o passado e a história brasileira à luz de um projeto de desenvolvimento da nação, ou aqueles que tiveram alguma participação em instituições como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). Neste grupo se encaixariam uma gama de intelectuais bastante heterogênea, como Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Ronald Corbsier, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Adroaldo Junqueira Aires, Evaldo Correa Lima, Miguel Reale, Alexandre Kafka, Roberto Campos, Celso Furtado, Padre Augusto Magne, entre outros. E finalmente, os marxistas, pensadores e militantes que se filiaram as interpretações simplistas e dogmáticas do Partido Comunista e da III Internacional, e aqueles acadêmicos que fizeram rigorosa revisão dos textos marxianos (como Caio Prado Jr. manteve-se, durante a década de 1950, dedicado a questões mais filosóficas do que propriamente históricas, foi mencionado apenas de passagem por Konder). Entre os mais importantes, quase todos membros “revisionistas”, se agrupariam Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Michel Löwy, etc (KONDER, 2007).

Konder parece ter encontrado uma nítida dificuldade de encaixar a produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda nesta sua esquematização. Reconhecia que as preocupações principais de Sérgio Buarque recaiam tanto sobre as condições materiais, objetivas, quanto sobre as aspirações, os mitos e as representações subjetivas que inspiravam os homens em suas ações cotidianas. Partindo das obras lançadas na década de 1950, optaria, então, por aproximar o autor de *Visão do Paraíso* dos intelectuais marxistas.

Em todo o caso, tinha em comum com os marxistas a convicção de que a sociedade brasileira precisava superar a situação histórica na qual se encontrava, prisioneira de um sistema que condicionava todas as grandes transformações a iniciativas de controle de “cima” para “baixo” (KONDER, 2007, p. 373)

A tentativa de classificação de Konder não convence; apenas evidencia a complexidade da tese de cátedra, que aparentemente encontrava-se “fora de lugar”. Neste sentido, Ronaldo Vainfas também manifestou sua frustração em resgatar vínculos entre *Visão do Paraíso* e a historiografia brasileira que o circundava. Pouquíssimos historiadores brasileiros encontram-se citados na obra em questão, ainda que poucas vezes, como é o caso de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr.. Vainfas acabava por concluir: “não me parece exato dizer que o diálogo de *Visão do Paraíso* com a historiografia brasileira seja amplo” (VAINFAS, 1998, p. 55).

A tese de cátedra de Sérgio Buarque de Holanda era um estudo que discrepava bastante de boa parte dos ensaios e obras de síntese que mais haviam marcado a vida intelectual brasileira durante a primeira metade do século XX, como *Capítulos de Literatura Colonial* (1907), de Capistrano de Abreu; *Populações Meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna; *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr.. Parecia que *Visão do Paraíso* não se atrelava a nenhuma tradição local, não dialogava com nenhuma obra anterior, a não ser as de seu próprio autor.

Somente a partir de meados da década de 1980 é que o prestígio de *Visão do Paraíso* passa a ser considerado e construído pelos intelectuais brasileiros. Em meados da década de 1980 aparecem estudos que reconhecem, pela primeira vez, a importância deste estudo empreendido por Sérgio Buarque de Holanda na historiografia do Brasil.

As primeiras obras a referenciá-lo são *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* (1986), de Laura de Mello e Souza, e *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* (1989), de Ronaldo Vainfas. Ambos são estudos que surgem em um delicado momento de ruptura em vários sentidos na historiografia brasileira. Primeiramente, há de se ressaltar o deslocamento quanto ao período histórico privilegiado. Se até o início da década de 1970 os

historiadores buscavam interpretar o Brasil debruçados, fundamentalmente, no período colonial, passam agora a se dedicar majoritariamente ao período republicano. Os levantamentos realizados pelos professores Carlos Fico e Ronald Polito são bastante interessantes e elucidativos neste sentido. Segundo os autores:

De fato, até 1973, a análise temática das teses de doutoramento da Universidade de São Paulo indicava que o período colonial era o mais abordado com mais de 40% das pesquisas. Esta porcentagem cairia bastante (para 13%) no período 1973/1979 e a fase republicana assumiria a liderança com 46%. Durante os anos 80 esta tendência se consolidaria [...] do total de 835 teses e dissertações defendidas entre 1980 e 1989, 85% referem-se ao Brasil, sendo que, deste universo, quase 60% estudam o período republicano (FICO,POLITO, 1996, p.192)

Certamente, a vinda de pesquisadores estrangeiros – os chamados *brazilianists* –, vinculados a Associação dos Historiadores Latino-Americanistas dos Estados Unidos, nos anos 1960, teve papel fundamental neste fenômeno. Surpreso com acontecimentos como a Revolução Cubana (1959), o governo estadunidense financiou numerosos pesquisadores para a realização de pesquisas sobre o Brasil. Reconhecendo a necessidade de conhecer melhor a América Latina, tinham o objetivo de interpretar e explicar a história política e econômica do país, estabelecendo, assim, seu perfil como nação (FICO, POLITO, 1996, p.192). Não se deve esquecer também, neste sentido, a importância da criação dos primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica como: o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (1971); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972); e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas (1973) (MOREIRA, 1990, p.66).

Em segundo lugar, e mais relevante para nossos objetivos, é importante perceber o deslocamento progressivo que se realiza dos estudos de estruturas socioeconômicas e modos de produção – de forte presença teórica marxista – para a reflexão sobre as idéias, o universo mental, a cultura, e outras questões relacionadas ao

cotidiano¹. Deslocamento de enfoques que veio acompanhado de orientações temáticas e metodologias observadas, muitas vezes, em estudos estrangeiros (FICO, POLITO, 1996, p. 191; RAGO, 1999, p.74-75; SCHWARTZ, 1999, p.129; VAINFAS, 2009, p. 226).

A professora Margareth Rago vincula essa mudança da historiografia a uma série de acontecimentos na sociedade brasileira do período. Segundo ela, ainda que sob forte abafamento político decorrente da ditadura militar (1964-1985), a década de 1970 seria marcada por um florescimento cultural e intelectual em muitos campos, pelo crescimento urbano e industrial e por um relativo fortalecimento econômico das camadas médias da população. Novos grupos sociais, étnicos e sexuais passaram a ter uma participação mais expressiva na vida pública, trazendo novas questões e reivindicações. As mulheres entraram de vez no mercado de trabalho e nos cursos das universidades.

O movimento feminista levou grande número às praças públicas, exigindo novos direitos sociais e sexuais; os negros colocaram suas demandas na agenda pública, enquanto o movimento operário se reorganizava nos grandes centros industriais e propunha a criação de um importante partido político de massas; os jovens, entre os quais muitos estudantes, passaram a compor um contingente político expressivo (RAGO, 1999, p.74)

Soma-se a este contexto a implementação e consolidação dos cursos de pós-graduação em história em diversas instituições de ensino superior (USP, UFF, PUC-SP, UFGO, UFPR, PUC-RS, FFCLSCJ/Bauru, UFPE, UFSC, UnB, Unicamp) e temos o quadro geral de uma produção acadêmica rigorosa que se debruçava em temáticas como: gênero, sexualidade, questões étnicas/raciais, relações entre espaços público e privado, questões de religiosidades e magia, cultura erudita e popular, entre outros (RAGO, 1999, p.74).

¹ Até o final da década de 1970, as principais referências eram *A Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr., *Formação Histórica do Brasil* (1967) de Nelson Werneck Sodré e *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado, como aponta Ronaldo Vainfas. Todas eram obras que buscavam as raízes sociais e econômicas do atraso nacional, do subdesenvolvimento ou dependência do imperialismo, especialmente do norte-americano (VAINFAS, 2009, p.225).

O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil também permitiu a nossos historiadores uma formação melhor e, conseqüentemente, uma incorporação das discussões temáticas e metodológicas de países estrangeiros que já possuíam há bastante tempo tradições historiográficas consolidadas. Assim, as décadas de 1970/1980 assistiram ao aparecimento de uma série de estudos nacionais fortemente inspirados, principalmente, na história das mentalidades francesa (3^o geração dos *Annales*), na micro-história cultural italiana (Ginzburg e Levi) e na história sociocultural britânica (Thompson, Hill, Hobsbawm). Vale lembrar que outros autores como Michel Foucault, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Roger Chartier, Walter Benjamin, também foram importantes fontes de inspiração para os pesquisadores brasileiros².

Porém, essa transição que se reconhece na historiografia brasileira não ocorrera de maneira calma e tranquila. Houve, na realidade, uma série de debates e discussões, um conflito entre duas tendências divergentes que buscavam espaço de atuação e aceitação no país. De um lado, havia os historiadores da “nova história brasileira”, que criticavam e se contrapunham às interpretações quantitativas estruturalistas e marxistas, onde os sujeitos históricos mal apareciam. Aplaudiam a pluralização de objetos e temáticas nas pesquisas historiográficas que ampliava consideravelmente o campo de experiências históricas dignas de serem narradas. Pretendendo mostrar que a realidade histórica é muito mais complexa do que se supunha, enfatizavam as formas cotidianas da vida social, alertando para a riqueza de novas fontes documentais qualitativas (especialmente os documentos inquisitoriais) até então pouco, ou nada, exploradas. Valorizando a subjetividade dos atores históricos (emoções, crenças, afetos, etc.) pretendiam operar uma “des-hierarquização” dos temas e acontecimentos privilegiados. Agora todos se tornavam passíveis de serem historicizados. Ressaltando os aspectos positivos da “nova historiografia brasileira”, Margareth Rago afirmava:

² A ampliação do mercado editorial e a formação de um público consumidor permitiram, nesses anos, o aumento da publicação de livros e periódicos específicos, assim como a tradução de uma série de obras estrangeiras especializadas (FICO,POLITO : 1992, p.21). Vale lembrar que a década de 1980 presenciou a tradução no Brasil das obras de autores como Robert Mandrou, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jean Delumeau, Philippe Ariès, Jean-Louis Flandrin, Emmanuel Le Roy Ladurie, Michel Foucault, Edward Palmer Thompson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, entre outros (VAINFAS 2009, p.228)

Nesse momento, nos damos conta de que o historiador trabalha primeiramente com a produção de discursos, com interpretações, com máscaras sobre máscaras e que a busca da objetividade e de uma suposta essência natural é mais uma ilusão antropológica. Não mais os fatos, não mais os objetos e os sujeitos no ponto de partida, mas os discursos e as práticas instituintes produtoras do real (RAGO, 1999, p. 79)

De outro lado estavam os praticantes e adeptos da historiografia socioeconômica que se encontrava de certa forma vigente até então. Estes denunciavam a pulverização e fragmentação operada pelos novos historiadores que surgiam. Interpretavam os novos trabalhos produzidos como a renúncia da questão das lutas de classes em favor de temas irrelevantes e minúsculos. Um “jogo da direita” que substituía o importante (no caso, a compreensão do funcionamento da sociedade, política e cultura) por temas que exercem fascinação, um “gabinete de curiosidades” que enfatizava o bizarro, o curioso e o devasso (VAINFAS, 2009, p. 229). Alguns professores, como o sociólogo José de Souza Martins, acreditavam que a intervenção dos militares na USP em 1969 havia sido fundamental para o empobrecimento das grandes problematizações desenvolvidas nas pesquisas universitárias. Segundo Martins, a aposentadoria compulsória de grande parte dos professores daquela instituição abriria terreno para a ascensão de uma “sociologia colonizada”, que se dedicava a temas estrangeiros importados e da moda (MARTINS, 1998, p. 46). Também se criticou muito o ecletismo teórico ostentado pelos novos estudos produzidos na década de 1980. Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, denunciou a tentativa realizada por diversos professores da Unicamp de conciliar autores díspares como Thompson, Castoriadis e Foucault; tentativa que denotaria uma certa inabilidade dos novos pesquisadores em lidar com as referências e fontes de inspiração que passavam a inundar o mercado editorial da época (MATTOS, 2006, p.93).

Neste embate por espaço e aceitação, alguns representantes da “nova história brasileira” encontraram em alguns clássicos de nossa historiografia (principalmente Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre) fortes semelhanças com as inovações temáticas e metodológicas que incorporavam e divulgavam naquele momento. Tentaram, portanto, fazer uma aproximação destes clássicos com as novas questões que

passavam a discutir, como uma forma de se apoiar em alguma “autoridade”, para reafirmar suas preocupações historiográficas. Houve, portanto, muitas releituras destes autores clássicos, que passavam a ser interpretados agora como “precursores” da historiografia que se escrevia nos anos 1980/1990³.

Neste sentido, Laura de Mello e Souza buscou, em conhecido texto de 1998 (*Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial*), retratar toda uma tradição de estudos brasileiros, referentes ao período colonial, de temática cultural com claro intuito de justificar as novas produções historiográficas que surgiam. Seu objetivo parece ser o de demonstrar a importância dos estudos culturais, que eram mantidos à margem dos estudos socioeconômicos. Ao comentar obras de Sérgio Buarque de Holanda como *Monções* (1944) e *Caminhos e Fronteiras* (1957), onde se realiza minucioso estudo sobre técnicas e práticas culturais da vida cotidiana, a autora buscava destacar similaridades entre o autor brasileiro e as novas referências estrangeiras:

Muito antes das considerações de Carlo Ginzburg sobre o conhecimento indiciário, Sérgio Buarque de Holanda aborda este problema em “Veredas de Pé Posto” e “Samaritanas do Sertão”, detendo-se sobre a dimensão cultural dos sentidos e da percepção. No primeiro, discorre sobre a arte de se orientar no mato por meio da leitura de pegadas e ramos quebrados, mostrando ainda como há um “jeito do corpo” próprio para a marcha longa – os pés devem ficar ligeiramente voltados para dentro –, desde cedo incorporado pelos mamelucos de São Paulo. No segundo, trata da questão do abastecimento de água durante as longas jornadas sertão adentro, e da forma própria aos caminhantes de deciframos sinais referentes à existência de mananciais ou reservatórios (SOUZA, 2007, p. 25).

Aliás, a menção aos estudos de Sérgio Buarque de Holanda como referência de autoridade já aparecia na introdução de seu estudo de 1986, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. Nesta pesquisa, a autora procurou alargar os estudos sobre as camadas sociais desclassificadas no Brasil, apresentando as múltiplas tradições culturais que desaguavam no mundo da feitiçaria e religiosidade popular na colônia portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. Para tanto, Laura sentiu a necessidade de remontar ao século XVI, época em que visões paradisíacas e infernais se alternavam no imaginário do europeu colonizado. Lembrava que, em época em que o conhecimento do mundo era

³ É significativo, neste sentido, o texto do historiador britânico Peter Burke: *Gilberto Freyre e a Nova História*, publicado na revista *Tempo Social* (BURKE, 1997).

apenas três continentes, três mares e doze ventos, os conhecimentos de territórios como a Europa setentrional e os oceanos Índico e Atlântico se misturavam com o imaginário, ficcional e fantasioso. A autora destacava, neste sentido, a contribuição e o pioneirismo de Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*, que demonstra o deslocamento do mito do Paraíso terrestre, vindo dos confins da Ásia e África em direção ao Oceano Atlântico. Portanto, ancorada em ampla bibliografia estrangeira, a historiadora reconhecia a importância das “análises brilhantes e sofisticadas” de autores como Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Carlo Ginzburg, Jean Delumeau, Tzvetan Todorov e Lucien Febvre; e ao mesmo tempo apresentava *Visão do Paraíso* como um estudo “precursor” no Brasil (SOUZA, 1986). E, mais uma vez, no posfácio que escreveu na última edição de *Visão do Paraíso* (2010), destacou que Sérgio Buarque de Holanda

[...] acreditava que a compreensão de fenômenos próprios ao universo mental era decisiva para a compreensão do povo brasileiro. Por isso, esteve na vanguarda do movimento historiográfico que, na década seguinte, conquistaria, a partir da França, adeptos em todo o mundo: a história das mentalidades (SOUZA, 2010, p. 545).

Ronaldo Vainfas também discutiu esta questão. Nas mesas redondas promovidas sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda pela Fundação Perseu Abramo, debateu o autor a possibilidade de *Visão do Paraíso* ser considerado um estudo de história das mentalidade *avant la lettre*. Desde 1977, quando a historiadora Maria Yedda Linhares classificou o estudo dos mitos edênicos de Holanda como história das mentalidades, tornou-se corrente dizer, explica Vainfas, “que Sergio Buarque de Holanda fazia história das mentalidades antes que essa entrasse em voga, lá pelos fins da década de 1960” (VAINFAS, 1998, p.49). Buscando estabelecer relações de proximidade e de afastamento entre o historiador brasileiro e famosos historiadores da tradição francesa das mentalidades (Bloch, Febvre, Mandrou, Duby, Le Goff, entre muitos outros), Vainfas acabava refutando a tese de Linhares e concluindo:

Difícil, portanto, relacionar diretamente *Visão do Paraíso* com a história das mentalidades que viriam a protagonizar a chamada Nova História dos anos 70, seja com as mentalidades já divisadas pelos fundadores dos *Annales*, pelo Febvre que estudou Rabelais ou pelo Marc Bloch

que publicou *Os Reis Taumaturgos* em meados da década de 1920. O entrecruzar de historiografias e perspectivas teóricas que se faz presente em *Visão do Paraíso* desencoraja, realmente, qualquer espécie de classificação esquemática (VAINFAS, 1998, p.52-53).

Mas retomemos a questão do “eclipse” sofrido pela tese de cátedra de Sérgio Buarque na historiografia brasileira. Ronaldo Vainfas sugere que “*Visão do Paraíso* não era, nem pretendia ser, na verdade, um livro de inspiração marxista, embora não fosse antimarxista”. E é bastante enfático quando sustenta: “Estava na contramão da história do Brasil em 1958, quando veio à luz, e talvez mais ainda em 1969. Ficou por isso mesmo, num relativo ostracismo por vários anos” (VAINFAS, 1998, p. 56). Para o autor, alguns clássicos da historiografia brasileira, como o caso de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, ficaram “esquecidos no meado do século passado” em razão do “tom geral” do discurso acadêmico da época. “Afim, desde os anos 1950-60, e sobretudo nos anos 1970, com a difusão de cursos de pós-graduação, a produção historiográfica brasileira esteve, de certo modo, hegemônica pelo marxismo” (VAINFAS, 2009, p. 225).

Seguindo a trilha sugerida por Vainfas, Antonio Arnoni Prado, que redigiu uma apresentação à *Visão do Paraíso*, explica a razão do esquecimento da tese de cátedra da seguinte maneira:

[...] ao aparecer, em 1959, o livro destoava dos estudos históricos que se faziam na época e, de certa maneira, ia na contracorrente do que então era moda, em especial o ensaísmo de timbre econômico-social, quando não marxista, que então predominava. (PRADO, 2000, p. 443)

As sugestões de Arnoni Prado e Vainfas são interessantes e significativas. Basicamente todas as críticas que os representantes da historiografia das estruturas socioeconômicas fizeram aos “novos historiadores” brasileiros podem ser aplicadas também a tese de Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso* poderia ser facilmente interpretado

como um estudo que busca mascarar com motivos culturais as intenções reais (essencialmente econômicas) dos ibéricos em seu projeto colonizador.

Todavia, é legítimo supor que Ronaldo Vainfas possa estar supervalorizando o papel do marxismo na explicação do ostracismo sofrido pelo estudo de 1959. Vale lembrar que o autor de *Trópico dos Pecados* é ele mesmo um representante e divulgador da “nova história brasileira”, e que, em função disto, sentiu na pele todas as dificuldades de encontrar espaço e impor sua interpretação em um ambiente intelectual de forte predominância marxista. Vainfas não estaria deslocando os obstáculos que ele próprio enfrentou para a obra de Sérgio Buarque? Apesar de não se encaixar nos moldes marxistas, a interpretação do capítulo conclusivo de *Visão do Paraíso*, encontrada no capítulo *América Portuguesa e Índias de Castela*, apresenta convergências com o “sentido da colonização” – um consenso alcançado pelos estudos socioeconômicos da época: a idéia do Brasil como uma colônia mercantilista cuja economia se estruturava no latifúndio escravista orientado para exportação, liderada por uma aristocracia de fazendeiros que determinava de várias formas sua vida social – presente em vários autores marxistas, entre eles Caio Prado Jr.⁴

Fazendo discreta menção ao autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Sérgio Buarque havia escrito nas linhas conclusivas de sua tese de cátedra:

“Se vamos à essência de nossa formação”, diz um historiador brasileiro, “veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras”. Esse mesmo objetivo pareceria apto a preservar indefinidamente a tendência para o povoamento sobretudo da faixa litorânea (HOLANDA, 2000, p. 402-403).

⁴ As afinidades interpretativas entre Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. foram exploradas rapidamente por Thiago Lima Nicodemo no terceiro capítulo de *Urduidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sergio Buarque de Holanda nos anos 1950* (2008).

A própria aproximação feita por Leandro Konder, que tratamos anteriormente, nos estimula a atenuar a hipótese defendida por Ronaldo Vainfas e Antonio Arnoni Prado.

As considerações do professor Francisco Falcon em *Historiografia e Ensino de História em Tempos de Crise* (2008), demonstram que o “ambiente” historiográfico brasileiro da época era mais complexo do que supunham Vainfas e Prado. Segundo ele, era parte mínima dos historiadores das universidades brasileiras⁵ que mantinha referências ao marxismo. Estes estariam realizando suas contribuições à margem das universidades, e não constituíam parte mais expressiva no grupo de intelectuais catedráticos brasileiros que se dedicavam à história. A grande maioria dos historiadores acadêmicos, os donos das cátedras universitárias, “ainda se atinham aos conteúdos de velhos manuais ou dos textos clássicos da historiografia brasileira”. Cultivavam uma história muito ligada a cronologia, enfocando no estado e seus agentes políticos, militares, administrativos e diplomáticos, de forma sempre fiel ao empirismo positivista.

Simultaneamente a esta “história tradicional” e a algumas interpretações marxistas, crescia aos poucos, as diferenças entre os historiadores quanto às formas de se entender a história. Começaram a surgir alguns núcleos universitários abertos para novas concepções historiográficas, em especial para a história quantitativa francesa dos *Annales*. Os questionamentos mais sólidos e a consequente superação desta tradição empirista somente ocorreriam na década seguinte. Os anos 1960 assistiriam ao prestígio das pesquisas quantitativas – inclusive fora do eixo Rio-São Paulo, em universidades no Paraná e na Bahia – personalizadas em autores-referência como Pierre Chaunu, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Goubert, François Furet e Adeline Daumard. Sendo que, não raramente, existiram casamentos felizes entre o quantitativismo, no plano metodológico, e o marxismo, no âmbito teórico. (FALCON, 2008).

⁵ Falcon destaca que fora do eixo Rio-São Paulo ainda se conhece muito pouco sobre as obras, os autores, o ensino, as instituições de pesquisa, os eventos, as publicações, o público-leitor, etc. De tal forma, considerações sobre a historiografia brasileira como um todo mantêm-se frágeis e relativas (FALCON, 2008, p.39).

Mas mesmo nesse contexto rapidamente desenhado, não havia muito espaço para *Visão do Paraíso*. Não especialmente por causa do marxismo, como defendia Vainfas, mas também em razão da tradição de uma historiografia empirista positivista muito ligada à cronologia, destacada por Falcon. A própria resenha crítica feita pelo historiador Hélio Vianna – que, aliás, formou a banca no dia da defesa da tese de cátedra de Holanda – ao livro de Sérgio Buarque pode ser compreendida como expressão disto. A longa lista de pequenos equívocos (datas, nomes, títulos) apontados por Vianna denuncia as preocupações de um historiador que “supervaloriza nomes e datas, menospreza ou ignora aspectos econômicos, sociais, ideológicos”, como o definiu Francisco Iglesias em *Historiadores do Brasil* (IGLÉSIAS, 2000, p. 234).

Existem, certamente, outras razões que nos ajudam a compreender o ostracismo sofrido por *Visão do Paraíso*. A discrepância de uma das teses fundamentais do estudo de Sérgio Buarque de Holanda – a ideia de que os portugueses eram mais ligados a tradição, conservando consigo aspectos arcaicos e medievais – com a interpretação corrente na época – sobretudo dos estudos de Joaquim Barbosa e de “discípulos entusiastas”, como Eduardo d’Oliveira França, que defendiam a ideia de que os lusitanos eram precursores do racionalismo moderno – teve aqui o seu papel, como discutiremos mais adiante no terceiro capítulo desta dissertação.

Outra razão, defendida por Luiz Antonio de Castro Santos, é a de que, na escrita de *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque não teria aceitado se submeter aquilo que chamou de “geografia do prestígio”. Ou seja, o autor não teria escrito preocupando-se em atender aquilo que as instituições e os pares intelectuais da época usavam para distinguir temas relevantes de temas irrelevantes. Holanda não parecia se preocupar em adequar sua tese de cátedra a esquemas promocionais para construir uma imagem de prestígio. Sérgio Buarque publicou *Visão do Paraíso* pela primeira vez às pressas e sequer se preocupou em lhe conferir um prefácio ou apresentação, recursos que geralmente acompanham textos consagrados (SANTOS, 2003, p. 172).

A nossa sugestão, contudo, é a de que boa parte do mau-acolhimento de *Visão do Paraíso* vem especialmente da peculiaridade da tese de cátedra frente os modos de conceber e praticar a história que existiam no Brasil de meados do século XX; peculiaridade esta que teria sua origem no amálgama entre as práticas de historiador e de crítico literário. Desvinculado das pesquisas e preocupações quantitativistas ou empiristas positivistas, Sérgio Buarque elaborava uma tese de história bastante peculiar. Notava o autor a presença de temáticas relacionadas às descrições de imagens edênicas, tanto em textos da cultura ocidental quanto em relatos e crônicas de colonizadores e viajantes dos séculos XV e XVI, traçando uma relação entre os motivos edênicos e o processo de descobrimento e colonização do Brasil. Ou seja, Holanda realizava a fusão de sua vocação de crítico literário com a vocação de historiador, produzindo uma obra extremamente original, que destoava com a ordem de estudos estabelecida.

Sérgio Buarque de Holanda deu alguns sinais de insatisfação com o “ambiente” historiográfico brasileiro que o circundava em *Erudição e Imaginação* (1950), publicado no *Diário de Notícias*. Citava Lucien Febvre para criticar os “historiadores tradicionais” que “ainda em nossos dias, se apegam teimosamente ao preconceito positivista do fato puro”, que conservam “uma espécie de respeito supersticioso ao fato: espécie de fetichismo do fato”. E alertava enfaticamente:

Bem sabemos que os fatos nunca falam por si, que o verdadeiro historiador não é apenas o que conseguiu acumulá-los no maior número possível, mas que souber formular-lhes – a esses fatos – as perguntas realmente decisivas, dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível (HOLANDA 1996, p. 234).

Por outro lado, também criticava aqueles novos historiadores quantitativos, que colaboravam para “o declínio dos trabalhos sobretudo interpretativos, em benefício de uma exposição objetiva e amplamente documentada”. Concluía, portanto, que no universo intelectual brasileiro “o que se toleraria cada vez menos são as formas hesitantes e bastardas” (HOLANDA 1996, p.233).

De certa forma, foi com uma “forma hesitante e bastarda” que se depararam os professores que compuseram a banca na defesa da tese de cátedra de Sérgio Buarque. A banca manifestou, naquela ocasião, o incômodo em relação à *forma* de exposição do trabalho apresentado. Afonso Arinos de Melo Franco, catedrático de Direito Constitucional da Universidade do Brasil, observara que o texto redigido por Sérgio Buarque dificilmente poderia ser classificado como tese acadêmica. Para Hélio Viana, catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia, *Visão do Paraíso* adequava-se mais ao conceito de ensaio, “tais as suas características, inclusive a de não esgotar a respectiva matéria”. José Wanderley de Araújo Pinho, catedrático de História do Brasil da Universidade da Bahia, criticara a falta de uma sucessiva ordenação dos assuntos, que acabava desencadeando em repetições e acúmulos de minúcias. Não seguia o encadeamento de ideias progressivo dos “moldes rígidos das teses acadêmicas” (ELLIS JR., 1959, pp. 493-508). *Visão do Paraíso* permaneceria, sobretudo em função de sua forma, indecifrável até meados da década de 1980.

Para tentar responder os questionamentos que nos assolam – quais seriam as circunstâncias que levaram Sérgio Buarque de Holanda a compor um estudo tão diferente do habitual? Como se deu o processo de *Visão do Paraíso*? Quais seriam as idéias, pensamentos e autores que estavam em diálogo com o autor brasileiro até a produção de sua obra? – buscaremos, nas páginas seguintes, acompanhar o complexo processo de formação de *Visão do Paraíso*, uma obra “híbrida” que equilibra questões oriundas da crítica literária e da historiografia com maestria. Pois, como afirmara Thiago Lima Nicodemo em *Urdidura do Vivido*: “A ligação complexa entre a análise crítico-literária e a histórica é um dos grandes desafios da leitura de *Visão do Paraíso*, e talvez seja um dos seus elementos mais importantes”(NICODEMO, 2008, p. 48).

CAPÍTULO II

Do lado da Crítica

Inéditos de Literatura Colonial

No final dos anos 1980, poucos anos após a morte de Sérgio Buarque de Holanda, sua esposa, Maria Amélia Buarque de Holanda, encontrou, remexendo nas coisas de seu falecido esposo, centenas de páginas datilografadas a respeito da literatura colonial brasileira. Maria Amélia repassou então estes escritos para Antonio Candido, antigo amigo de Sérgio Buarque, para que verificasse se se tratava de material importante, completo, talvez, que pudesse ser publicado. No início de 1989, Antonio Candido verificou as páginas encontradas pela esposa de Holanda, reconhecendo que, apesar de fragmentário, se tratava de material do mais alto interesse, que, sem dúvidas, deveria vir a público. Os escritos datilografados encontrados continham “as mais sólidas e brilhantes, as mais eruditas e imaginosas feitas no Brasil sobre o assunto” (CANDIDO, 1992, p. 93).

No material redigido por Sérgio Buarque de Holanda constavam: um panorama inacabado da literatura colonial (provavelmente um texto de palestra, com ares de redação provisória); diversas notas e um estudo parcial sobre Padre Antonio Vieira; quatro capítulos completos sobre as epopéias; um capítulo teórico completo sobre o Arcadismo; e um estudo incompleto a respeito do poeta Claudio Manuel da Costa.

Inspirando-se nos famosos livros de Capistrano de Abreu (*Capítulos de História Colonial*) e, sobretudo, de Alfonso Reyes (*Capítulos de Literatura Española*), Antonio Candido ordenou o conteúdo das páginas encontradas e sugeriu o título *Capítulos de Literatura Colonial* para a publicação, que foi realizada pela Editora Brasiliense em 1991.

Ao que tudo indica, salvo o panorama, os textos rascunhados em processo de elaboração deviam destinar-se ao volume *Literatura Colonial*, o sétimo da coleção *História da Literatura Brasileira* planejada no início da década de 1940 por Álvaro Lins para a Editora Jose Olympio. De acordo com este projeto, a coleção previa a publicação de quinze volumes ao todo, com obras sobre a sociedade e a cultura, o pensamento, a língua literária, as influências estrangeiras e a literatura oral, tudo isto preparado por intelectuais de alto nível, como Gilberto Freyre, Barreto Filho, Abgar Renault, Paulo Ronai, Fidelino de Figueiredo, Luis da Câmara Cascudo, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Alvim Corrêa, Lucia Miguel Pereira, Astrogildo Pereira, Octavio Tarquínio de Souza, Aurélio Buarque de Holanda, Alceu Amoroso Lima e, o próprio organizador, Álvaro Lins. No final das contas a iniciativa não se concretizou, sendo publicados somente o sexto volume, *Literatura Oral* (1952) de Luis Câmara Cascudo, e o décimo segundo, *Prosa e Ficção: 1870 a 1920* (1950) de Lucia Miguel Pereira.

Como aponta Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda já havia recebido adiantamentos da Editora José Olympio para a preparação de seu volume entre os anos de 1943 e 1945. Ao mudar-se do Rio de Janeiro para São Paulo para assumir a direção do Museu Paulista em 1946, é bem possível que Sérgio Buarque tenha diminuído consideravelmente o ritmo de trabalho neste projeto. Mesmo assim, conseguiu organizar e publicar, em paralelo as suas atividades institucionais, *A Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial* (1952), obra encomendada ao autor no final dos anos 1940 como parte do projeto realizado pelo Ministério da Educação e do Instituto Nacional do Livro – onde, aliás, havia trabalhado como diretor da Secção de Publicações alguns anos antes -, ao qual pertencem também as obras de Manuel Bandeira (*Romantismo e Parnasianismo*) e Andrade Muricy (*Simbolismo*).

O convite aceito para atuar como professor-convidado junto à cadeira de Estudos Brasileiros da Universidade de Roma, que resultou na residência com a família na Itália entre os anos de 1953 e 1955, proporcionou-lhe a oportunidade de reacelerar o ritmo de estudos literários para o projeto de Álvaro Lins. Durante a sua estadia em Roma, Sérgio

Buarque fez pesquisas diárias no Acervo da Arcádia Romana, familiarizando-se com autores italianos do Renascimento, Barroco e Arcadismo. Antonio Candido comentava: “Seria possível falar, na sua história mental, de uma ‘fase italiana’ (1953-1955), como tinha havido uma ‘fase alemã’ (1929-1930)” (CANDIDO, 1992, p. 94).

De fato, o interesse do autor pelo Barroco se renovou nos anos que iniciam a década de 1950. Na terceira edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1956, encontra-se o anúncio de uma nova obra de Sérgio Buarque de Holanda que estaria em fase de preparação (a editora José Olympio costumava divulgar seus próximos lançamentos e projetos na quarta-capa de suas publicações) sobre a era do Barroco no Brasil. No ano seguinte, na publicação de *Caminhos e Fronteiras* encontra-se o anúncio de que o mesmo autor publicaria em breve *A Era do Barroco no Brasil: cultura e vida espiritual nos séculos XVII e XVIII*, em três volumes. Não há certeza absoluta se os textos encontrados por Maria Amélia Buarque de Holanda estavam destinados ao projeto de Álvaro Lins ou se comporiam sua ambiciosa obra em diversos volumes. O certo é que Sérgio Buarque andava mergulhado no estudo da literatura luso-brasileira e talvez planejasse fundir ou expandir os estudos que preparava para *A História da Literatura Brasileira* em sua *Era do Barroco*.

Durante a década de 1950, nos anos que antecedem a preparação da tese de cátedra, Sérgio Buarque de Holanda estava, portanto, imerso em estudos de crítica literária, debruçado, especialmente, sobre a literatura da América Portuguesa. Além da responsabilidade na elaboração da *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, nos estudos sobre literatura colonial, não se pode esquecer que o autor assumia novamente a seção de crítica literária semanal do periódico *Diário de Notícias*, cargo outrora ocupado pelo seu grande amigo Mário de Andrade (CANDIDO, 1992, p. 95).

O exercício da crítica literária não era, no entanto, atividade inédita para Sérgio Buarque de Holanda. Desde a segunda década do século XX, o autor vinha participando ativamente de publicações em periódicos cariocas e paulistanos. Com apenas 18 anos de idade, teria publicado no *Correio Paulistano* seu primeiro texto, *Originalidade*

Literária (1920). Nos conturbados anos 1920, ainda muito jovem, envolveu-se em um círculo de sociabilidades onde figuravam diversos intelectuais modernistas. Alinhou-se, portanto, junto a intelectuais que procuravam compreender o Brasil mergulhando profundamente em sua diversidade cultural. Os modernistas brasileiros – sobretudo os paulistas, com os quais Holanda teve mais contato – realizavam um verdadeiro grito anti-academizante e nacionalista, cuja manifestação principal foi a Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo.

O ímpeto transformador modernista tinha se tornado especialmente atraente às indefinições e ansiedades de Sérgio Buarque em sua adolescência. O jovem intelectual militou com os modernistas, atuando principalmente como crítico literário em jornais, revistas e outros periódicos. Colaborou com alguns textos para a Revista *Klaxon*, sendo inclusive representante desta revista modernista paulista no Rio de Janeiro. Na capital fundou, em parceria com seu colega de faculdade, Prudente de Moraes, Neto, a revista *Estética*. Diante das temáticas modernistas, sobretudo as de confronto (radicalismo X convenção, tradição X experimentalismo, arcaico X moderno, etc.), Sérgio Buarque de Holanda voltava o seu interesse para as origens e para a trajetória de ruptura. Assim, tornava-se um tipo interessante, e raro em seu tempo, de crítico literário: aquele que lê as transformações da literatura com um olho nas modificações do contexto.

Sem esconder sua grande admiração por Sílvio Romero, autor da monumental *História da Literatura Brasileira* (1888), Sérgio Buarque considerava a história o fundamento que alicerça a possibilidade de um discurso factível pela literatura, e, de maneira mais ampla, sobre a realidade brasileira. Para ele, portanto, a informação histórica fazia aí a vez de um alicerce de probidade, de fundamento demonstrativo de veracidade. Portanto, ao assumir o lugar de Mário de Andrade no *Diário de Notícias*, Sérgio Buarque não iniciava, mas retomava o exercício da crítica (PRADO, 1992; GUIMARÃES, 2008; MONTEIRO, 1999; CARVALHO, 2003).

Histórias da Literatura Brasileira

O projeto malgrado de se formar a coleção *História da Literatura Brasileira* em vários volumes pode ser compreendido como um prolongamento dos *estudos brasileiros*, surgidos na década de 1920. Recentemente, em estudo sobre as biografias históricas produzidas por Octávio Tarquínio de Souza, a professora Márcia de Almeida Gonçalves assinalou que os *estudos brasileiros* são entendidos como o resultado de intersecções entre: os questionamentos modernistas acerca da brasilidade, o surgimento de coleções especializadas sobre o país, e a criação de instituições de pesquisa com o ISEB e o IEB. Abrangeriam, portanto, um período que se estende, grosso modo, entre as décadas de 1920 e 1950.

O que se convencionou chamar de *estudos brasileiros* nos remete a um amplo espectro de autores e obras que, por caminhos bastante variados, vieram a eleger como objeto maior de suas reflexões tudo o que fosse pertinente à análise da cultura e da sociedade brasileiras (GONÇALVES 2009, p. 209).

De fato, o movimento modernista, especialmente a partir de 1924, vinha estimulando a intelectualidade brasileira a refletir sobre a temática da especificidade do Brasil. Os anos 1920 e 1930 vivenciaram uma atmosfera efervescente onde se reciclava o objetivo romântico de construir uma identidade nacional brasileira em uma verdadeira missão de redescobrir o país. Neste contexto aparecem as iniciativas editoriais de publicação de diversas coleções – a *Brasiliana* (dirigida por Fernando de Azevedo e publicada pela Companhia Editora Nacional em 1936), a *Documentos Brasileiros* (publicada em 1936 pela Editora José Olympio, dirigida inicialmente por Gilberto Freyre), a *Biblioteca Histórica Brasileira* (publicada em 1940 pela Livraria Martins Editora) e o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (dirigido por Rubens Borba de Moraes e Willian Berrien e publicado em 1949 pela Gráfica Editora Souza) – com o claro objetivo de reunir e facilitar a circulação dos saberes que então eram produzidos por intelectuais das mais diversas formações .

Não há, contudo, como dissociar a emergência dos *estudos brasileiros* dos desdobramentos que ocorriam na sociedade brasileira decorrentes da Revolução de 1930. O Estado e seus desdobramentos burocráticos ampliavam agora sua jurisdição também no âmbito da educação e cultura. Diversas práticas foram direcionadas para a formação do povo brasileiro em todas as suas especificidades e graus. Houve uma grande reforma no ensino das escolas fundamentais e médias, acompanhada da criação de universidades e de manuais didáticos, estes destinados a formação de especialistas. Criava-se paulatinamente um público-leitor-consumidor que acompanhasse o crescimento editorial daqueles tempos. Houve, portanto, um vínculo entre a intelectualidade e o Estado. Assumir postos públicos em instituições estatais, colaborar em coleções e manuais, aproveitar a expansão do mercado editorial, eram formas de ganha-pão da intelectualidade que almejava ainda sua profissionalização. Como destaca Márcia Almeida Gonçalves, “mesmo com filiações ideológicas diferenciadas, muitos intelectuais garantiram a sobrevivência material ocupando cargos públicos ou prestando serviços esporádicos para o Estado” (GONÇALVES, 2009, p. 218).

Portanto, o projeto de Álvaro Lins estava alinhado, em seus objetivos, a este processo de multiplicação das coleções publicadas sobre os *estudos brasileiros*. Mas ao mesmo tempo, também buscava responder à demanda de se refletir e produzir histórias da literatura brasileira que, durante os anos 1940 e 1950, ocorria no Brasil. Apesar da existência de algumas sínteses de qualidade de nossa história literária (como é o caso dos clássicos de Silvio Romero e José Veríssimo, por exemplo), via-se nestes anos a necessidade de se escrever uma história literária do Brasil que acompanhasse os avanços da especialização universitária, que fundadas em sua maioria desde a década de 1930, traziam à tona seus primeiros frutos.

Como a *História da Literatura* de Álvaro Lins não vingou, seria então somente sob a direção de Afrânio Coutinho que uma iniciativa deste porte teria êxito. Em 1952 o Diretor da Instituição Lagarroit, Leonídio Ribeiro, convidou o professor catedrático de

Literatura do Colégio D. Pedro II para dirigir uma história da literatura brasileira, parte do incentivo cultural de compor grandes obras panorâmicas sobre o Brasil.

Coutinho foi um dos intelectuais brasileiros mais importantes a assumir publicamente o papel de “embaixador das teorias estrangeiras na crítica literária brasileira”, defendendo-as das eventuais críticas negativas, quase como se fosse um dos seus criadores. Ele havia fixado residência nos Estados Unidos por cinco anos, entre 1942 e 1947. Nestes anos, além de apresentar trabalhos nas Universidades de Boston e Yale, especializando-se em crítica e história literária, em Nova York pôde frequentar cursos avulsos na conceituada Universidade de Columbia, onde entrou em contato direto com o movimento da nova crítica anglo-americana, o *new criticism* (CUNHA, 2010, p. 62)

Em linhas gerais, o *new criticism* foi um movimento intelectual da primeira metade do século XX bastante heterogêneo diretamente relacionado ao impacto do modernismo na Europa e nos Estados Unidos. A proposta do movimento consistia em redefinir a experiência moderna, reestruturando seus canais de compreensão e percepção. A chamada “nova crítica” ficaria conhecida por definir a autonomia do texto literário, evitando encarar a obra como expressão da personalidade do autor do meio circundante. Propunha, portanto, o isolamento do texto. Partia do pressuposto que a construção do texto seguia regras próprias de adequação e verossimilhança (NICODEMO, 2010, pp. 26-27)⁶.

Após o seu regresso ao Brasil, Afrânio Coutinho assumiu o compromisso de divulgar em território nacional as novas ideias com as quais se familiarizou. Trouxe e divulgou novas teorias estrangeiras com o claro intuito de modernizar a crítica literária e o ambiente literário brasileiros. Era ele um defensor da especialização universitária e da

⁶ Vale lembrar que o *new criticism* não foi o único movimento a defender a leitura imanente do texto durante a primeira metade do século XX. “Formalistas do Leste europeu, *nova crítica* no mundo anglo-saxônico, *estruturalismo* e *semiologia* de vertente suíça ou francesa, todas essas linhas de abordagem, em seus variados matizes, buscaram forjar um tipo de interpretação que levasse em conta fundamentalmente o objeto artístico” (GOMES Jr. 1998, p. 23).

“modernização das letras” no Brasil. Um de seus mais claros objetivos era o de promover uma sistematização dos estudos literários no Brasil, em modelo semelhante ao norte-americano.

Sob seu ponto de vista, o ambiente das letras no Brasil de sua época era caótico. Eram tempos em que a crítica literária assistia ao triunfo da crítica de rodapé, uma crítica fortemente marcada pela não-especialização da maior parte dos que se dedicavam a ela. Sérgio Buarque de Holanda – assim como vários outros intelectuais, entre eles até o próprio Afrânio Coutinho – escrevia semanalmente para alguns periódicos em rodapés de crítica. Neste sentido, o autor de *Raízes do Brasil* relembra que:

[...] o nome da crítica literária, segundo os usos da época, não obrigava o autor dos rodapés a cuidar unicamente das chamadas belas-letras, mas forçava-o, ao contrário, a certa versatilidade, que tende cada vez mais a perder terreno, com a crescente complexidade das diferentes disciplinas (HOLANDA, 1979, p. 31)

A crítica produzida para os rodapés era, em suma, uma crítica que sofria em demasia a influência do meio em que era exercida, o jornal. Em função disto, oscilava, não raramente, entre a crônica, o texto informativo e o cultivo da eloquência. Ela precisava convencer rapidamente seus leitores e, para tanto, não abria mão de seu caráter de entretenimento e de leitura fácil. Tendo como seu principal meio de divulgação periódicos e hebdomadários, os suplementos literários destes rodapés abrigavam frequentemente posturas conflitantes no que concerne a prática da crítica.

Como esclarece Rodrigo Ennes da Cunha em sua tese de doutorado:

Uma polêmica, ora surda, ora em alto e bom som, foi se delineando nos decênios de 40 e 50. Os oponentes eram os antigos “homens de letras”, que acreditavam ser a “consciência de todos”, defensores do impressionismo, do autodidatismo, da *review* como exibição de estilo, e os críticos formados pelas Faculdades de Filosofia do Rio de Janeiro e de São Paulo – criadas,

respectivamente, em 1938 e 1934 - e interessados na especialização, na crítica ao personalismo e na pesquisa acadêmica (CUNHA, 2010, p. 63)

Afrânio Coutinho, que era um ferrenho detrator dos impressionistas e antigos “homens de letras”, em sua coluna *Correntes Cruzadas*, no Suplemento Literário do *Diário de Notícias*, defendia arduamente a bandeira da especialização universitária, que ele próprio se submetera na sua experiência nos Estados Unidos. A direção da coleção *A Literatura no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1955, foi fundamental como instrumento agregador no processo de especialização da crítica literária brasileira ao reunir importantes intelectuais de segmentos diversos. Entre jovens e veteranos, encontravam-se importantes nomes como os de Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Segismundo Spina, Antonio Soares Amora, Jose Aderaldo Castello (estes vindos da emergente geração de universitários da USP), Wilson Martins, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Domingos Carvalho da Silva, entre outros (NICODEMO, 2010, p.230).

O anseio pela profissionalização da crítica se traduzia, nos textos de Coutinho, na busca de eliminação do amadorismo. A sua batalha era contra uma certa tradição da crítica e história literárias brasileira. Imbuído pelas concepções dos *new critics* anglo-americanos, censurava o rumo que havia sido tomado pela grande maioria dos historiadores da nossa literatura. Segundo o autor, “a história da literatura brasileira deve as bases da sua interpretação à filosofia e à metódica estabelecidas pelos grandes críticos do século XIX”, pois foram eles os primeiros formuladores dos princípios sobre os quais o Brasil deveria ser interpretado. O problema, sob a ótica do autor, é que estes fundadores da história literária brasileira – Varnhagen, Silvio Romero, Araripe Jr., entre outros – concebiam a literatura como uma expressão da sociedade, um meio privilegiado de interpretação do caráter e história de um povo. Afirmara o autor: “Nossos primeiros historiadores literários foram mais historiadores do que homem de letras” (COUTINHO 1968, p. XII).

Sendo a história a origem da história literária brasileira, as concepções e métodos da primeira prolongaram-se também na segunda. A interpretação do passado literário deveria obedecer à técnica histórica. Portanto, nas nossas primeiras histórias

literárias, as obras literárias produzidas por determinada comunidade/época não eram tratadas como arte; seriam antes *documentos* por meio dos quais se interpretaria um passado ou um caráter nacional. O próprio Sílvio Romero acreditava que, sendo as criações da inteligência e da imaginação partes integrantes de um todo, convinha à crítica e à história literária considerar, nestas criações, o meio, as raças, o folclore, as tradições do país (HOLANDA 1996, p. 361).

Relembrando o perfil do “homem de letras” que valorizava a inteligência versátil e polimorfa, Afrânio Coutinho notava que grande parte dos grandes nomes da intelectualidade brasileira sempre manteve a veleidade de fazer história e crítica literária simultaneamente. Até então, as histórias literárias “tradicionais” eram formadas por estudos onde predominava o espírito histórico e não o espírito literário. À linha de Sílvio Romero, nota-se que, para os nossos tradicionais historiadores literários, a literatura era tudo o que produzia o espírito de uma comunidade. Seu foco de interesse residia, então, fora da literatura propriamente dita. Preferiam dedicar-se à busca da gênese da obra, aos fatores que condicionavam sua origem no tecido social, ao seu conteúdo filosófico, político, religioso ou moral, à teoria que estava no seu bojo como filosofia da vida que o autor defendia. O valor literário era, assim, reduzido a mero espelho de outros valores, ou um simples veículo deles todos. (COUTINHO 1996, p. XIII-XV).

Quando Coutinho assumiu a direção de *A Literatura no Brasil*, quis que esta reagisse contra esta tradição de historiografia literária do século XIX. Propunha, então, uma interpretação da história literária brasileira construída sob a primazia de conceitos formais e estético-literários. O objetivo era manter o foco nas análises das próprias obras literárias, e não do meio que as circundava. Para ele, o que diferenciava os artistas entre si eram seus métodos e técnicas. Sustentava Coutinho que “conhecer e analisar esses artifícios, estabelecer as relações entre eles e a visão do mundo do autor e o modo como ele os utilizou e se o fez com êxito, são alguns dos objetos da crítica verdadeiramente literária ou estética, formalista ou estruturalista” (COUTINHO 1968, p. XVI).

Afrânio Coutinho defendia que a crítica literária precisava encontrar o mesmo grau de autonomia que outras disciplinas científicas. Para tanto, ela precisaria ter suas próprias técnicas, seus próprios métodos, algo que a distinguisse das demais disciplinas acadêmicas. Este diferencial o autor encontraria no formalismo proposto pelo *new criticism*. “O que se exige, hoje em dia, é a criação de uma mentalidade científica no estudo do fenômeno literário [...] Sem isso, a crítica não será mais do que o *blá-blá-blá* vazio, irresponsável e leviano” (COUTINHO 1968, p. XLII).

A interpretação do passado literário à luz dos elementos estético-formais exigiria, conseqüentemente, uma nova forma de periodização, uma “periodização estilística”. Até então, desde o *Resumé de l’Histoire Littéraire du Brésil* (1826) de Ferdinand Denis até a *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919) de Ronald de Carvalho, a periodização da história literária vinculava-se, sobretudo, ao *conteúdo nacional* da literatura. A literatura brasileira era vista apenas como um aspecto dos quais se poderia compreender o crescente processo de nativismo e de consciência nacional brasileiros. Contra esta leitura, e afinado com os pressupostos da “nova crítica americana”, Coutinho sugere como melhor maneira de periodização a descrição do processo evolutivo como integração dos estilos artísticos.

Não subordinados à mecânica cronológica, os períodos dispõem fronteiras precisas, delimitações exatas, aparecendo, como na realidade, antes como blocos que se imbricam, interpenetram e superpõe, o que explica as concomitâncias, os precursores, os retardados, fenômenos comezinhos da história literária (COUTINHO, 1968, p. 21)

Assim, nos vários volumes de *A Literatura no Brasil* os ensaios eram marcados pela divisão de períodos estilísticos: *Barroco-Neoclassicismo-Arcadismo*, seguido de *Romantismo*, *Realismo-Naturalismo-Parnasianismo* e *Simbolismo-Impressionismo-Modernismo*.

A história literária que Sérgio Buarque de Holanda vinha preparando nestes mesmos anos seria, contudo, bastante diferente da dirigida por Afrânio Coutinho. Dela, o autor nos deixou somente algumas pistas, já que esta nunca foi finalizada. Resta-nos apenas os textos encontrados por Maria Amélia e alguns artigos publicados em periódicos, especialmente em meados dos anos 1950⁷. Estes textos semanais nos fornecem ótimos indícios de qual seria o sentido tomado por Sérgio Buarque de Holanda em sua reflexão sobre a literatura nacional. Como sugeriu Thiago Lima Nicodemo em tese de doutorado sobre a crítica literária do autor de *Raízes do Brasil* nas décadas de 1940/1950, Sérgio Buarque utilizaria o espaço dos rodapés de crítica como laboratório de discussão e debates sobre a produção de uma nova história da literatura brasileira (NICODEMO, 2010). A contraposição entre as propostas de história literária de Afrânio Coutinho e Sérgio Buarque de Holanda pode ser, para nossos objetivos, bastante elucidativa. A partir dela poderemos perceber com mais clareza as divergências entre as principais propostas de escrita de uma “nova” história da literatura brasileira.

Ao contrário de Afrânio Coutinho, Sérgio Buarque de Holanda via com certo receio a valorização exacerbada dos elementos estético-formais no exercício da crítica literária. Quando ocorreu substituir o amigo Mário de Andrade no rodapé de crítica do jornal carioca *Diário de Notícias*, Holanda imediatamente buscou se atualizar com a mais nova literatura sobre as técnicas de criação e crítica literária. Em testemunho que abre o livro *Tentativas de Mitologia* (1979), o autor confessava:

O caso foi que logo cuidei de enfronhar-me em tudo quanto houvesse de mais atual então e de mais fecundo no tocante às técnicas de criação e crítica literária, comprando ou encomendando no estrangeiro publicações especializadas, ou apelando para a boa vontade de amigos

⁷ Os artigos que Sérgio Buarque de Holanda publicou em periódicos encontram-se as dezenas. Quase todos podem ser encontrados no arquivo pessoal do autor, que se localiza na Unicamp. Alguns deles foram reunidos, pela própria iniciativa de Holanda, ainda em vida, nos livros *Cobra de Vidro* (1944) e *Tentativas de Mitologia* (1979). Contudo, a maior parte destes textos, especialmente os de crítica literária publicados entre 1920 e 1959, foram reunidos e publicados em dois grandes volumes, graças a iniciativa do professor Antonio Arnoni Prado, em *O Espírito e a Letra* (1996). Outros tantos, que abrangem reflexões de história, antropologia e política, publicados entre 1920 e 1976, foram organizados e publicados, também em dois volumes, por Marcos Costa, em *Escritos Coligidos* (2011). Tais iniciativas facilitam em muito o estudo do autor e sua obra, fenômeno crescente desde o ano de seu centenário em 2002. Além destas compilações de textos do autor de *Raízes do Brasil*, aguarda-se a publicação das correspondências entre Sérgio Buarque de Holanda e seu colega Mário de Andrade, que vem sendo organizada pelo professor Pedro Meira Monteiro.

informados melhor do que eu sobre o assunto, que se prontificaram a emprestar-me livros ou revistas de que ia necessitando (HOLANDA 1979, p. 15).

Neste sentido, foi de suma importância a visita de três meses aos Estados Unidos feita, em 1941, a partir de um convite recebido da Divisão Cultural do *State Department* em Washington. Esta viagem teria permitido a Sérgio Buarque retornar ao Brasil com “toda uma pequena biblioteca a respeito do *new criticism* anglo-americano, que já ia encontrando, entre nós também, adeptos fervorosos e em geral pouco transigentes” (HOLANDA, 1979, p. 15).

Nestes artigos semanais de rodapé, o autor de *Raízes do Brasil* reconhecia alguns aspectos positivos do fenômeno da “nova crítica”. Em *Universalismo e Provincialismo na Crítica* (1948), reconhecia o fato de que os métodos oriundos do *new criticism* (o *close reading* e a análise rigorosa de aspectos formais, por exemplo) ajudavam a iluminar muitos aspectos da poesia. Mas somente por ser a poesia lírica, em especial, um gênero onde o elemento histórico, embora presente, tem valor diminuto. A poesia teria a vantagem de ter os elementos formais e técnicos mais visíveis, o que facilitaria um estudo direto e pormenorizado da obra literária (HOLANDA, 1996, p. 59).

Entretanto, Buarque de Holanda reprovava a exclusão deliberada da análise de todo o elemento histórico e de outros “elementos extrínsecos” da crítica. Denunciava um dos pressupostos dos *new critics*, “o pressuposto de que a obra de arte é uma espécie de aerólito, independente do mundo circundante e, de certo modo, incompatível com ele” (HOLANDA, 1996, p. 59). Em *Símbolo e Alegoria* (1950) argumentava que o erro de muitos dos adeptos desse movimento anglo-americano seria o de considerar que “a obra de arte verdadeira tem caráter *sui generis*, separável de sua existência histórica e social” (HOLANDA, 1996, p. 275). Em *Sobre História da Literatura* (1948), apontava que os critérios formalistas e anti-históricos acabariam por constituir “muito mais um estorvo do que um socorro para o estudo direto e particularizado da obra literária, que constitui, ao cabo, a finalidade própria de toda e verdadeira crítica” (HOLANDA, 1996, p. 95).

Além de apontar os problemas que o formalismo exacerbado poderia causar no exame crítico, em *Flor da Morte* (1950) Holanda destacava também os inconvenientes que esta postura poderia causar no âmbito da criação artística. O gosto exagerado pelos aspectos técnicos e formais, no caso da poesia, vinha frequentemente acompanhado de um embotamento correspondente da sensibilidade poética. “A preocupação das minúcias técnicas, suscetíveis de medida de confronto, tende, na maioria dos casos, a tornar-se exigente e totalitária, abolindo os elementos imponderáveis que formam a verdadeira substância da criação artística” (HOLANDA, 1996, p. 252). Em *Tema e Técnica* (1950), associava o gosto pelos aspectos formais ao declínio do prestígio da prosa de ficção, sobretudo do romance. O romance, que dominava a cena literária brasileira nos anos 30, agora era considerado como o “menos literário” de todos os gêneros, justamente por ser “o mais acessível às impurezas da vida ambiente e também o mais insubmisso aos formalismos de qualquer natureza” (HOLANDA, 1996, p. 207).

Em *A Concha e a Pérola* (1948), Sérgio Buarque de Holanda acreditava que o momento de anseio pela profissionalização da crítica literária tornava os novos críticos mais vulneráveis a adoção de exaltados formalismos. À crítica que vinha se praticando desde o século XIX – uma crítica onde se percebia, muitas vezes, desleixo e autodidatismo – opunha-se agora um formalismo que costuma erigir as convenções em regulamento transcendente e compulsório, instituído à imagem das leis físicas ou das leis cívicas, portando critérios próprios e de valor universal, como os matemáticos. No caso específico brasileiro, afirmava que, ao adotar estes pressupostos, a crítica literária “deixará de ser crítica, no melhor sentido da palavra para se tornar exclusivamente técnica, no pior sentido”. A valorização excessiva do formalismo na crítica formava um ponto de vista muitas vezes associado a “velhos e rancorosos ressentimentos” com a tradição de história literária do século XIX (HOLANDA, 1996, p. 70).

Nestes mesmos textos, Sérgio Buarque demonstrava acreditar que uma análise rigorosa da obra literária, objetivo final da crítica, deveria, se possível e se preciso, partir do processo de sua formação e criação. Ao invés de deixar de lado elementos

extrínsecos, a crítica teria que incluir elementos oriundos de outras áreas do conhecimento. Ela deveria recorrer a informações extraídas da história, da sociologia ou da psicologia, mas sem, contudo, precisar confundir-se com qualquer dessas disciplinas (HOLANDA, 1996, p. 59-60). Holanda recorria, inclusive, a uma analogia feita por Christopher Caudwell em seu livro *Illusion and Reality* (1947), onde o crítico norte-americano afirmava ser “a arte produto da sociedade, assim como a pérola é produto da ostra” (HOLANDA, 1996, p. 72). Sendo a literatura, portanto, parte de um todo, caberia ao historiador ou crítico literário discriminar as relações desta literatura com a sociedade que a abrange e de algum modo a condiciona, permitindo, assim, uma melhor compreensão do processo evolutivo literário. Esta compreensão poderia ser comprometida caso se aceitasse o pressuposto de que existe uma incompatibilidade entre história e crítica. “Existiria, de fato, esta incompatibilidade? – perguntava-se Sérgio Buarque – Creio firmemente que não”. Relembrando as ideias de Yvor Winter, Holanda considerava que “crítica e história são apenas duas faces de um único processo” (HOLANDA, 1996, p. 93-94).

Sérgio Buarque de Holanda admitia o divórcio entre história e crítica somente quando a crítica, em exacerbado historismo, concedesse mais atenção ao processo de gênese da obra do que a análise da obra em si. Entretanto, confirmava que

[...] há um ponto em que o crítico se há de encontrar com o historiador: no sentimento de que as expressões de cultura são essencialmente mutáveis e não se convertem sem violência em normas adequadas para todos e para sempre. Por onde se separam, um e outro, não só do mestre-escola como do antiquário (HOLANDA, 1996, p. 306).

Portanto, é de forma diversa de Afrânio Coutinho que Sérgio Buarque buscava sua inspiração para compor uma história literária. Enquanto o professor de literatura do colégio Dom Pedro II buscava as referências de seus estudos no movimento formalista do *new criticism*, o autor de *Raízes do Brasil* iria buscar as suas em ser certos autores germânicos dos pós-guerra vinculados a filologia românica, especialmente Ernst Robert Curtius e Erich Auerbach.

Em *Mimesis* (1950) Sérgio Buarque de Holanda faria pela primeira vez menção aos intelectuais romanistas. Destacando o projeto do Instituto Nacional do Livro de publicar e traduzir obras que seriam importantes para a cultura brasileira em geral, aplaudia, antecipadamente, a publicação – que viria a ocorrer somente na década de 1950 – de dois livros recentes que considerava importantíssimos: *Literatura Européia e Idade Média Latina* (1948) de E.R. Curtius, e *Mimesis* (1946) de Erich Auerbach.

Holanda considerava bastante importante, naquele momento de gestação de histórias da literatura brasileira, que o público brasileiro pudesse ter acesso em português a estudos magistrais, que somente há pouco tinham sido publicados no estrangeiro.

Um desses livros é a obra mestra de Ernst Robert Curtius dedicada à literatura europeia e à Idade Média Latina, que, publicada na Suíça há apenas dois anos, já se tornou contribuição clássica nos domínios da história e da crítica. Assinalando com agudeza e erudição exemplares a continuidade da tradição literária do mundo ocidental, o ilustre romanista pôs admiravelmente em prática um dos princípios que vêm norteando há longo tempo suas investigações. (HOLANDA, 1996, p. 289).

Literatura Europeia e Idade Média Latina era visto, na ótica do historiador brasileiro, como um ótimo exemplo de que história e crítica literária, apesar de atividades distintas, com métodos e finalidades próprios, podem trabalhar de maneira complementar. O mesmo poderia ser dito dos estudos de Auerbach.

Curtius e Auerbach eram autores que vivenciaram intensamente os anos 1920 na Alemanha da República de Weimar, que assistia ao forte impacto que a sociologia obteve sobre as ciências humanas. Junto com outros estudiosos, sendo Leo Spitzer um dos mais conhecidos, ambos participavam de uma corrente interpretativa da filologia românica alemã “menos teorizante, menos aferrada a grandes armaduras metodológicas, mais erudita, mais voltada para a interpretação concreta”; corrente que Guilherme Simões Gomes Júnior, em seu estudo sobre a reflexão do barroco no pensamento e artes brasileiras, considera “sempre um exemplo de como conciliar rigorosa análise textual e

histórica [...] de fazer aparecer na análise mesma das formas a problemática do fundo histórico” (GOMES Jr., 1998, p. 23).

Mas não somente por este aspecto. Os filólogos alemães constituiriam também um bom exemplo aos brasileiros em sua maneira alternativa de compor uma história literária. Curtius e Auerbach teriam sido abalados pelo forte impacto do desastre decorrido da ascensão do nazismo e de seu imenso apelo nacionalista. Erich Auerbach já se encontrava em exílio antifascista em Istambul enquanto preparava *Mimesis*, e, mais tarde, exilou-se pelos mesmos motivos nos Estados Unidos. Por outro lado, em estudos anteriores, como *Espírito Alemão em Perigo* (1932), E.R. Curtius já diagnosticava a decadência das histórias literárias alemãs. Estas já não eram, ao seu ver, mais que meros manuais de nacionalismos, que alimentavam um dos princípios organizadores do Estado Nacional Moderno. Como salientou Thiago Lima Nicodemo ao estudar o papel das teses de *Literatura Europeia e Idade Média Latina em Visão do Paraíso*, Curtius buscava uma “oportunidade de desfazer a mancha negra da Alemanha e, sobretudo, de reintegrá-la no espírito do Ocidente, desde suas origens gregas e romanas” (NICODEMO, 2008, p. 50-51). O filólogo alemão buscava, portanto, estabelecer um denominador comum entre todas as literaturas nacionais europeias. Contrapondo-se à associação da Idade Média com a irracionalidade e com o desaparecimento da cultura clássica, Curtius encontrara regularidades discursivas (*topos*) entre todas as literaturas nacionais e regionais europeias: as fórmulas de construção do discurso inspiradas na retórica antiga, que foram formadas durante a Idade Média. Buscou, portanto, demonstrar, com um conhecimento de causa esmagador, a unidade do espírito europeu – vale lembrar que a mentalidade do romanista alemão permanecia a do pré-guerra, quando o mundo ainda se reduzia somente a Europa –, desde suas origens clássicas greco-romanas. A Idade Média ganharia então, na obra deste autor, o sentido de elo de ligação entre as culturas europeias. Ao entrelaçar as literaturas europeias em um mesmo plano de unidade, contrariava o espírito particularista e nacionalista, que de certa forma corroborou em muito para os desastres das grandes guerras. (CURTIUS, 1957).

Como vem demonstrando Leopoldo Waizbort em seus estudos sobre Erich Auerbach, de maneira bastante parecida a Curtius, também Auerbach buscou em seus

estudos literários referenciar-se na ideia de Ocidente como um domínio supra-nacional. Ao contrário dos manuais nacionalistas de literatura, *Mimesis* viria a público com o intuito de propor uma história literária diferente, orientada por um problema, a partir do qual se estruturava (WAIZBORT, 2007, p. 298).

O ponto de partida de Auerbach em sua obra clássica é a constatação de que autores do romantismo francês do século XIX quebraram uma regra clássica da diferenciação dos níveis estilísticos, firmada na Antiguidade Clássica.

Quando Stendhal e Balzac tomaram personagens quaisquer da vida cotidiana no seu condicionamento às circunstâncias históricas e as transformaram em objetos de representação séria, problemática e até trágica, quebraram a regra clássica da diferenciação dos níveis, segundo a qual a realidade cotidiana e prática só poderia ter seu lugar na literatura no campo de uma espécie de estilística baixa ou média, isto é, só de forma grotescamente cômica ou como entretenimento agradável, leve, colorido e elegante” (AUERBACH, 2011, p. 499-500).

Auerbach afirmava que esta doutrina clássica da separação dos estilos teria sido questionada algumas vezes no decorrer da história. Primeiramente com as escrituras cristãs, que misturavam elementos do real cotidiano com a mais elevada e sublime das tragicidades. Contudo, a partir do Renascimento, a doutrina nos níveis fora fixada de forma imponente pelos partidários da imitação dos moldes literários antigos e de suas regras estilísticas. Portanto, ao apresentar uma certa quantidade de textos para cada época histórica, Erich Auerbach trabalhava sua problemática no âmbito de uma cultura ocidental, transcendendo os limites impostos pelas diferentes nacionalidades europeias (AUERBACH 2011, p. 500-501)

As soluções encontradas pelos autores germânicos poderiam ser, segundo Sérgio Buarque de Holanda, bastante interessantes aos críticos e historiadores literários brasileiros, que encontravam diante de si, desde o século XIX, um problema fundamental relacionado à questão da nacionalidade literária. Sendo o Brasil um país de longa herança colonial, como determinar sua autonomia literária? Quando a literatura

escrita no Brasil passa a ser efetivamente “brasileira” e não mais “portuguesa na América”?

Como aponta o crítico literário curitibano Wilson Martins em *A Crítica Literária no Brasil*, desde os estrangeiros, que primeiro se preocuparam de analisar a evolução de nossa história literária, a maior parte dos críticos avaliava que a autonomia literária brasileira só fora conquistada após 1822, ou seja, somente após a autonomia política do país (MARTINS, 2007, p. 72).

Afrânio Coutinho contestava esse suposto consenso atingido pelos intérpretes da literatura brasileira. Acreditava que se tratava de mais um exemplo da subordinação da literatura a outras disciplinas mais consolidadas e consagradas. Afirmava que o consenso interpretativo mencionado por Martins não passava de uma “teoria que decorre de um conceito político da história literária, fazendo depender a literatura da política e a autonomia literária da ideia nacional” (COUTINHO, 1968, p. LIX). Sob a ótica de Coutinho, era absurdo supor que a proclamação da independência seria o suficiente para que a autonomia atingida politicamente se prolongasse automaticamente para o âmbito literário.

O diretor da coleção *Literatura no Brasil* acreditava que o Brasil, antes mesmo de ser uma nação, já era um país com peculiaridades próprias, mesmo que dependente em diversos aspectos de Portugal. Pois era um país habitado por um povo diverso, que há muito se diferenciava dos europeus em hábitos, sentimentos, aspirações e fala, sobretudo em função do intenso processo de miscigenação e aculturação que ocorrera. Era uma sociedade inédita, plantada em uma situação geográfica inteiramente nova e diferente, que se constituía com fisionomia diversa da portuguesa.

Segundo Afrânio Coutinho, o habitante que residia no Brasil

Era um homem novo desde o início, logo que aqui botou o pé, e criou uma nova atitude, novos hábitos culinários, novo sistema de convivência com os outros homens, a fauna, a flora, e teve que lidar com novos tipos de animais e comer novas frutas, existentes numa natureza diferente, diante da qual caiu em verdadeiro êxtase (COUTINHO, 1968, p. LIX).

Portanto, seguindo de perto essa linha de raciocínio, a literatura brasileira não teria seu início, ou conquistado sua autonomia, somente após o processo de independência. Ela teria, ao contrário, nascido em pleno século XVI, especialmente a partir dos textos jesuíticos, representados em primeira linha pelo padre José de Anchieta. Graças aos efeitos da aproximação com o meio tropical – o contato com a exuberante e exótica mata virgem, com a cultura dos índios da terra, com novos animais e clima – a literatura brasileira desenvolveu gradativamente, a partir do Seiscentos, as suas características temáticas e formais, as suas peculiaridades, a sua fisionomia, promovendo uma fórmula original brasileira (COUTINHO, 1968, p.LIX).

Por outro lado, a visão de Sergio Buarque de Holanda sobre o assunto era bastante diferente. Questionava-se o autor no *Panorama da Literatura Colonial*, incluso nos *Capítulos de Literatura Colonial*:

E não será deformar o passado chamar de impulso autonômico a certas manifestações de incipiente nativismo que encontramos através de toda a história da literatura colonial? (HOLANDA, 1991, p. 410)

Holanda acreditava ser um exagero considerar que as manifestações literárias da América Portuguesa fossem expressões “brasileiras” desde o princípio. Sob a ótica pessoal do autor, o desejo de Afrânio Coutinho de encontrar uma nacionalidade brasileira, completamente distinta da de Portugal desde os primórdios do século XVI, tornava-se um obstáculo a compreensão de nossa literatura colonial. Tal ponto de vista carregava consigo o risco de deformar o passado para subordiná-lo a noções e paixões próprias do presente (HOLANDA, 1991, p.410).

Sérgio Buarque de Holanda considerava que Coutinho tomava por nacionais,

[...] manifestações que, em geral, não exprimem mais do que uma fidelidade instintiva ao próprio lar, à vizinhança, à paisagem natal, e que têm seu correlativo necessário na aversão ao adventício, ao que fala língua diversa ou pronuncia diversamente a mesma língua, ao que tem costumes, preconceitos e – quem sabe? – credos exóticos (HOLANDA, 1991, p. 410)

Para o autor dos *Capítulos de Literatura Colonial*, portanto, seria um erro de perspectiva querer equiparar essas manifestações literárias nativistas, que carregam um patriotismo de espécie paroquial, ao que, em seus dias, se chamava de *consciência nacional*. Segundo Sérgio Buarque, “Esta (consciência nacional) pôde ter surgido, em verdade, nos últimos tempos do período colonial”, todavia, “seria arriscado afirmar que chegou a cristalizar-se em alguma forma de expressão literária” (HOLANDA, 1991, p. 410).

Servindo-se dos exemplos das histórias literárias produzidas pelos filólogos romanistas germânicos da década de 1940, Holanda insistia que a literatura colonial brasileira deveria ser entendida como um prolongamento da literatura portuguesa, não podendo, portanto, ser separada do conjunto a qual pertence.

Como bem observara Antonio Candido na introdução aos *Capítulos de Literatura Colonial*, os textos redigidos por Sérgio Buarque de Holanda partiam do pressuposto de que a literatura brasileira dos tempos coloniais é parte indissolúvel das literaturas do Ocidente europeu, e que forma com elas um todo, apesar dos traços distintivos que vão se configurando com o decorrer do tempo. Sendo assim, seria fundamental, para seus objetivos, mostrar a natureza da nossa literatura colonial e o jogo dos vínculos que esta mantinha com as literaturas matrizes europeias. Segundo o autor de *Formação da Literatura Brasileira*, o procedimento adotado por Sérgio Buarque de Holanda na composição de uma história da literatura brasileira poderia ser entendido como “uma espécie de golpe de misericórdia em certo nacionalismo estratégico que a nossa crítica adotou em função da Independência e como complemento dela, e do qual até hoje não nos desprendemos inteiramente” (CANDIDO, 1991, p. 23).

Baseando-se fundamentalmente na proposta de estudo de E.R. Curtius, Sérgio Buarque de Holanda buscou – tanto em sua *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial* como também nos *Capítulos de Literatura Colonial* – destacar a tópica do sentimento nacional brasileiro presente na poesia colonial, sem, contudo, confundi-la com consciência nacional. Para ele, o sentimento nacional apareceria, de maneira ainda embrionária, na literatura colonial da América Portuguesa durante o século XVIII. Este século teria assistido a contínuas lutas entre naturais da colônia e naturais da metrópole, como nos casos de conflitos entre emboabas e paulistas, ou entre senhores de engenho e mascates citadinos. O Setecentos teria visto também, entre os nativos, o surgimento de um sentimento de pertencimento a uma espécie distinta de nacionalidade. Nesse sentido, compreende-se, então, a necessidade que os escritores e intelectuais da colônia sentiam de se propagar além das fronteiras coloniais e de compor uma épica em grande estilo, que tivesse importância análoga a que tiveram os reinóis com *Os Lusíadas* de Camões. Sérgio Buarque de Holanda destaca que, entre os intelectuais nativos da América Portuguesa do século XVIII, espalhou-se uma aspiração generalizada de se redigir uma epopeia destinada a celebrar o nascimento do Brasil. E, neste viés, a obra mestra de Camões, modelo épico de poema nacional português, foi simultaneamente o exemplo a ser seguido e rivalizado (HOLANDA, 1991, p. 86).

Como nos indica Thiago Lima Nicodemo em *A Urdidura do Vivido* (2008), Sérgio Buarque de Holanda, ao seu debruçar sobre a literatura colonial brasileira, observara que os poetas naturais da colônia, preocupados em convencer os leitores das qualidades de sua terra natal, frequentemente recorriam ao elogio da Natureza, com o intuito de destacar aspectos que tornariam a região ímpar em relação ao estrangeiro. Assim, o autor de *Raízes do Brasil* percebia, a partir da leitura da obra mestra de E.R. Curtius, que o discurso retórico que serve de base para a poesia colonial brasileira do século XVIII seria o *epidítico* (destinado a louvar ou censurar), um dos três gêneros do discurso, sendo os outros dois o *judicial* (destinado a acusar ou defender) e o *deliberativo* (destinado a aconselhar ou desaconselhar).

Esclarece-nos Thiago Lima Nicodemo:

O gênero epidítico foi progressivamente se relacionando com a literatura e a poesia, recebendo também influxos do gênero judicial ou forense, na medida em que seus *topoi* constituem-se em um conjunto de provas ou evidências destinadas a persuadir o leitor (NICODEMO, 2008, p. 60).

Notara, portanto, o autor de *Capítulos de Literatura Colonial* que, não raramente, o elogio do lugar vem associado, ou comparado, às descrições de cenários ideais recorrentes na literatura ocidental, como os mitos da Idade de Ouro e do Paraíso Terrestre. E.R. Curtius havia observado em *Literatura Européia e Idade Média Latina*, que, em textos medievais, as descrições da Natureza recorriam muitas vezes às descrições de paisagens ideais como um recurso retórico, uma técnica literária. “A retórica elaborou a imagem do homem ideal e determinou, por milênios, a paisagem ideal da poesia” (CURTIUS, 1957, p. 190).

Também na literatura brasileira algumas das qualidades do Paraíso, ou da paisagem ideal, descritos na Antiguidade e no Medievo, são, constantemente, transferidas para o local que se pretende elogiar, como artifício de convencimento. Buscando um efeito elogioso do território da América portuguesa, os poetas relacionaram as descrições do Paraíso com as descrições da natureza local, mobilizando convenções literárias europeias pagãs e católicas.

Homero, considerado pelo autor de *Literatura Européia e Idade Média Latina* como o “pai da retórica” por compor boa parte de suas obras com longos discursos de diferentes personagens, sugeria que a Natureza, como tudo o mais, participa do divino. Na *Odisséia* o mestre grego realiza, assim, várias descrições de paisagens ideais. Na ilha dos feácios, por exemplo, descrevia o jardim de Alcino como uma região com frutas de diferentes espécies (romãs, maçãs, figos, peras, azeitonas, uvas, etc.) com árvores que dão frutos durante todo o ano, um local onde reina a eterna primavera. O mestre grego também faz comentários em seus textos sobre praias bem aventuradas, livres de males

como a fome, peste e doenças. Em sua obra as descrições dos campos Elíseos, morada dos deuses e divindades, também constituíam um lugar ameno.

O *locus amoenus* é um *topoi* que, desde a Antiguidade até pelo menos o século XVI, constitui, na realidade, o motivo principal de toda descrição da Natureza. Após Homero, entre poetas latinos como Virgílio e Ovídio, as descrições de paisagens ideais tornar-se-iam intermédios de virtuose, verdadeiros exercícios de competição literária. Ainda mais tarde, por volta do século IV de nossa era, as descrições dos campos Elíseos feita por Virgílio seriam aplicadas pelos poetas cristãos nas descrições do jardim do Éden bíblico (CURTIUS, 1957, p. 201).

Sérgio Buarque de Holanda encontraria nos poetas brasileiros do setecentos a aplicação desta mesma tópica do elogio da Natureza. Como observou Thiago Lima Nicodemo, o autor de *Raízes do Brasil* selecionou, ao elaborar a *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, trechos da *Música do Parnaso* (1705) de Manuel Botelho de Oliveira onde o poeta baiano recorre justamente a tópica do *locus amoenus*, ao descrever elogiosamente a sua Ilha da Maré, termo para a cidade da Bahia:

Tenho explicado as frutas e legumes,
Que dão a Portugal muitos ciúmes;
Tenho recopilado
O que o Brasil contém para invejado,
E para preferir a toda a terra,
Em si perfeitos quatro A A encerra.
Tem o primeiro A nos arvoredos
Sempre verdes aos olhos, sempre ledos;
Tem o segundo A nos ares puros,
Na tempérie agradáveis e seguros;
Tem o terceiro A nas águas frias,
Que refrescam o peito e são sadias;
O quarto A no açúcar deleitoso,

Que é no Mundo o regalo mais mimoso
São pois os quatro A A por singulares
Arvoredos, Açúcar, Águas, Ares
Nesta ilha está mui ledó e mui vistoso
Um Engenho famoso,
Que quis o fado antigamente.
Era Rei dos engenhos preminente,
E quando Holanda pérvida e nociva
O queimou, renasceu qual Fênix viva.
(apud HOLANDA, 1979, p. 117-118)

Holanda também escolheu o canto LXXV do *Caramuru*, publicado por José de Santa Rita Durão vários anos mais tarde (1781), onde pode se encontrar uma comparação entre a província de Pernambuco e o próprio Paraíso :

LXXV

A oito graus do Equinócio se dilata
Pernambuco, Província deliciosa,
A Pingue caça, a pesca, a fruta grata,
A madeira entre as outras mais preciosa:
O prospeto, que os olhos arrebatá
Na verdura das árvores frondosa,
Faz que o erro se escuse a meu aviso
De crer que fora um dia o Paraíso.
(apud HOLANDA, 1979, p. 176).

Nicodemo nos alerta, portanto, que a pesquisa que empreendia Sérgio Buarque de Holanda nas décadas de 1940/1950, no seu projeto de compor uma história literária, o levou a traçar diversos motivos edênicos presentes na poesia colonial brasileira barroca, que tinham sua origem há vários séculos em textos da cultura ocidental

(NICODEMO, 2008). A obra de E.R. Curtius teria sido fundamental neste processo. Veremos mais adiante que esses estudos literários teriam importância capital na composição de *Visão do Paraíso*, sua tese de cátedra.

O Barroco em Questão

Enquanto preparava seus estudos para compor uma história da literatura colonial brasileira, Sérgio Buarque de Holanda mergulhava a fundo no estudo do Barroco. Além do projeto de compor sua *Era do Barroco no Brasil*, publicou uma série de artigos – entre eles, *Limites do Barroco* (1951), *Ainda o Barroco* (1952), *Em Torno de Vieira* (1952), *Razão e Mito* (1952) - em torno do assunto em rodapés de crítica literária de jornais cariocas e paulistas no início da década de 1950. O intelectual brasileiro buscava nestes textos discutir o largo prestígio e alcance que gozava a noção de Barroco nesta primeira metade do século XX.

O termo “Barroco” foi utilizado, ao que tudo indica, pela primeira vez nos *Ensaíos* de Montaigne (*Essais*, I, cap.25), e ligava-se diretamente à escolástica medieval. Originalmente significava um modo de raciocínio que confundia o falso e o verdadeiro, ou uma argumentação estranha e viciosa que subvertia as regras do pensamento. Era, portanto, um conceito pejorativo e negativo que passou a designar a arte seiscentista, interpretada como forma de decadência da arte renascentista.

Jacob Burckhardt, célebre historiador da cultura, propôs uma revisão do termo em *O Cicerone* (1855), que foi, posteriormente, realizada definitivamente pelo seu amigo e discípulo Heinrich Wölfflin, em *Conceitos Fundamentais da História da Arte* (1915). Wölfflin rejeitava o Barroco como expressão degenerada, preferindo tratá-lo como forma peculiar de um período da história da cultura moderna, com valor estético e significado próprios; tudo a partir de uma análise formalista e estética que contrapunha as artes quinhentistas e seiscentistas em diferentes aspectos (linear X pictórico, múltipla X unitária, plano X profundo, forma fechada X forma aberta, clareza X obscuridade). O discípulo do autor de *A Cultura do Renascimento na Itália* desqualificava os critérios

estéticos da crítica neoclássica, que considerava o Barroco uma forma de arte decadente e deformadora da arte renascentista, e insistia na necessidade de se tentar compreender a arte da época em seus próprios critérios. Foi, sobretudo, graças aos largos esforços de Wölfflin que a expressão “Barroco” foi reformulada e, posteriormente, introduzida no uso corrente de manuais de história da arte e da literatura (COUTINHO, 1968, p. 133).

O termo “Barroco” teve um longo percurso. Evoluiu de um simples adjetivo de sentido pejorativo para um conceito avaliativo de natureza estilística de manifestações artísticas de determinada época. Mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, tornou-se um conceito histórico que define um período ou estágio da cultura ocidental – equivalente ao século XVII, embora variasse temporalmente de acordo com as condições específicas de cada país e região –, designando artes, ciências, vida social e espiritual (COUTINHO 1968, p.137).

Em suma, esta valorização do Barroco, que ocorrera em diversos países europeus nas primeiras décadas do século XX, mantinha-se estritamente vinculada ao questionamento da estética normativa neoclassicista. Foi um momento em que, simultaneamente, diversos pesquisadores se debruçaram em uma reinterpretação do Barroco e variados artistas renovaram suas obras voltando os olhos para a arte do século XVII.

No Brasil, a revalorização do Barroco teve seu tímido início na década de 1920, com o movimento modernista e seu afã de redescobrir o país. Com o objetivo de romper com o passado (no caso específico, com o século XIX) e de criar uma nova identidade brasileira, os intelectuais do movimento modernista sentiam a necessidade de visitar e conhecer a arte colonial, tomada como expressão prematura da arte brasileira. Nesse aspecto, a viagem realizada por alguns deles (Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade) ao estado de Minas Gerais em 1924 teve importância capital. Esta viagem refletia uma interessante e extensa curiosidade pelo barroco brasileiro, ao mesmo tempo em que se pretendia uma ruptura com o passado. Trata-se de uma tensão entre modernismo e nostalgia. Os autores modernistas realizaram com esta viagem uma

recriação do Barroco, divergindo do considerável desprezo cultivado no século XIX por esta expressão artística, e procurando fazer desta uma matéria prima para o presente.

Contudo, a revalorização do termo atingiria, no Brasil, seu apogeu algumas décadas mais tarde. Em *A Palavra Peregrina*, estudo sobre o barroco nas artes e letras no Brasil, o professor Guilherme Simões Gomes Júnior destacou que a década de 1950 foi, em nosso país, uma “época na qual proliferaram os estudos históricos, estilísticos e teóricos sobre as letras ditas barrocas” (GOMES Jr. 1998, p. 16).

Em jornais e livros, o assunto apareceu com considerável constância, especialmente entre autores como Hannah Levy, Otto Maria Carpeaux, Lourival Gomes Machado, Afrânio Coutinho, Eduardo D’Oliveira França e Sérgio Buarque de Holanda.

Explica-nos Gomes Júnior:

O que acontecia no Brasil era sem dúvida um desdobramento tardio dos estudos que constituíram a idéia de barroco na Suíça, na Alemanha, na Itália, na Espanha e na Inglaterra. Retardo semelhante ao brasileiro parecia haver na França e em Portugal, por motivos bastante específicos. Na França, porque até o limiar dos anos 50 ainda era muito forte o consenso em torno da idéia de que o século XVII, considerado exemplo de rigoroso classicismo, havia-se mantido imune aos ventos meridionais vindos da Espanha e da Itália. Em Portugal, em razão de um viés de sua história nacional – o fato de a coroa portuguesa ter sido incorporada pela Casa de Áustria entre 1580 e 1640, época de ouro da grande cultura barroca dos vizinhos espanhóis – quase tudo o que dizia a respeito ao barroco era visto pelo ângulo do patriotismo aviltado pelo dominador estrangeiro. Coerente com a herança cultural portuguesa e com o espírito francês, que a partir do século XIX, deixou fortes marcas nas artes, nas letras e no pensamento em geral, a inteligência brasileira demorou também a colocar para si a tarefa de repensar as manifestações culturais da época colonial, particularmente aquelas que vieram a ser denominadas barrocas (GOMES Jr. 1998, p. 16-17).

A década de 1950, no Brasil, assistia ao fortalecimento da crença na idéia de que havia uma similitude entre o século XVII e o século XX, especialmente no que diz respeito aos problemas, ao estado de espírito e às soluções estilísticas. Neste viés, em

Teatro e Estado do Barroco – ensaio, manuscrito em francês, provavelmente em 1942, encontrado no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa e publicado na revista *Estudos Sociais* em 1990 – Otto Maria Carpeaux havia afirmado: “Nosso tempo tem certas afinidades com o tempo barroco: nossas angústias religiosas, nossos abalos políticos e sociais, nossas preferências artísticas fizeram-nos compreender o Barroco, por mais de um motivo” (CARPEAUX, 1990, p. 7). Para o autor de *História da Literatura Ocidental*, a empatia entre a época barroca e o seu tempo se daria, fundamentalmente, pelo momento de pessimismo, pelas crises, pelas guerras e pela iminência de uma transformação social. Entendia, portanto, a decadência da sociedade burguesa do século XX como análoga a decadência da sociedade aristocrática do Seiscentos. E, compreendendo a arte barroca como uma arte de uma época em crise, considerava que a crise vivenciada no século XX fazia surgir novas manifestações artísticas “barrocas” (GOMES Jr. 1998, p. 94).

Nos primeiros anos da década de 1950, Sérgio Buarque de Holanda reconheceu a atualidade do debate acerca do Barroco, discutindo em vários textos algumas questões vinculadas à possibilidade de se utilizar com vantagem noções oriundas da história da arte/arquitetura na crítica literária e na historiografia.

Nesse sentido, em *Ainda o Barroco* (1952), o autor comentava a publicação recente de duas obras sobre o assunto. Uma delas seria o livro do professor Eduardo D’Oliveira França, *Portugal na Época da Restauração* (1951). A outra era a nova edição das *Obras Escolhidas* (1951) de Padre Vieira, cujo prefácio havia sido redigido pelo português Antônio Sérgio. Segundo Holanda, os textos destes autores explicitavam duas atitudes bem distintas de lidar com o Barroco:

Uma delas consiste em atenuar-se na noção de Barroco os traços que permitiriam melhor defini-la, até o ponto em que ele corra o risco de desfazer-se e perder qualquer significado (Antônio Sérgio). A outra atitude consiste, ao contrário, em reforçarem-se os caracteres distintivos a fim de que adquiram particular relevo e se transformem em instrumento apto para interpretações ousadas e de largo alcance (Eduardo d’Oliveira França)(HOLANDA, 1996, p. 478).

Mas, sem nos precipitarmos, começamos seguindo as críticas de Sergio Buarque ao estudo de Eduardo França.

Preocupado em compreender as origens do absolutismo lusitano, acentuando, em particular, o papel dos legistas saturados do romanismo bolonhês na consolidação do poder real, Eduardo d'Oliveira França buscava o entendimento do homem português do século XVII, desde seu pensamento até sua ação, “porque estudá-lo seria antever o próprio homem brasileiro ancorado na metrópole” (FRANÇA, 1997, p.11). Em seu estudo de 1951, o professor catedrático de História Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo criticava a tendência de explicações economicistas que vigoravam na historiografia de sua época. Para ele, nestas pesquisas em que se recolhem, fundamentalmente, dados econômicos faltava o homem.

Acreditando que o homem se revelava de modo mais nítido, despindo-se de suas barreiras psicológicas e revelando-se por inteiro, em situações-limite ou em momentos de crise – sugestão tomada do historiador francês Ernst Labrousse, em sua obra *La Crise de L'Economie Française à la Fin de L'Ancien Regime* (1944) -, Eduardo d'Oliveira França via a necessidade de definir o homem da época do Barroco, aquele que vivenciou a Insurreição portuguesa de 1640.

Não era o açúcar brasileiro disputado pelo holandês que deflagrava a insurreição bragantina. Nem a diminuição da prata espanhola. Nem a perda do comércio das especiarias. Fora o homem que se inquietava com a situação do açúcar, da prata, das especiarias, mas que também vivia nos seus solares provinciais ou quintas dos arredores de Lisboa, que lia Camões e Fernão Lopes, que passeava de coche, que indagava se D. Sebastião ia voltar (FRANÇA, 1997, p. 12)

Sem esconder sua clara admiração pelos historiadores franceses dos *Annales*, Eduardo d'Oliveira França – que, aliás, havia sido assistente de Fernand Braudel quando este esteve lecionando no Brasil – via entre as premissas dos estudos históricos

a preocupação fundamental com o homem. Como apontou Thiago Lima Nicodemo ao estabelecer relações entre as teses de França e de Sérgio Buarque, em *Portugal na Época da Restauração*, “o homem” é um recurso metodológico, uma abstração baseada na observação de certo conjunto de pessoas concretas (NICODEMO 2008, p. 139).

O homem português, objeto de estudo de França, seria, portanto, uma noção que engloba todos os homens lusitanos do século XVII. Trata-se de uma entidade coletiva que está onipresente em tudo o que acontece, “porque não tendo endereço certo, ele reside em todos” (FRANÇA, 1997, p. 92). É um conceito voltado especialmente para as ações dos indivíduos, para ações relevantes que representam o que seja o homem no individual, e para um conjunto de ações que representa o que seja o homem no coletivo (NICODEMO, 2008, p. 139)

Como destacou Nicodemo, o ex-assistente de Fernand Braudel aproximava-se muito da historiografia francesa de sua época, do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, momento que via o nascimento do paradigma estruturalista. O principal problema encontrado pelo grupo dos *Annales* desde as décadas de 1920 e 1930 era o de como analisar, servindo-se do conhecimento de disciplinas como a antropologia e a sociologia, os fenômenos históricos dentro de contextos e estruturas mais amplas da economia e da sociedade. Dialogando com o contexto acadêmico francês, o professor Eduardo d’Oliveira França buscava alternativas de interpretação que o ajudassem a articular fenômenos concretos a quadros gerais (NICODEMO, 2008). A solução encontrada estava na noção de “mentalidade”.

Impregna-se todo o fenômeno histórico do clima de seu tempo. Existem certos caracteres afins em cada época que marcam todas as suas manifestações com traços comuns. A vida política, a vida social, religiosa ou econômica [...] Algo de comum, alguma constante os associou. A mentalidade do tempo (FRANÇA, 1997, p. 17).

O conceito de mentalidade permitia ao historiador sintetizar as tensões entre o individual e o coletivo em suas explicações históricas sem grandes discussões teóricas.

O homem vive numa certa época e leva a marca da atmosfera de seu tempo a qual ajuda a compor. A mentalidade do homem deriva do clima histórico. Todas as suas atividades ficam impregnadas, e, por isso, entre todas as suas atividades há afinidades. Cortesia, burocracia, galantaria, guerra de cerco, cabeleiras e rendas, literatura gongórica, arte barroca são folhas do mesmo galho (FRANÇA, 1997, pp.12-13).

Assim, Eduardo d'Oliveira França lançou-se na tentativa de traçar o perfil do século XVII, que seria o século do Barroco. O Barroco, mais do que um mero estilo artístico, é, em *Portugal na Época da Restauração*, “o designativo de todo um momento da civilização – um estilo de vida” (FRANÇA, 1997, p. 49).

Sérgio Buarque de Holanda teceu sérias restrições à utilização destas expressões generalizantes, em especial à idéia de Barroco empregada por Eduardo França. O crítico do *Diário de Notícias* reconhecia o prestígio que noções generalizantes, como a de “Barroco”, atingiam na metade do século XX. E concordava que

[...] para apreender numa plausível unidade as diferentes condições de existência material, política, moral, religiosa, intelectual dos homens destes ou daquele tempo é forçoso ir buscar o princípio unificador e harmonizador dessas várias manifestações (HOLANDA, 1996, p. 484)

Entretanto, alertava também que o préstimo ilimitado de um conceito, a sua adaptação aos mais diferentes pontos de vista, pode transformá-lo em um instrumento serviçal inútil. Aquilo que tudo quer explicar acaba por não explicar coisa alguma. Corria-se, sob o seu ponto de vista, o sério perigo de querer explicar o todo por algumas de suas partes. Escrevia Holanda:

Certas manifestações típicas de determinada época – no caso, do século XVII – apresentam em si traços comuns. Não se trata, porém, de erigir esse instrumento conceitual, como já tem sido feito, em personagem histórica, perfeitamente definida (e definida quase sempre em oposição sistemática a outras pretensas “personagens”, como, por exemplo, o Renascimento, o Classicismo, a Era das Luzes), em benefício de certo gênero de especulações que servem menos para elucidar do que para confundir arbitrariamente os fatos (HOLANDA, 1979, p. 153).

Fazendo alusão ao livro de Eduardo d’Oliveira França, Sérgio Buarque de Holanda afirmava:

O certo é que, uma vez fixados e definidos, essa “atmosfera”, esse “clima” do barroco tendem não raro a erigir-se aqui em realidades que não só tiranizam os homens mas estabelecem um abismo entre eles e seus antecessores e sucessores (HOLANDA, 1996, p. 485).

Em suma, no momento em que um conceito, ou um contexto histórico, “tiraniza” as ações humanas determinando-as, o historiador acaba por criar um quadro interpretativo onde toda a imprevisibilidade das ações dos homens é eliminada. Em *Notas Sobre o Barroco* – texto publicado em 1979 que sintetiza o debate da década de 1950 – , Sérgio Buarque apreciava a postura de Ernst Robert Curtius, que, em *Literatura Européia e Idade Média Latina*, apontava que nas ciências do espírito os conceitos devem ser formados de maneira a que dificultem, tanto quanto possível, uma aplicação abusiva (HOLANDA 1979, p. 143).

Porém, o autor brasileiro não descarta a possibilidade de se utilizar conceitos históricos abrangentes como entidades representativas de uma época ou estrutura social. Parece não ter dúvidas de que conceitos como Renascimento, Idade Média, Barroco, produzem um efeito comunicativo eficaz com leitores que tiveram sua formação escolar com esses termos consagrados. O recurso a termos generalizantes como estes era considerado por ele legítimo, desde que o historiador buscasse, a partir deles, criar um quadro explicativo flexível. Era preciso abandonar a rigidez esquemática da sucessão de

estilos inspirada na história da arte e da arquitetura. “Feita essa ressalva”, escrevia, “creio que a noção de Barroco, mesmo em sua mais larga acepção, é utilizável com vantagem no estudo de nossa literatura e de nossa história” (HOLANDA, 1979, p. 153).

Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda também fez interessantes comentários ao sugestivo prefácio redigido por Antônio Sérgio para a edição das *Obras Escolhidas* de Padre Vieira. O que certamente mais chamou a atenção do autor brasileiro foi o fato do intelectual português destacar em seu texto algumas características da “mentalidade”, ou *forma mentis*, da época de Vieira; características estas que ajudariam em muito a compreensão das obras deste célebre jesuíta luso-brasileiro.

Sérgio Buarque refletia, portanto, sobre uma interpretação que adquiria, na metade do século XX, bastante sucesso entre os intelectuais: a compreensão do Barroco como uma mentalidade ou um estilo de vida no qual participaram todos os povos da Europa entre os séculos XVI e XVIII.

Otto Maria Carpeaux⁸, por exemplo, considerava o Barroco o “último estilo que abrangeu ecumenicamente toda a Europa”, mais ainda, um estilo que “abrangeu também toda a vida: além das belas-artes, das letras, da filosofia, da religião, do pensamento e das realizações econômicas”, era “um estilo de vida” (CARPEAUX, 1943, pp. 380-381).

Afrânio Coutinho defenderia, por sua vez, que a essência do Barroco enquanto estilo de vida estaria na fusão do ideal medieval (espiritual, supraterrâneo) com os novos valores postos em voga pelo Renascimento (humanismo, gosto pelas coisas terrenas, as satisfações mundanas e carnavais, etc) (COUTINHO, 1968, p. 135). Assim, se

⁸ Autor de origem austríaca que se refugiou no Brasil em 1939. É o autor da monumental *História da Literatura Ocidental* (1944), publicada em vários volumes. Participou ativamente nos rodapés cariocas de crítica literária, especialmente nas décadas de 1940 a 1960.

considerarmos, a título de exemplo, o Renascimento como um movimento de rebelião contra os ideais da civilização medieval (manifestados, sobretudo, nas artes, filosofia, ciência e literatura), poderíamos compreender o Barroco como uma tentativa de reencontrar o fio perdido da tradição cristã, que passava a ser, então, exprimida sob novos moldes intelectuais e artísticos (COUTINHO 1968, p. 139).

Nesse sentido, Carpeaux se aproximava bastante da interpretação de Coutinho. Considerava o autor austríaco-brasileiro que o Barroco era uma caricatura grandiosa da mentalidade medieval, um retorno aos tempos do “Outono da Idade Média”. Afirmava o autor de *História da Literatura Ocidental*: “Com efeito, negando e renegando a Renascença, o Barroco retoma o caminho do século XV” (CARPEAUX Apud In GOMES Jr. 1998, p. 91).

Esses autores sugeriam, portanto, que o período do Barroco – que se estende, grosso modo, do século XVI ao XVIII – seria caracterizado fundamentalmente pelo duelo entre o elemento cristão, legado da Idade Média, e o elemento pagão racionalista e humanista, instaurado pelo Renascimento sob o influxo da Antiguidade; duelo que terminaria em fins do século XVIII com a vitória do racionalismo.

Sérgio Buarque de Holanda mantinha-se de acordo com essas interpretações. Refletindo sobre a dificuldade de se compreender corretamente a obra de Padre Vieira, alertava o leitor de seu tempo: “durante a idade barroca o consórcio entre mito e razão deveria ser possível num grau que hoje desafia a mais sutil argúcia intelectual [...] Mito e razão podiam assim entrelaçar-se sem embuste ou hipocrisia” (HOLANDA 1996, p. 479). Assim, uma das grandes dificuldades de se compreender os textos e a personalidade de Vieira estaria no fato do padre jesuíta preferir “seguir o caminho torto por onde o miraculoso pode casar-se com o lógico” (HOLANDA 1996, p. 480). O autor então reconhecia entre as características fundamentais da era barroca o conflito constante entre o pensamento mítico e o racional, uma espécie de “monstro híbrido”.

Sérgio Buarque também apontava, em *Notas Sobre o Barroco*, que no período barroco vigorava “uma forma de raciocínio baseado na convicção vinda da Patrística, de que nas Escrituras Sagradas e nos Padres da Igreja, cabe *procurar um significado, além do literal*”. E assim salientava: “Essas formas de interpretações alegóricas encontram-se, sem dúvida, na origem de muitas das *finezas* de Vieira” (HOLANDA, 1979, p. 156). Sendo um filho do Seiscentos, Padre Antonio Vieira partilhava, portanto, do retorno ao *Outono da Idade Média*, do resgate ao século XV, momento em que – como nos explica o historiador holandês Johan Huizinga – a vida dos homens encontrava-se saturada da religião, com a tendência muito recorrente de se interpretar todas as coisas e eventos mundanos como símbolos e prefigurações do divino (HUIZINGA, 2010, pp. 255-257).

Como recorda Nicodemo, o autor de *Raízes do Brasil* havia identificado e destacado, na *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial* (1952), uma visão de mundo analógica tipicamente barroca na poesia colonial brasileira. Os trechos do elogio da Ilha de Maré do baiano Manuel Botelho de Oliveira durante o Setecentos:

Verei os Ananases.
 Que para Reis são frutas capazes;
 Vestem-se de escarlata
 Com majestade grata,
 Que para ter do Império a gravidade,
 Logram da croa verde a majestade;
 Mas quando tem a croa levantada
 De picantes espinhos adornada
 Nos mostram que entre Reis, entre Rainhas
 Não há croa no mundo sem espinhas
 Este pomo celebra toda a gente,
 É muito mais do que pêssago excelente,
 Pois lhe leva vantagem gracioso
 Por maior, por mais doce e mais cheiroso
 (apud HOLANDA 1979, p.111)

E também a descrição da ilha de Itaparica feita pelo frei Manuel de Santa Maria Itaparica, em 1768:

LIV

Nos Ananás se vê como formada
 Uma coroa de espinhos graciosa,
 A superfície tendo matizada
 Da cor, que Citeréia deu à rosa;
 E sustentando a croa levantada
 Junto cõa vestidura decorosa,
 Esta mostrando tanta gravidade,
 Que as frutas lhe tributam Majestade
 (apud HOLANDA 1979, p. 155).

Sérgio Buarque de Holanda havia observado nestes poemas que no elogio ao ananá, ou abacaxi, houve uma associação por parte dos poetas brasileiros da forma natural da fruta com uma coroa, símbolo ligado ao poder e a nobreza. A transplantação dos significados da coroa ao abacaxi seria uma típica articulação de uma forma de pensar analógica, tão característica da era barroca. Modo de pensar que pressupõe que a natureza carrega consigo uma série de significados ocultos que, sendo criação divina, pode revelar mensagens de seu criador. Nota-se que Holanda buscava se aproximar das maneiras de pensar, da *forma mentis*, de muitos poetas brasileiros, identificando neles traços barrocos.

Enfim, esta reflexão acerca das características essenciais do Barroco será, como veremos a seguir, fundamental nos argumentos trabalhados mais tarde em *Visão do Paraíso*; momento em que Sérgio Buarque de Holanda aproxima sua pesquisa e suas preocupações oriundas da crítica e da história literária para a história propriamente dita. O debate sobre o Barroco se encontra no cerne deste processo.

Aliás, antes mesmo de receber o convite, em 1956, para participar do concurso de cátedra de *História da Civilização Brasileira*, Sérgio Buarque de Holanda já dava indícios de realizar essa “fusão” entre a crítica e a história. Fusão esta que encontraríamos, provavelmente, na não-realizada *Era do Barroco*, uma espécie de síntese que abarcasse *vida cultural e espiritual nos séculos XVII e XVIII*, como indica o subtítulo da obra anunciada.

Como o projeto desta obra foi abortado, é novamente entre textos de periódicos que podemos perceber este amálgama entre crítica e história⁹. Em *Notas Sobre o Barroco*, Sérgio Buarque comentou ter lido um

[...] ensaio de Otto Maria Carpeaux, incluído em seu livro *Origens e Fins* (1943), onde se esboça uma sugestiva interpretação da vida americana – e não apenas latino ou ibero-americana – vista sob os auspícios do barroco e de suas sobrevivências atuais, inclusive nos domínios sociais e políticos (HOLANDA 1979, p. 142).

Tradições Americanas (1943) era o título do ensaio de Carpeaux a que Sérgio Buarque se referia. Neste texto, o autor austríaco-brasileiro partia do pressuposto de que o Barroco era um estilo de vida que atingiu toda a civilização da Europa entre os séculos XVI e XVIII, período este que assistiu ao longo processo de colonização europeia no Novo Mundo. Defendia a hipótese de que o europeu colonizador compartilhava o modo barroco de pensar; e, conseqüentemente, propagou seu “estilo de vida” barroco em solo americano a nativos, mestiços e descendentes. Otto Maria Carpeaux considerava, portanto, a civilização americana como membro da mais ampla civilização ocidental. Neste sentido, afirmava: “A mais velha tradição americana é barroca” (CARPEAUX, 1943, p. 380).

A reflexão de Carpeaux ia um pouco mais além. O autor também considerava que, em função do isolamento geográfico com o continente europeu, a sociedade

⁹ Guilherme Simões Gomes Jr. é quem primeiro apontou para o vínculo realizado por Sérgio Buarque entre as discussões sobre o barroco e uma interpretação da colonização americana (1998), seguido por Thiago Lima Nicodemo, que aprofundou a questão em recente tese de doutorado (2010).

construída na América manteria, até a atualidade, heranças e resíduos barrocos, seja no âmbito social, cultural, político ou econômico.

A tradição americana é uma ilha barroca no continente da civilização ocidental, e nessa ilha sobrevivem, entre os arranha-céus da economia capitalística e da sociedade moderna, os traços inconfundíveis da sociedade e do espírito barrocos (CARPEAUX, 1943, p. 383)

O que Sérgio Buarque de Holanda humildemente omite em *Notas Sobre o Barroco* é que a “sugestiva interpretação” de Otto Maria Carpeaux se baseava diretamente em argumentos seus. O autor da *História da Literatura Ocidental* confessa em *Tradições Americanas* que sua tese se alicerça toda em *Raízes do Brasil*, onde considera-se que algumas heranças da “mentalidade ibérica” (personalismo, falta de coesão social, repulsa ao trabalho regular), especialmente as vinculadas ao ambiente rural e patriarcal, nos impedia de formar um Estado Moderno.

Carpeaux considerava que, sob a rubrica de “mentalidade ibérica”, Sérgio Buarque construía um “quadro perfeito” da sociedade barroca (CARPEAUX, 1943, p. 383). Esse vínculo, entre o processo de formação colonial do Brasil com o Barroco enquanto estilo de vida e forma de pensar, também foi discutido, talvez após a leitura do ensaio de Carpeaux, por Holanda em texto de 1951.

Em *Sociedade Patriarcal* (1951), Sérgio Buarque aproveitava a recente edição de *Sobrados e Mocambos* – edição que vinha acompanhada de consideráveis acréscimos – para realizar alguns comentários sobre as obras de Gilberto Freyre. No início da década de 1950, o conjunto da obra do célebre intelectual pernambucano começava a se tornar mais nítido e visível. O ambicioso projeto de Freyre – uma “estrutura orgânica”, nas palavras de Holanda – era o de interpretar, a partir de imenso material, a formação histórica brasileira a partir do enfoque da sociedade patriarcal, de seu surgimento à sua extinção. Assim, *Casa Grande & Senzala* (1933) se dedicava ao nascimento da sociedade patriarcal brasileira; *Sobrados e Mocambos* (1936), a sua maturidade; *Ordem e Progresso* (que, já anunciado, seria publicado mais tarde, em 1959), ao seu declínio; e

Jazigos e Covas Rasas (projeto não finalizado), a sua morte (HOLANDA, 1979, p. 100).

Nos estudos de Gilberto Freyre, a unidade da formação brasileira deve sua concretização a solução original do regime da economia patriarcal aplicado nas colonizações portuguesas. Em uma interpretação saudosista e afetiva, Freyre considerava a forma assumida pela família de tipo patriarcal, em regiões onde predominou a monocultura latifundiária e o trabalho escravo, como essência do desenvolvimento histórico brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda criticava, em especial, esta interpretação de Freyre. Ela certamente se revelou bastante elucidativa em algumas regiões do Nordeste do país. Entretanto, pouco representaria o desenvolvimento histórico de outras áreas, como o planalto paulista, o extremo Norte, as terras mineiras, os campos sulinos, etc. (HOLANDA, 1979, p. 102).

O autor de *Raízes do Brasil* questionava se seria de fato o patriarcalismo, tal como descrito na obra de Gilberto Freyre, uma criação originária e específica das áreas de colonização lusitana. Refletindo sobre a questão do Barroco, Sérgio Buarque escrevia:

A verdade é que muitos dos traços característicos desse patriarcalismo, no seu apogeu e no seu declínio, entre nós, mal se poderiam destacar dos *modelos europeus e barrocos* que se prolongaram até estas bandas do oceano (grifo meu). (HOLANDA, 1979, p. 104).

Holanda argumentava que, guardadas as devidas proporções, o próprio senhor do engenho dos séculos XVII e XVIII não se distinguiria muito, no âmbito social e cultural, dos nobres e fidalgos reinóis. E também as Casas Grandes seriam muito parecidas – salvo, talvez, em suas dimensões – com as casas e sobrados nobres da Península Ibérica. E então concluía:

A forma da sociedade brasileira, se tivermos de aceitar noção tão violentamente realista, como essa que nos propõe Gilberto Freyre – realista menos no sentido da sociologia atual do que da

teologia medieval – não foi suscitada na área da cana-de-açúcar, ou em outra região brasileira particular; *mais plausível é acreditar que veio acabada do Velho Mundo, adaptando-se aqui, mal ou bem, às circunstâncias geográficas, étnicas, econômicas, próprias das diferentes áreas, e assumindo em cada uma feição diversa* (grifo meu). (HOLANDA, 1979, p. 105).

Nota-se, portanto, que as questões que foram cultivadas no exercício da crítica literária passam a permear também as preocupações históricas do autor. E o Barroco teria, nisso tudo, aspecto fundamental. Sua importância é tamanha que o professor Guilherme Simões Gomes Júnior teria, inclusive, arriscado uma interessante hipótese: algumas das características fundamentais do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda seriam oriundas da constante simpatia que este sempre cultivara pela cultura barroca seiscentista.

Sabe-se bem que Sérgio Buarque se serviu, em grande parte de seus textos, de um engenhoso sistema de oposições para esclarecer problemas da cultura brasileira. Contrapôs portugueses e castelhanos, aventura e trabalho, semeadores e ladrilhadores, caminhos e fronteiras. Não seria a própria opção do autor por lidar com oposições de contrários uma tendência barroca? Gomes Jr. destaca que, especialmente entre autores barrocos, a

[...] antítese tem um lugar de destaque, tratada por Tesouro entre as metáforas de posição e por Gracián entre as agudezas da contrariedade e dissonância, sendo que sua força reside no fato de os contrários se clarearem reciprocamente, o que faz com que todo o discurso se ilumine (GOMES Jr., 1998, p. 122).

Neste sentido, vale lembrar a recente tese de doutorado de João Kennedy Eugênio (2011), onde o autor encontra duas matrizes interpretativas rivais (retórica identitária organicista e análise sociológica) no cerne de *Raízes do Brasil*.

Outra tendência barroca no pensamento buarqueano estaria em sua preferência por explicações metafóricas ou alegóricas. Como já havia destacado o professor Edgar

Salvadori de Decca, “Sérgio Buarque sempre se utilizou de metáforas para criar imagens históricas” (De DECCA, 2008, p. 209). O apreço pela utilização de alegorias explicativas teria ficado explícita na resenha que Sérgio Buarque publicou, ainda em 1920, sobre o livro *Ariel* (1900) de José Henrique Rodó. Rodó teria partido da peça barroca *A Tempestade*, de Shakespeare, para formular sua alegoria sobre o processo colonial na América. Próspero representaria o colonizador europeu, com sua imensa sabedoria, Caliban, a barbárie da cultura utilitarista norte-americana, enquanto Ariel seria a idealização de uma América Latina espiritualizada e humanista. Sergio Buarque demonstrou-se, com apenas 18 anos de idade, bastante entusiasmado com a missão iluminista da intelectualidade latino-americana, prognosticada na vitória de Ariel sobre Caliban, no texto de Rodó (De DECCA, 2008, p. 220).

Em *Raízes do Brasil*, chama-nos a atenção, por exemplo, o importante papel explicativo da alegoria do dilema de *Antígona*, retratado na peça de Sófocles. Na metáfora de Sergio Buarque, Creonte, ao proibir o enterro e os ritos funerários de Polinice em Tebas, encarna a noção impessoal e abstrata do Estado Moderno. Enquanto Antígona, que decide desobedecer as ordens impostas pelo rei e sepultar seu irmão, representa o círculo patriarcal brasileiro, essencialmente particularista, que prefere dar preferência a sua vontade pessoal em detrimento da vontade dos demais cidadãos da sociedade (HOLANDA, 2005, p141).

Em suma, as várias metáforas encontradas – como as “raízes” do Brasil, já presente no próprio título do ensaio – reforçam a hipótese de Gomes Jr., de que na obra em questão se encontram “vestígios de uma maneira de pensar que, apesar de suas raízes antigas, foi característica da época dita barroca” (GOMES Jr. 1998, p.120). A sugestão do especialista sobre o barroco serve, também, para ilustrar a importância do Barroco no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda.

CAPÍTULO III

Do lado da Historiografia

Como apontamos nas linhas iniciais deste estudo, Sérgio Buarque de Holanda havia sido convidado para substituir Alfredo Ellis Jr. quando este sofreu um derrame cerebral. Até aquele momento, Sérgio Buarque estava imerso em estudos de crítica literária, aproximando cada vez mais as questões literárias com a história do Brasil; aproximação esta que teria sua fase final na publicação (não realizada) de *A Era do Barroco*.

Quando surgiu a oportunidade de prestar o concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira, frente à necessidade de defender uma tese de história, o autor buscou “transformar”, por assim dizer, a pesquisa que vinha empreendendo já havia vários anos, em um estudo de história. Em algumas entrevistas o autor fez alguns comentários sobre este processo, dos quais selecionamos alguns trechos.

Em entrevista¹⁰ publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 1959, Sérgio Buarque afirmava:

Visão do Paraíso foi escrito em quatro meses e meio, é talvez por isso meu livro de mais unidade, pois não parei para escrevê-lo, com o amplo material que vinha acumulando há anos. Examinei no livro os esquemas medievais com idéias de paraíso terrestre, existindo, atualmente: primavera eterna, longevidade, nem frio nem calor, doenças, etc. O tema constante do paraíso, com edenização do mundo, é tema constante no mundo americano – e isso está aumentando [...] No livro procuro explicar o que essa visão edênica implicou no

¹⁰ Recentemente a editora Azougue Editorial vem publicando a série *Encontros*, onde busca reunir, a cada volume, cerca de 10 entrevistas (algumas inéditas) de grandes nomes da intelectualidade brasileira, como: Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Milton dos Santos, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, entre outros. O volume dedicado a Sergio Buarque foi organizado por Renato Martins (2009).

descobrimto, exploraçãõ e colonizaçãõ do Brasil. Cabral chegou a dizer numa de suas cartas: “encontrei o paraíso...” (HOLANDA In MARTINS, 2009, p. 65-66).

Em *Corpo e Alma do Brasil*, entrevista realizada em 1981 (publicada somente em 2004 na revista *Novos Estudos*), o autor lembrava:

[...] fui convidado para assumir o curso de História do Brasil da USP. Em 1958 me disseram para prestar o concurso, pois do contrário eu seria demitido. O material eu já tinha, e então preparei uma tese rapidamente, em quatro meses, de onde saiu meu livro *Visão do Paraíso* (HOLANDA In: MARTINS, 2009, p. 178).

Eu tinha começado a juntar material para um trabalho sobre o Barroco no Brasil. (*Visão do Paraíso*) Era para ser uma introdução, mas quando surgiu a possibilidade de fazer o concurso, mudei o enfoque (HOLANDA, 2009, p. 184).

Em entrevista concedida a Richard Graham, publicada na *Hispanic American Review* em 1982:

Visão do Paraíso era para ser uma introdução a um estudo do Barroco no pensamento luso-brasileiro. Mas a introdução tornou-se maior que o tema principal. E então eu tive que apresentar uma tese na universidade. Assim, apressei-me a completá-lo com o aparato erudito, pesquisando onde tinha lido esta ou aquela referência ao tema edênico (HOLANDA, 2009, p. 204-205).

Esta transformação de suas pesquisas literárias em tese de história, que foi articulada rapidamente pelo autor, é particularmente interessante e ainda carece de maiores reflexões. Pois, a partir dela podemos compreender o que Sérgio Buarque de Holanda considerava uma tese de história e o que entendia ser a missão e o ofício do historiador (suas preocupações e questionamentos, seus objetivos, seus métodos e recursos, etc.). Para tentar compreender este processo, buscaremos, portanto, elucidar alguns aspectos da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda e de sua interpretação do Brasil.

A Concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda

Da sua concepção de história, Sérgio Buarque nos deixou alguns indícios. Ela foi ressaltada pelo historiador brasileiro em alguns artigos publicados em periódicos, em entrevistas e também no prefácio redigido no momento da segunda edição de *Visão do Paraíso*¹¹. Nestes textos, Holanda demonstra grandes afinidades com as concepções de história de Goethe e de Benedetto Croce.

No prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, de 1969, Sérgio Buarque de Holanda realizou alguns comentários a respeito do ofício do historiador:

Essa espécie de taumaturgia não pertence, em verdade, ao ofício do historiador, assim como não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca [...] a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre (HOLANDA, 2000, p. XVII-VIII).

Na passagem destacada, o autor de *Raízes do Brasil* demonstrava-se como partidário de uma concepção moderna de história, questão que vem sendo trabalhada em alguns estudos recentes¹². Como nos explica Reinhart Koselleck, a concepção de

¹¹ *Visão do Paraíso* foi apresentado como tese de concurso em 1958. No ano seguinte, foi publicado pela Editora José Olympio. Em 1969, imprimiu-se a segunda edição com diversas modificações. Em entrevista de 1981, Sérgio Buarque de Holanda confessa: “José Olympio queria que a primeira edição (de *Visão do Paraíso*) saísse rápido. Mas tão rápido que eles imprimiram com muitos erros [...] Tinha tanto erro que era impossível fazer uma errata: ficaria do tamanho do livro. Consegui fazer algumas correções, tirar as partes mais graves e saiu uma segunda edição. Mas modifiquei muito da primeira para a segunda. Estive nos Estados Unidos por volta de 1965, para dar um curso, e nas bibliotecas americanas encontrei um material enorme. Com isso a segunda edição se ampliou bastante, e o livro ficou com aquele aparato erudito que tem hoje” (HOLANDA In MARTINS, 2009, p. 184-185). Além da ampliação e de uma redistribuição do material “segundo critério aparentemente mais racional”, Sérgio Buarque também buscou responder, no prefácio de 1969, sobre “enganos de interpretação surgidos desde que (o livro) foi publicado pela primeira vez” (HOLANDA, 2000, p. IX). Uma comparação detalhada entre a versão tese, a primeira edição e a segunda edição escapam aos limites dessa dissertação e ainda está por ser feita.

¹² Tratam-se de *Odisséias do Conceito Moderno de História* (2010), publicado na revista do IEB por Pedro Afonso Cristóvão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira; e *Urduidura do Vivido* (2008) de Thiago Nicodemo.

história moderna é combativa em relação à antiga *historia magistra vitae*. Esta expressão foi cunhada por Cícero no contexto da Oratória e se referia ao modelo de história proposto por Tucídides. Para o historiador ateniense, o relato de eventos de um passado mais ou menos remoto tinha a mera função de explicar alguma situação do presente. Logo nas primeiras linhas de a *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides afirmava que o objetivo daquela narrativa era tornar-se um patrimônio sempre útil às gerações futuras, para que estas pudessem consultá-lo sempre que vivenciem circunstâncias semelhantes.

No fundo, era a mesma ideia daquele antigo conselho: no que se refere àquilo que não se pode vivenciar, deve-se recorrer à experiência de terceiros. Portanto, compreende-se, segundo esta concepção, a história como um conjunto de exemplos relatados que tenham utilidade para a vida prática. Assim, a história concederia aos homens a prudência e sabedoria necessárias para evitar cair em antigos erros, e, ao mesmo tempo, para poder repetir os sucessos do passado. Esta fórmula de “história mestra da vida” (*historia magistra vitae*) difundida por Cícero, como nos indica Koselleck, predominou no pensamento ocidental – passando pela historiografia cristã/eclesiástica e por vários pensadores modernos – até começar a perder terreno, a partir do século XVIII, para uma nova concepção de história (KOSELLECK, 2006, p. 44-45).

A concepção moderna de história criticaria diretamente a forma pela qual a *historia magistra vitae* relacionava passado e futuro, pela suposição de uma similaridade exacerbada entre os acontecimentos futuros, os fatos do presente e os eventos do passado. Ela considera o tempo futuro como incerto, destituindo qualquer forma de conteúdo antecipatório do mesmo. Não se pode, portanto, esperar conselhos a partir de “altares do passado”. Pode-se, ao contrário, pensar/planejar um futuro que ainda está por se construir (KOSELLECK, 2006, p. 58).

Nas páginas do periódico paulista *Folha da Manhã*, Sérgio Buarque de Holanda publicava, em julho de 1950, um artigo intitulado *Apologia da História* (clara referência

ao texto redigido no cárcere nazista pelo historiador francês Marc Bloch), onde buscava esboçar sua concepção de história. Nessa ocasião o historiador brasileiro aproveitou a oportunidade para relembrar a noção goetheana de que a história não é mais do que um meio de nos emanciparmos do passado. Atento aos pensamentos expressos nas *Máximas e Reflexões* de Goethe, Sérgio Buarque de Holanda destacava: “Escrever história é um modo de desembaraçar-se do passado” (HOLANDA, 2011, p. 18).

A admiração que Sérgio Buarque cultivava por este importante poeta alemão do século XVIII já era, no entanto, antiga. Como nos indica Maria Odila, “desde muito jovem, (Sérgio Buarque de Holanda) já lia no original *O Fausto* de Goethe” (DIAS, 2008, p. 317). Marcos Vinicius Corrêa Carvalho também aponta que, durante os anos de juventude, o autor tinha Goethe como uma de suas maiores referências intelectuais. Em novembro de 1920, aos dezoito anos de idade, Sérgio Buarque já havia publicado um artigo no periódico *Correio Paulistano – O Fausto (a propósito de uma tradução)* – que versava sobre a tradução da principal obra de Goethe para o português, levada a cabo por Gustavo Barroso (CARVALHO, 2003, p. 37).

Em 1929, graças a um convite de Assis Chateaubriand, Sérgio Buarque também teve a oportunidade de visitar a Alemanha como correspondente do jornal *Diários Associados*. Nos quase dois anos que permaneceu em território-germânico, frequentou esporadicamente as aulas de Meinecke na Universidade de Berlim.

Como salientou Croce, Friedrich Meinecke era um grande estudioso do historicismo alemão e dedicaria uma obra sobre o assunto no final da década de 1930. O historiador alemão considerava e definia o historicismo como uma verdadeira revolução mental que nega a teoria racionalista e iluminista de história universal. Para Meinecke, o historicismo consiste, portanto, na admissão dos aspectos irracionais na vida humana, na forte adoção ao individual e particular, sem, porém, menosprezar o típico e o geral. Em *O Historicismo e sua Gênese* (1938), o autor buscava encontrar os “precursores” – aqueles que, em condições ainda imaturas ou desfavoráveis, antecipam o pensamento e a ação que se tornarão característicos de uma época posterior – do historicismo em diversos intelectuais do século XVIII. O pensamento historicista encontrava-se ainda

embrionário em pensadores como Leibniz e Giambattista Vico, mas também em alguns filósofos franceses (Voltaire, Rousseau, Turgot, Montesquieu), historiadores iluministas ingleses (Hume, Gibbon, Robertson) e autores pré-românticos ingleses (Blackwell, Wood, Percy, Fergusson, Burke). Mas, encontrava-se, sobretudo, em Möser, Herder e Goethe. Pelo fato de dedicar a maior parte de seu livro, a parte final e conclusiva, a este conhecido poeta alemão, tudo indica que Meinecke acreditava que é justamente no pensamento de Goethe, autor bastante conhecido do jovem Sérgio Buarque, que o historicismo atingiria sua mais elevada expressão.

A conclusão de Meinecke é, sem dúvida, surpreendente. O poeta alemão de que tratava não era necessariamente um “homem da história”. Havia pensado nela somente de forma superficial, acidental. É, ao contrário, freqüentemente lembrado como um intelectual dedicado à contemplação do eternamente humano, e também por ter pronunciado, em diversas situações, zombarias desdenhosas contra a história e suas vãs afirmações (CROCE, 2006, pp. 93-107). Como observara o próprio Sérgio Buarque, Goethe,

[...] sendo embora poeta e homem de gênio, mostrara por mais de uma vez (no projetado prefácio à terceira parte de *Poesia e Verdade*, por exemplo, e também no ensaio sobre a contenda de clássicos e românticos na Itália, datada de 1818) escassa simpatia pelo mister de historiador (HOLANDA, 2011, p.18).

Porém, deve-se ter em mente que o repúdio manifestado por Goethe era exatamente contra a história universal concebida pelo pensamento iluminista. Rejeitando esta concepção de história racionalista, que vinha sendo fortemente divulgada durante o século XVIII, Goethe propõe que a escrita da história deva ter como função primordial livrar os homens do passado, de possibilitar o rompimento com o passado e a construção de uma realidade completamente nova em seu lugar. Aliás, em sua obra mais famosa, *O Fausto* (publicada em duas partes, em 1808 e em 1832), Goethe trazia um poema de proporções épicas onde enfatizava, de maneira abstrata – na desilusão de Dr. Fausto com o seu tempo e seu conseqüente pacto com Mefistófeles –, que o principal dilema da Modernidade seria apagar o passado e construir algo inédito em seu lugar. Atento a flexibilidade típica dos vocábulos da língua alemã, Thiago Lima

Nicodemo apontou que na sua forma original, o aforismo de Goethe conta com uma peculiaridade. A ação de livrar-se do passado é composta a partir de uma expressão idiomática típica da língua alemã: “*vom Halse zu schaffen*”, ou seja, algo como “retirar do pescoço” (NICODEMO, 2008, p. 25).

Portanto, o “desembaraçar-se” da máxima citada por Sérgio Buarque de Holanda remete a algo que proporciona desconforto, ou seja, um passado agonizante que ainda persiste contido no presente. Este seria o dilema moderno. O ímpeto modernizador acaba por resultar na sensação incômoda da presença e permanência de um passado indesejado.

Concepção de história semelhante também foi-nos explicada por Benedetto Croce. O pensamento deste famoso filósofo italiano sobre a história foi publicado no livro *A História : Pensamento e Ação*, em 1938, mesmo ano da obra de Meinecke sobre o historicismo.

Neste estudo, Croce afirma:

O que constitui a história pode ser assim descrito: trata-se do ato de entendimento e compreensão induzido pelas exigências da vida prática. Essas exigências não podem ser satisfeitas pelo recurso à ação, a menos que antes de tudo os fantasmas e dúvidas e sombras que nos assediam tenham sido dispersos por meio da afirmação e resolução de um problema, ou seja, por um ato de pensamento (CROCE, 2006, p. 26).

O intelectual italiano afirmava que as obras históricas nascem, necessariamente, a partir das exigências novas do tempo presente, e a partir das perplexidades envolvidas nele. Estas exigências da vida prática dariam, portanto, ao discurso histórico o caráter de história contemporânea. Daí que nasce a famosa máxima do autor “toda história é história contemporânea”. Refletindo sobre a história, diz Benedetto Croce que,

Somos produtos do passado e vivemos imersos no passado, que nos abrange. Como podemos deslocar-nos para uma nova vida, como criar novas atividades, sem sair do passado e sem nos pormos acima dele? (CROCE, 2006, p. 64).

E conclui, revelando uma influência em comum a Sérgio Buarque:

Não há outro caminho, exceto por meio do pensamento, que não rompe relações com o passado, mas se ergue idealmente acima dele e o converte em conhecimento [...] Escrever História – como Goethe observou – é um modo de se livrar do passado. O pensamento histórico transforma-o em seu próprio material e transfigura-o em seu objeto, e a escrita da história liberta-nos da história (CROCE, 2006, p. 64).

Se no texto *Apologia da História* (1950), Sérgio Buarque de Holanda fazia menção a concepção de história de Goethe, é a Benedetto Croce – autor cuja leitura fora de fundamental importância para as reflexões de Holanda nos anos em que residiu na Alemanha (DIAS, 2008, p. 324) – que o historiador brasileiro aludia em entrevistas publicadas no final de sua vida¹³.

Em entrevista publicada na Revista *Veja* em 1976, o historiador brasileiro fazia menções a máxima do filósofo italiano:

Eu diria, junto com Benedetto Croce, que toda história é história contemporânea. Ou seja, nós sempre privilegiamos um aspecto em função de nossa realidade [...] Nós contamos a história a

¹³ Além disso, Sérgio Buarque de Holanda cita Benedetto Croce algumas vezes nos artigos de crítica literária que publicara no decorrer da década de 1950 no periódico *Diário Carioca* (*Em Torno de Vieira*, de janeiro de 1951; *Silvio Romero*, de abril de 1951 e *Limites do Barroco*, de dezembro de 1951). Também o faz em uma série de entrevistas que foi publicada pela Azougue Editorial. A presença de diversos exemplares das obras de Croce (*Lirici Marinisti* de 1910 e *Estética*), com grifos e anotações, na biblioteca pessoal do autor na Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda, Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campinas, também sugere uma familiaridade com o pensamento do filósofo italiano.

partir da vivência cotidiana, de nossos problemas, de nossa realidade. Os historiadores sempre foram e sempre serão presa fácil de seu tempo (HOLANDA, 2009, p. 93).

E, na entrevista concedida a Richard Graham, criticando também a *historia magistra vitae*:

Como disse Croce, toda história é história contemporânea. O historiador sempre escreve a partir de seu próprio tempo. O historiador está dentro da história. Mas o passado não é o presente, e o bom historiador sabe disso. Naturalmente, a função do historiador é fazer-nos esquecer o passado, libertar-nos dele (HOLANDA, 2009, p. 207)

Portanto, ao adotar uma concepção moderna de história que supõe uma utilidade prática na construção de um futuro, Sérgio Buarque de Holanda tinha o objetivo de intervir diretamente no presente com sua escrita histórica. Ele construiu, assim, toda uma interpretação do Brasil; que tem seu início em *Raízes do Brasil* e que passa a ser lapidada até o momento da escrita de *Visão do Paraíso*. Atentemos a esta interpretação da história nacional.

A Interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda: de *Raízes do Brasil* à *Visão do Paraíso*

No último capítulo de *Visão do Paraíso (América Portuguesa e Índias de Castela)*, Sérgio Buarque de Holanda arriscava uma escrita em tom conclusivo; prática, incomum em suas outras obras, que deve ter sido estimulada pelo formato de tese acadêmica exigida no concurso de cátedra que prestava. Neste capítulo final insistia, a partir da comparação entre lusos e castelhanos, na perspectiva de uma continuidade de

elementos medievais ao longo da formação do estado nacional de Portugal, como quem se indaga sobre os aspectos mais conservadores e arcaicos vigentes no próprio Brasil de sua época. Eram estes elementos que mantinham-se “agonizantes” no presente brasileiro. Elementos que, ainda presentes, constituíam um obstáculo ao processo de modernização do país, que o autor pretendia se “desembaraçar” com sua escrita histórica.

Entretanto, essa concepção de história inspirada nos pensamentos de Goethe e Croce não apareceu primeiramente na tese de cátedra de Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso* é, na realidade, o resultado do longo desenvolvimento de um projeto de intervenção no presente que se esboçava desde os anos de juventude de seu autor. Desde *Raízes do Brasil* Holanda procurava identificar algumas das estruturas sociais que considerava como mais prejudiciais ao processo de modernização brasileira; estruturas estas que estariam diretamente conectadas ao nosso passado colonial e, por extensão, às práticas arcaicas dos portugueses colonizadores. A interpretação de Sérgio Buarque em seu livro de estreia carrega consigo a clara intenção de intervir no presente, na medida em que a tomada de consciência dessas estruturas poderia abrir caminhos para modificações na sociedade do país. *Raízes do Brasil* representa a célula fundamental de seu autor sobre a sociedade brasileira, pois muitos de seus temas persistiram obstinadamente em suas obras posteriores. O livro de 1936 é, portanto, apenas um esboço de um projeto intelectual desenvolvido obstinadamente durante muitos anos¹⁴.

Essa visão negativa do processo de formação do Brasil e de seu sentido exploratório, certamente um dos temas primordiais de toda a obra de Sérgio Buarque de Holanda, passou por um complicado processo de elaboração até desempenhar um papel central, embora não tão evidente, em *Visão do Paraíso*.

¹⁴ Thiago Lima Nicodemo refletiu sobre o projeto de intervenção explícito na historiografia de Sergio Buarque de Holanda em *Urdidura do Vivido* (2008) e em sua tese de doutorado, *Alegoria Moderna* (2010)

Um dos principais argumentos de Sérgio Buarque de Holanda em seu livro de estreia é de que a exploração nos trópicos realizada pelos portugueses “não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono” (HOLANDA, 2005, p. 43). Buscando refletir a respeito das determinantes psicologias do movimento de expansão colonial portuguesa pelas terras da América, Holanda destacava observações contidas na obra de Frei Vicente do Salvador, que trata dos primeiros 125 anos da colonização portuguesa no Brasil. O que interessou o intelectual paulista foram os apontamentos dos aspectos *negativos* do processo colonial destacados pelo frade baiano. Em sua *História do Brasil* (1627), Vicente do Salvador denunciava a falta de iniciativa dos portugueses, que, não se embrenhando pelo interior, preferiam permanecer ao longo do litoral. “A seu ver (os portugueses), cuidam só de espoliar o país, levando o que podem, sem pensar na criação das riquezas” (IGLÉSIAS, 2000, p.31). Estas informações seriam fundamentais para a construção dos tipos ideais (de inspiração weberiana) do aventureiro e do trabalhador. Contrapondo espanhóis e portugueses, Sérgio Buarque identificava o trabalhador e o aventureiro, respectivamente.

Para uns (o aventureiro), o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora fronteiras [...] O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo de proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele (HOLANDA, 2005, p. 44)

O “desleixo” do português “aventureiro” também era observado pelo autor quando este contrapunha, a partir de seus produtos urbanísticos, as formas distintas de organização social nas Américas espanhola e portuguesa¹⁵. Inspirando-se novamente em Max Weber, Sérgio Buarque considerava que a habitação em cidades está diretamente associada às manifestações do espírito e da vontade humanas. Na medida em que se opõe a natureza, a cidade é, em sua essência, antinatural. Além disto, “para muitas

¹⁵ O professor de História da Arquitetura e Estética da USP, Nestor Goulart Reis Filho, em recente palestra realizada no IEB, considera Sérgio Buarque de Holanda como um dos autores pioneiros nas reflexões sobre os projetos urbanísticos na América colonial (REIS FILHO, 2011).

nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de cominação que conheceram”. Neste sentido, observam-se, no Brasil do século XVIII, os rigorosos planos pombalinos que exigiam regras para ordenamento estético das fachadas das casas e normas para alinhamento das vias. Era um projeto urbanístico com a clara intenção de estabelecer uma ordem urbana, um projeto civilizatório que explicitava o controle do poder da Coroa sobre a população, uma forma de imposição cultural. Como também notam-se as rígidas regras geométricas do urbanismo colonial castelhano, que foram oficializadas por volta de 1560/1580 (HOLANDA, 2005, p. 95).

Entretanto, ainda antes da imposição destes projetos por parte das administrações coloniais ibéricas, vilas e cidades foram fundadas pelos habitantes que residiam nas novas terras. Sérgio Buarque de Holanda observava que, mesmo antes das imposições da Coroa, as cidades espanholas na América teriam sido fundadas sob uma rígida disciplina urbanística.

O próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhe antes o acento voluntário da linha reta [...] foi simplesmente um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado (HOLANDA, 2005, p. 96)

Se a disciplina metódica caracterizaria as cidades castelhanas, seria a *adaptabilidade/plasticidade* a peculiaridade mais gritante das cidades e vilas portuguesas. Com o claro intuito de exploração comercial, os portugueses optaram por permanecer ao longo da costa brasileira. A exploração litorânea alimentava a exportação de gêneros de procedência brasileira e, ao mesmo tempo, facilitava as comunicações por via marítima. Sendo a atividade comercial o objetivo principal, não convinha aos portugueses a construção de grandes cidades e vilas, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios.

A cidade que os portugueses construíram na América não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha de paisagem. Nenhum rigor,

nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” (HOLANDA, 2005, p. 110)

Ao comparar a colonização sem método dos portugueses com a empresa racionalizada espanhola, Sérgio Buarque afirmava que a adaptabilidade lusitana seria atributo indispensável para colonizar com êxito as terras do Brasil. A fracassada tentativa de colonização holandesa, que tentou criar uma nova Holanda no Nordeste, seria um exemplo crucial disto. Mas, ao mesmo tempo, destacava que esse mundo não racionalizado que se formou na América Portuguesa – com sua acentuação do afetivo, do passional e do irracional – criava uma série de inconvenientes a uma população em vias de se organizar politicamente, de acordo com conceitos modernos.

No mesmo ano da publicação de *Raízes do Brasil*, em 1936, Sérgio Buarque de Holanda tornava-se professor assistente de mestres estrangeiros que vieram ao Brasil auxiliar a formação da Universidade do Distrito Federal. Teria convivido e aprendido Literatura Comparada com Henri Tronchon e História Moderna e Econômica com Henri Hauser. O contato diário com Hauser foi de suma importância para o desenvolvimento intelectual e profissional de Holanda, pois seria com este professor francês que ele aprenderia o *métier* do historiador. Com Hauser aprenderia a fazer fichas, elaborar aulas e projetos de pesquisa, a montar bibliografias, etc. Esse aprendizado seria fundamental para que Sérgio Buarque se afastasse com desconfiança dos moldes do ensaísmo histórico – no qual se encaixa *Raízes do Brasil* – e caminhasse em direção da pesquisa acadêmica mais rigorosa, do trabalho científico paciente e coletivo (HOLANDA, 1979).

Com o vasto material que teve contato trabalhando em instituições como o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional, Holanda pôde, no decorrer da década de 1940, por em prática a formação intelectual “carioca”, que aprendera nos anos anteriores, em uma temática paulista, de sua cidade natal: as bandeiras no interior do país.

Assim, Sérgio Buarque de Holanda continuava a refletir sobre uma das temáticas trabalhadas em *Raízes do Brasil*: a peculiaridade da larga capacidade adaptativa portuguesa e seu papel fundamental para o êxito da empreitada colonial no território brasileiro. De tal forma, o autor entrava em uma discussão historiográfica, iniciada no final do século XIX e início do século XX, que criticava a falta de ênfase a respeito do desenvolvimento histórico dos sertões. Se até este momento os comentários a respeito das entradas no interior do país limitavam-se até o seu processo de conquista, com autores como Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha a intelectualidade brasileira começava a intuir que o entendimento da “identidade nacional” carecia de uma maior compreensão dos povos do sertão brasileiro.

Autores como Gilberto Freyre tendiam a estudar somente o litoral brasileiro, onde os portugueses estabeleceram fazendas para a produção de açúcar com o recurso a mão-de-obra escrava africana. Focavam, portanto, somente nas regiões onde os colonos repetiram o modelo de extração de açúcar que praticavam em ilhas e costa africanas e asiáticas. Estudavam apenas as sociedades estabelecidas na costa brasileira, onde os portugueses conseguiram estender com mais facilidade o “estilo de vida” Barroco, marcado pelo ambiente rural e pela família patriarcal. Assim, deixavam de lado a história da colonização da maior parte do território que forma o estado nacional recente. Não prestavam a atenção devida ao interessante processo de intercâmbio cultural que ocorria entre portugueses e nativos da terra no interior do país. Os conhecimentos indígenas teriam sido cabais para os que circularam e se estabeleceram no Brasil ao largo das “ilhas de produção açucareira”.

Em entrevista concedida a Richard Graham, perto do fim da vida, Sérgio Buarque revelava o objetivo de seus escritos sobre a penetração colonial no interior do país:

Havia já começado a escrever alguns ensaios para uma espécie de *Casa Grande & Senzala* ao avesso. Este livro de Freyre faz o Brasil parecer estático; dominado pelo açúcar; olhando para o Atlântico; parado. Eu queria algo mais dinâmico, apontando para as Minas, para o interior. Brasil em movimento (HOLANDA In MARTINS, 2009, p. 05)

Em *Monções* (1945), na segunda edição de *Raízes do Brasil* (1947)¹⁶ e em *Caminhos e Fronteiras* (1957)¹⁷, Sérgio Buarque de Holanda se esforçava para demonstrar o quão fundamentais teriam sido os conhecimentos indígenas para aqueles que circulavam ou se estabeleciam no Brasil fora do raio das “ilhas de produção açucareira”. Em forte diálogo com a antropologia, com a cultura material e com a historiografia norte-americana, o autor desenvolvia a questão da “plasticidade” portuguesa, sua capacidade de incorporar conhecimentos provenientes das culturas indígenas, para ter êxito na penetração no interior do Brasil.

Tendo carregado consigo o ímpeto do modernismo paulista de se voltar para o folclore do interior do Brasil, Sérgio Buarque escrevia para responder tanto aos historiadores que valorizavam somente a história do litoral brasileiro, quanto a um grupo de historiadores paulistas que idealizavam a figura do bandeirante.¹⁸

Autores como Oliveira Lima, Eduardo Prado e Paulo Prado acabaram por construir uma imagem idealizada e romântica de bandeirante em suas obras. Criticando os costumes e a tradição portuguesa, faziam longos elogios a mestiçagem e a “fusão de raças”. Enquanto Eduardo Prado considerava que o bandeirante mameluco herdara o cérebro desenvolvido do português os sentidos aguçados e os músculos rijos dos nativos da terra, Sérgio Buarque os descrevia como “escravagistas empenhados em ganhar dinheiro no dia-a-dia” (HOLANDA, 2009, p. 208).

¹⁶ Após o convívio com Henri Hauser e Henri Tronchon, na UDF, e do tempo como funcionário público no INL e na BN, Sérgio Buarque de Holanda modificou bastante seu livro de estreia para a publicação de uma segunda edição. Entre as principais modificações se encontram um acréscimo considerável de informações sobre o papel dos indígenas no processo de colonização e da formação do Brasil. Sobre as demais alterações que foram feitas no texto e no pensamento do autor, ver, principalmente, WEGNER (2000) e EUGÊNIO (2011).

¹⁷ Embora tenha sido publicado bem mais tarde que os outros estudos mencionados, Sérgio Buarque de Holanda afirmava que *Caminhos e Fronteiras* fora redigido e planejado na mesma época que *Monções*. “O fato é que aquela obra (*Monções*) fora, não só pensada mas redigida, em sua versão inicial e ainda sumária, juntamente com os capítulos que foram a primeira seção do atual volume (*Caminhos e Fronteiras*)” (HOLANDA, 1975, p. 5).

¹⁸ Um estudo mais elaborado a respeito das discussões da obra de Sérgio Buarque de Holanda com a de outros autores paulistas estudiosos do sertão brasileiro foi realizada por João Kennedy Eugênio (EUGÊNIO, 2011).

Percebe-se, portanto, que Sérgio Buarque de Holanda mantivera uma das temáticas de *Raízes do Brasil*, a colonização desleixada portuguesa e sua capacidade de adaptação, agora em pesquisas mais rigorosas e acadêmicas, questionando outras obras historiográficas que vinham sendo trabalhadas até o momento. Buscando um “Brasil em movimento”, mantinha o seu foco de análise nas entradas do sertão, marcadas muitas vezes pela busca de metais preciosos e de mão-de-obra nativa, que se refletia em uma sociedade completamente distinta da do litoral, mais flexível e movediça. Em *Visão do Paraíso*, esta discussão também será retomada.

Motivos edênicos da colonização do Novo Mundo

Sérgio Buarque de Holanda, agora em sua tese de cátedra, iria trazer notáveis contribuições aos debates historiográficos de meados do século XX a respeito dos motivos e dos sistemas de colonização adotados no Novo Mundo, especialmente nos séculos XVI e XVII.

Como vimos no capítulo anterior, ao preparar sua malograda *História da Literatura Brasileira*, Sérgio Buarque buscou perseguir a tópica do sentimento nacional brasileiro presente na poesia colonial. Assim, havia observado que estes poetas almejavam convencer seus leitores das qualidades das terras luso-brasileiras a partir da descrição elogiosa da Natureza, com o objetivo de destacar os aspectos ímpares da região. Neste processo, o autor de *Visão do Paraíso* ressaltava a associação operada pelos poetas coloniais entre as descrições da terra e as descrições de cenários ideais recorrentes na literatura ocidental, em especial a tópica do *locus amoenus*.

A tópica do *locus amoenus* – de origem pagã mas que se funde à temática do Paraíso Terrestre em meados do século IV num poema de Lactâncio (ou de quem quer

que tenha escrito o poema *Phoenix*) – também encontrava-se, entretanto, nas primeiras narrativas de viagem, nos tratados descritivos, nos tratados cosmográficos e mapas-mundi produzidos a partir do contato dos europeus com o Novo Mundo. Aliás, um dos elementos mais característicos da ideia de Paraíso Terreal, a tópica da eterna primavera, manteve-se vigorosa nos escritos e tratados de viajantes e colonizadores da América.

Um dos elementos desta tópica, a eterna primavera, está presente nas descrições de Cuba registradas nos diários de Colombo, nas *Historias de Las Indias* (1527) de Bartolomeu de Las Casas, na *Historia da Província de Santa Cruz* (1573) de Pero de Magalhães Gandavo, nos textos dos padres jesuítas José de Anchieta, Nóbrega e Fernão Cardim, nas *Notícias Curiosas e Necessárias das Coisas do Brasil* (1663) de Simão de Vasconcelos, e em muitas outras cartas e crônicas do período colonial.

O clima ameno do Novo Mundo foi, sem dúvida, um dos elementos que mais surpreendeu os viajantes europeus. Enquanto na Europa a natureza, por repartir suas dádivas nas diferentes estações do ano, beneficiava somente aos previdentes, os trabalhadores, os diligentes pacientes que se preparavam para períodos de penúria; nas terras americanas ela se entregava inteira e de imediato sem a grande necessidade de trabalho humano. Assim como nas descrições dos primeiros dias da Criação, nas novas terras descobertas tudo “era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro” (HOLANDA, 2000, p. XI).

Assim se compreende o “maravilhamento” europeu frente às qualidades naturais do Novo Mundo e a utilização da tópica da eterna primavera perene em suas narrações descritivas, onde encontram-se referências a temperança dos ares, do clima ameno onde não se passa nem frio nem calor (HOLANDA, 2000, p. XX-XXIV).

Os navegadores e viajantes do Velho Mundo enfrentaram um gigantesco choque ao entrar em contato com novas faunas, floras e sociedades, que em tudo diferiam das terras que conheciam até então. Muitas vezes diante do estranho, do assustador, do

inédito e do inexplicável, vivenciavam a árdua tarefa de transmitir (e traduzir) suas inquietantes experiências para seus semelhantes europeus. Neste processo narrativo de descrição das terras recém-descobertas a ideia de Paraíso Terrestre e a tópica do *locus amoenus* devem ter sido, de fato, inevitáveis.

No capítulo conclusivo de sua tese de cátedra, Sérgio Buarque de Holanda afirmava:

Tentou-se mostrar, ao longo destas páginas, como os descobridores, povoadores, aventureiros, o que muitas vezes vêm buscar, e não raro acabam encontrando nas ilhas e terra firme do Mar Oceano, é uma espécie de cenário ideal, feito de suas experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais (HOLANDA, 2000, p. 383).

O autor compartilhava, portanto, da constatação que Lucien Febvre fez ao estudar a obra de Rabelais em *Le Problème de l'Incroyable au XVI^e Siècle* (1947). As pessoas, durante os séculos XVI e XVII, guardavam ainda uma dose de inocência maior do que as dos nossos dias. Em tempos de ciência e tecnologia é difícil compreender o fascínio e o gosto pelo fantástico. O homem de princípios da era moderna era muito mais suscetível a aceitar maravilhas e fantasias. Possuía ainda uma forma rudimentar de avaliar a veracidade de uma história. Se uma narrativa fosse relatada por uma testemunha digna de fé, se estivesse de acordo com as tradições ancestrais e as crenças religiosas, provavelmente seria aceita como verdadeira. Eram, portanto, homens com uma *forma mentis* Barroca. Pessoas que realizavam um “consórcio entre razão e mito”, que admitiam tanto o racional quanto o irracional, que possuíam um modo analógico de pensar, que partilhavam uma forte tendência à interpretação alegórica. Carregavam conflitantes dentro deles próprios o elemento cristão legado pela Idade Média e o racionalismo humanista que o Renascimento revigorava da antiguidade pagã. Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda ressaltava que:

Não tem mesmo faltado ultimamente quem procurasse assinalar a íntima relação existente entre as operações mágicas e a própria ciência experimental dos séculos XVI e XVII. Por mais que um Bacon, por exemplo, tivesse procurado eliminar de seu sistema fábulas, maravilhas, curiosidades e tradições, a verdade é que não logrou sustar a infiltração nele de princípios

dotados de forte sabor mágico e ocultista [...] o próprio Descartes ousou confessar sua incapacidade de discorrer sobre as experiências mais raras antes de conseguir investigar ervas e pedras miraculosas da Índia, ou de ver a ave Fênix e tantas outras maravilhas exóticas, e além disso se valeu de lugares-comuns tomados à magia natural para abordar segredos cuja cumplicidade e inocência nos impedem de admirar as obras dos homens, na podem ser considerados tão radicalmente infenso a tal ou qual explicação oculta de fatos empíricos (HOLANDA, 2000, p. 4).

Uma verdadeira “psicose do maravilhoso” atingia, com pequenas diferenças, a todos os espíritos do período. Não se impunha somente a singeleza e credulidade da gente ignorante e popular. Não se fazia sentir somente em livros de devoção ou recreio. Estava presente também em descrições de viagens reais ou fictícias, e, sobretudo, nas obras de cosmógrafos e cartógrafos. Mapas-mundis, documentos cartográficos, relatos impressos de viagens, calendários, tratados teológicos e obras de filosofia natural frequentemente apresentavam uma catalogação dos mais variados seres e lugares fantásticos (CHAIN, 2003, p. 64).

Com notável erudição, Sérgio Buarque de Holanda aponta que a obsessão pela temática paradisíaca foi tão intensa que se tornou assunto para centenas de obras, literárias ou não, redigidas nas mais diferentes línguas do Ocidente Europeu entre 1540 e 1700. “A crença na proximidade do Paraíso Terreal não é apenas uma sugestão metafórica ou uma passageira fantasia, mas uma espécie de ideia fixa” (HOLANDA, 2000, p. 13).

Estas visões do paraíso tiveram seu ponto de partida no livro do *Gênesis*, capítulo 2, versículos de 9 a 25 e capítulo 3, versículos de 1 a 24, onde narra-se como Deus, tendo criado o homem a sua imagem e semelhança, plantou para sua habitação um vasto jardim repleto de plantas agradáveis à vista e boas para a alimentação. Bem no meio desta imensa variedade vegetativa, o Sr. Deus posicionou a *Árvore da Vida* e a *Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal*, cujos frutos, proibidos ao homem, dariam vida eterna e consciência, respectivamente. Apesar da única proibição importa por Deus, Adão e Eva foram enganados pela serpente e acabaram comendo do fruto proibido da *Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal*, saindo, portanto, do estado de

perfeita inocência e ignorância em que tinham sido criados. Logo após o primeiro ato de transgressão humana, a dura repressão divina. Deus expulsou Adão e Eva do Paraíso, condenando-os a sofrimentos e dores até então desconhecidos. Para impedir que os transgressores recém-castigados retornassem e estendessem suas mãos agora em direção aos frutos que lhes concedessem a vida eterna, Deus botou querubins armados com espadas flamejantes ao oriente deste maravilhoso e amplo jardim, com o intuito de proteger o caminho da Árvore da Vida.

Ora, se Deus se deu ao trabalho de incumbir querubins para chegar o caminho da Árvore da Vida, tudo levava a crer que aquele jardim – o Paraíso – continuava a existir fisicamente em alguma parte da Terra. Nada militava contra a realidade material e presente daquele horto que Deus montou para o primeiro homem logo após a criação. Muito provavelmente deveria se localizar pelas “bandas do Oriente”, como está no Velho Testamento¹⁹.

Posteriormente, esse núcleo inicial pertencente ao livro do *Gênesis* ganhou novos componentes oriundos do livro do Apocalipse. E, ainda depois, novos e sucessivos elementos foram tomados das crenças do paganismo antigo e do juízo interpretativo de teólogos e padres medievais, para então formar esse imenso amálgama que viria ser a ideia medieval de Paraíso Terrestre (HOLANDA, 2000, p. 185).

A existência de crenças semelhantes entre povos pagãos antigos, como é o caso da lenda do horto das Hespérides surgida entre gregos e fenícios, viria a fortalecer a convicção na existência material do Paraíso Terrestre. Segundo a mitologia grega, Hera, madrasta de Hércules, após casar-se com Zeus, foi presenteada por Gaia com um jardim em uma ilha perdida no meio do Oceano. Lá, Hera plantou uma macieira que produzia

¹⁹ Segundo Iza Chain, a localização do Paraíso Terrestre sempre se manteve, para o imaginário europeu, próximo ao desconhecido. Acreditava-se, inicialmente, que se encontrava em ilhas orientais. Posteriormente, quando o conhecimento do globo terrestre passou a ser três continentes e três mares, deslocou-se cada vez mais em direção ao Oceano Atlântico. Nesse sentido, vale lembrar que o próprio São Tomás de Aquino, cerca de 400 anos antes das grandes descobertas marítimas, já evocava a hipótese equatorial acerca da localização do Paraíso Terrestre, que provavelmente estaria situado em locais temperados abaixo da linha do Equador (CHAIN, 2003, p. 69)

frutos de ouro, sob constante proteção de um dragão. O décimo primeiro dos doze trabalhos de Hércules foi coletar para Eristeu, rei de Tirinto e de Mícnas, algumas destas maçãs douradas. Encontrar esse jardim foi tarefa mais complicada para o famoso semideus do que a coleta do fruto protegido por monstros. Hércules encontraria com muito custo uma ilha desabitada, mas vestida de espessas florestas, cortada de muitos rios e abundante em frutos de várias espécies.

Como Ernst Robert Curtius demonstrou em *Literatura Européia e Idade Média Latina*, desde a Antiguidade encontram-se textos de navegantes, fictícios ou não, sobre uma ou mais ilhas perdidas no meio do Oceano, sem habitantes, coberta de densas florestas, com abundância de rios, árvores e frutas, de clima ameno, infestadas ou rodeadas de monstruosas criaturas, acessíveis aos homens somente através de mil perigos (CURTIUS, 1957).

Na *Odisséia* de Homero, ainda no século V a.C., já havia referências a ilhas abençoadas que desconhecem a fome, peste, neve, tempestades, etc. Em Hesíodo também podem ser encontradas citações sobre Ilhas Afortunadas perdidas no Oceano, que acomodariam os Elíseos. Mais tarde, Plutarco, retomando o mesmo tema ao contar a vida de Sertório, não deixou de se referir ao que um marinheiro hispânico contava sobre umas terras longínquas, perto da África, onde os ventos são calmos e as chuvas moderadas caem do céu como uma divina benção. Terras de fertilidade inaudita, com árvores altíssimas carregadas o ano inteiro de saborosos frutos também eram relatadas no mito da Idade de Ouro descrito em autores latinos como Ovídio e Virgílio. Sergio Buarque de Holanda observava que a divulgação do Cristianismo estava longe de constituir embaraço para o bom crédito das antigas lendas pagãs. Pelo contrário, estas lendas viriam a reforçar a ideia da materialidade do Paraíso Terreal.

Nada militava fortemente contra a realidade material e presente daquele jardim que Deus plantou para o primeiro homem. E a existência de crenças semelhantes entre os antigos pagãos seria, neste caso, um convite para que amalgassem fortalecendo-se mutuamente as diferentes tradições (HOLANDA, 2000, pp. 184-189).

O fato é que a convenção literária dos motivos edênicos, onde a narrativa bíblica deixara-se contaminar de reminiscências clássicas (mito da Idade de Ouro, do Jardim das Hespérides, etc.) e também da geografia fantástica de outras épocas, veio a afetar as descrições contidas nos relatos dos viajantes europeus do quinhentos e seiscentos.

Cristóvão Colombo, por exemplo, ao chegar na região do Haiti, descrevia maravilhado a formosura única da terra que encontrara. Tratava-se de uma ilha coberta de infinitas árvores que, ao seu ver, jamais perdiam suas folhas (vale lembrar que Colombo via a vegetação haitiana em novembro, encontrando-a tão viçosa e viridente como a seria na Espanha em maio). Colombo procurava identificar nas terras haitianas espécies de fauna e flora de que ele já tinha conhecimento por outros referenciais europeus. Frente às similaridades das descrições edênicas com a natureza americana, o navegador genovês mantinha a convicção de que as Novas Índias recém-descobertas, para onde o guiara a mão da Providência, se situava na orla do Paraíso terreal. Aliás, a localização do Éden bíblico era de imensa importância para Colombo. Tendo lido muito sobre o assunto, especialmente os textos de Marco Polo (*Il Milione*) e de Jean de Mandeville (*As Viagens de Mandeville*), o navegador refutava a hipótese de que o globo terrestre era inteiramente redondo. Na realidade, sob a sua ótica, o mundo teria a forma aproximada do seio de uma mulher, tendo uma saliência análoga a um mamilo. Para Colombo, lá, no topo deste mamilo, se situaria o Paraíso Terrestre, região muito próxima das novas terras descobertas (GREENBLATT, 1996, p. 106).

Para o conquistador espanhol Juan Ponce de León também não havia dúvidas de que ali, nas terras descobertas na América do Norte, ou em localidade muito próxima, se encontrava o Éden. Por volta de 1513, aos cinquenta anos, e como quem quer corrigir os estragos do corpo, lançou-se León com seus homens mata adentro em busca do caminho da fonte de Juventa, constante apêndice do Paraíso Terreal, que muito se assemelha a história da Árvore da Vida presente no texto bíblico (HOLANDA, 2000, p. 19-25).

Ao lado das maravilhas edênicas também se entreviam monstros, espantos e perigos, sempre muito próximos da ideia de Paraíso Terrestre. Foi em Cuba que Colombo dava as primeiras notícias dos horrores da região: cinocéfalos (homens com cabeça de cachorro) e blêmias (homens sem cabeça e com olhos nos ombros) também eram nativos daquela terra. O viajante genovês, assim como a maioria esmagadora dos viajantes e descobridores de sua época, mostrava-se ainda tributário de velhas convenções eruditas que haviam sido forjadas, desde a antiguidade até o medievo, por inúmeros teólogos, historiadores, poetas, viajantes, geógrafos e cartógrafos. A crença na existência de monstros e seres fantásticos foi muito recorrente por toda a Europa até meados do século XVIII (PRIORE, 2000, p. 102).

Desde os primeiros contatos entre Ocidente e Oriente no mundo antigo, o segundo transmitiu ao primeiro uma série de ornamentos abstratos e um bestiário fantástico que foram assimilados e integrados a seus sistemas culturais próprios. Ctesias de Cnido (398 a.C.), médico que passou parte da vida como prisioneiro na corte de Ataxerxes II, descreveu seres fantásticos com os quais supostamente travara contato em sua experiência em território oriental. Ctesias afirmava ter encontrado mantícoras (animal com corpo de leão, cabeça de homem, cauda de escorpião e três fileiras de dentes), grifos, unicórnios e formigas aladas gigantes. Georges Curvier, célebre paleontólogo francês, discutiu até a data de sua morte, em 1832, a possibilidade destes monstros serem fruto de uma imagem distorcida de animais que eram inexistentes nas terras do Ocidente. Assim, o unicórnio, por exemplo, não passaria de uma deformada visão do rinoceronte.

Homero tornou-se eterna fonte de relatos de raças fantásticas. Em suas obras descreveu pigmeus, aves com pescoços longos como os das girafas, ciápodas (homens dotados de um único e avantajado pé que lhes servia de guarda-sol), cinocéfalos e blêmias. Também o naturalista romano Plínio, o Velho, havia recolhido no primeiro século de nossa era, em sua *Historia Naturalis* uma série de fábulas maravilhosas a respeito das Índias, que durante vários anos, recebeu a sanção de “autoridade

científica”. Além destes, outra fonte de informações sobre raças monstruosas seria o *Romance de Alexandre*, compilação de cartas supostamente escritas por Alexandre Magno a sua mãe Olímpia e a seu preceptor Aristóteles. As cartas de Alexandre, que se tornou uma espécie de herói lendário medieval, circularam por toda a Europa ocidental desde o ano 800 e atingiram notável sucesso. A partir dos relatos de campanhas e conquistas na longínqua Índia – onde o rei da Macedônia teria enfrentado o assalto de dragões, de porcos voadores, de pássaro-tigres, homens possuidores de seis braços e seis pernas. Homens com cabeça de cavalo (hipocéfalos), mulheres barbadas, entre outros –, o *Romance de Alexandre* divulgava ao Ocidente medieval as antigas fontes gregas sobre os povos orientais, destacando muitas vezes o exótico e o monstruoso.

Estes textos, que provocavam a fascinação do público, eram vistos frequentemente como páginas fiéis da história e não como fábulas mágicas. Desde que estas descrições de seres fantásticos fossem portadoras de uma razoável dose de realidade, eram facilmente aceitas pela população leitora (ou ouvinte) (PRIORE, 2000, p. 19).

A crença em monstros foi rapidamente adaptada também à religião cristã. Santo Agostinho certamente foi um dos primeiros intelectuais cristãos a perturbar-se com a possibilidade da existência de seres monstruosos e fantásticos. Seriam os monstros simultaneamente homens e criaturas de Deus? O autor de *Cidade de Deus* respondia que estas criaturas prediziam e anunciavam antecipadamente tudo o que Deus ameaçava realizar futuramente aos corpos humanos. Apoiado no livro do *Gênesis*, Agostinho concluía que, se o dilúvio renovou toda a população da Terra, as raças monstruosas descenderiam também da arca montada por Noé. Portanto, os monstros passaram a ser considerados como expressão da vontade divina, eram eles também criaturas de Deus.

Mais tarde, o bispo espanhol Isidoro de Sevilha compilou uma espécie de síntese de saberes antigos, religiosos e profanos que dedicava alguns capítulos às raças monstruosas e às bestas humanas. As *Etimologias* foram traduzidas para língua vulgar e

constituíram fonte fecunda de informações nas quais vários autores se abasteceram. O êxito deste tipo de literatura foi enorme na cristandade medieval, sobretudo às imagens que ilustravam muitos dos manuscritos onde figuravam esses textos, e que, não raramente, irrompiam também no domínio das esculturas e das obras de arte (LE GOFF, 1980, p. 266-272).

A partir do século XII, monstros e seres fabulosos adentraram também no domínio da arte religiosa cristã medieval. A arte gótica está repleta de representações monstruosas. No tímpano da Igreja de Vezelay, na França, há a representação de Deus abençoando todos os filhos de Adão, inclusive as raças monstruosas. De forma semelhante, na Igreja de Saint Denis, em Chartres, há reproduções de quimeras, centauros e grifos; assim como as Catedrais de Lyon e Notre Dame se encontram repletas de estátuas de gárgulas. Representações destes seres fantásticos acabaram se integrando ao recurso audiovisual de ensino religioso praticado durante a Idade Média. Os devotos tinham mais prazer em ler na pedra, no mármore e nas paredes do que em manuscritos. Sem contar que as imagens atingiam uma gama populacional maior, tendo em vista os altos níveis de analfabetismo que havia na época. Assim, a Igreja Católica passou a conferir sentido alegórico aos monstros. Os pigmeus seriam o símbolo da humildade, os gigantes do orgulho, os cinocéfalos da discórdia, etc.

Durante o século XIII, mais precisamente entre a invasão dos mongóis a Khwarezmia liderados por Gêngis Khan, em 1219, e a dinastia Ming que, a partir de 1368, fechou as portas da Ásia a viajantes estrangeiros, os europeus se lançaram em navegações rumo ao Oriente. Incentivados pelas missões enviadas pelo papa Inocêncio IV, diversos aventureiros viajaram até as regiões da China e da Hungria. Os textos de navegadores como Marco Polo descreviam com sensível habilidade o mundo oriental, suas maravilhas e monstros, ganhando, em função disto, inúmeras traduções e enorme repercussão em toda a Europa (PRIORE, 2000, p. 19-33).

Enfim, ao perseguir, a tópica do Paraíso Terreal nas descrições da terra americana em crônicas e relatos de descobridores e povoadores do Novo Mundo, Sérgio

Buarque de Holanda pretendia atingir o universo mental dos europeus dos séculos XVI e XVII. Para tanto, o autor de *Visão do Paraíso* destacou uma questão fundamental para o entendimento da cultura da época. A civilização ocidental, durante os primórdios da Idade Moderna, ainda não mantinha uma distinção muito nítida entre textos fictícios e textos verídicos. Um interessante caso desta confusão é *As Viagens de Mandeville* (1357).

Trata-se do relato de viagem de um pretense peregrino que, protegido por um sultão egípcio, viaja em direção a Jerusalém. No caminho, o autor descreve as suas aventuras pelo Oriente. As histórias narradas no livro são, como se sabe nos dias de hoje, fraudulentas. Misturam fantasias extravagantes com descrições geográficas e etnográficas razoavelmente convincentes. “Era uma fraude empedernida: não só seus raros momentos de exatidão eram roubados como também suas mentiras eram plagiadas”, como alertou o crítico Stephen Greenblatt (GREENBLATT, 1996, p.52).

Vários casos e detalhes presentes no livro eram surrupiados de outros relatos de viagem de conhecidos navegadores (Guilherme de Boldensele, Odorico de Pordenone, João de Pian Carpini, Alberto de Aix e outros). Mesmo assim, *As Viagens de Mandeville* atingiram larga popularidade em toda a Europa, circulando em diversas traduções. Mesmo sendo a leitura um exercício de poucos, provavelmente era recitado a ouvintes centenas de vezes. Por toda a Europa considerava-se Mandeville como um dos maiores viajantes do mundo Ocidental, ao lado de Marco Polo, Cristóvão Colombo e Hernán Cortez. Como observou Greenblatt, Jean de Mandeville, apesar de ser possivelmente uma personagem fictícia, “foi celebrado com um inglês heróico, citado como autoridade em geografia e etnografia, retratado em iluminuras de manuscritos, considerado um modelo de conhecimento humano e arrojo”(GREENBLATT, 1996, p. 50).

Percebe-se, portanto, a divisão confusa entre a literatura científica ou didática e a literatura de ficção. Para que uma crônica de viagem fosse considerada retoricamente convincente, bastava que o estranho e nunca visto fosse mostrado como semelhante ao

já conhecido pelo ouvinte ou leitor. Uma narrativa era aceitável à medida que suas peças se ajustavam internamente e faziam sentido.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda considera esta inabilidade de distinção entre o fictício e o verídico uma típica característica do *modo analógico* de pensar dos europeus da época; maneira de pensar que fazia com que se preenchessem as lacunas de seu conhecimento com a erudição adquirida a partir de diversa literatura (bíblia, mitologia clássica, romances da cavalaria, relatos de viajantes, etc.).

A mentalidade da época acolhe de bom grado alguns modos de pensar de cunho analógico, desterrados hoje pela preeminência que alcançaram as ciências exatas [...] Até a razão discursiva, feita para o uso diário, deixa-se impregnar, não raro, da influência do pensamento mítico, e entre os espíritos mais “realistas” encontram-se as marcas dessa atitude, que traz no bojo um sentimento vivo da simpatia cósmica (HOLANDA, 2000, p. 74)

Certamente este modo analógico de pensar facilitou a convicção dos navegadores e viajantes do Novo Mundo de encontrar monstros que já vinham sendo descritos há milênios, cujo credo de existência era inabalável. Esta maneira de pensar também aumentava o efeito que os livros de cavalaria e os relatos de viagem tinham sobre a psicologia e crença dos conquistadores e povoadores do Novo Mundo.

Estes textos eram lidos para atender ao gosto que estes homens tinham por histórias de triunfos heróicos e gloriosos, onde se narravam façanhas proezas, como também pela moral de honra, dignidade e cortesia que transmitiam, e pelo encantamento que a descrição de paisagens misteriosas suscitava. Mas também eram lidos como páginas fiéis da história. Antes mesmo de se aventurar nas incertas águas do oceano Atlântico em direção ao Novo Mundo, os navegadores muitas vezes recorriam à literatura de ficção para se prepararem. Em tempos em que vigorava a concepção de história como *magistra vitae*, também a literatura de ficção formou o conjunto de exemplos/conhecimentos reunidos pelo Ocidente (Le GOFF, 1980, p. 270).

A imensa difusão que alcançariam certas imagens mitológicas clássicas na época dos descobrimentos teve importante papel para que cronistas acreditassem ter encontrado, por exemplo, “amazonas americanas” no Novo Mundo; como é o caso da suposição do viajante francês André Thevet em *Las Singularites de la France Antártique* (1557), de que a tribo de guerreiras indígenas encontradas no Brasil era formada por prováveis descendentes e herdeiras das amazonas da Antiguidade clássica, que haviam supostamente se dispersado após a Guerra de Tróia.

De forma parecida, a literatura de viagens (reais ou fictícias) e os romances de cavalaria - que constituíam a leitura e inspiração de muitos conquistadores e navegantes ibéricos - foram fundamentais para que as referências a acontecimentos fantásticos e maravilhosos presentes nos relatos de viagem ao Novo Mundo. “É fora de dúvida que os romances de cavalaria constituíram a leitura diletta e a inspiração de muitos conquistadores” (HOLANDA, 2000, p. 36).

O estudo sobre a crença em mitos e fantasias também permitiu a Sérgio Buarque de Holanda refletir sobre outro importante fator: o impacto da tradição literária ocidental nas ações concretas dos europeus durante o processo de conquista e colonização do Novo Mundo, especialmente do Brasil. Segundo ele, várias das entradas sertão adentro foram levadas a cabo graças às “miragens do ouro”, aos mitos de “eldorados” e de “serras reluzentes”. A crença em tais ideias, o imaginário, as vontades, alimentariam muitas vezes as preocupações econômicas dos europeus em sua busca por metais preciosos no interior do país.

Para Holanda, a representação fantástica da geografia encontrada na América teria sido moldada pelos europeus a partir das “narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas”, mitos cultivados entre os gentios de regiões onde não se morria e onde havia grandes montanhas douradas. Estes mitos paradisíacos indígenas eram lidos pelos europeus sempre através do “filtro” da ideia de Paraíso

terrestre. E também a “geografia mais ou menos fabulosa da Antiguidade e da Idade Média”, que trazia notícias de montanhas de metal ou cristal reluzente, criaram todo o fascínio e a busca pelos lagos de esmeraldas, constantemente referenciados na literatura de cavalaria medieval. Aliás, “a predileção dada à esmeralda sobre outras pedras é, em verdade, muito anterior ao advento do cristianismo”, presente inclusive em textos antigos (HOLANDA, 2000, p. 87).

Nos primeiros anos da colonização, frente ao desafio de ocupar e defender toda a faixa litorânea que lhe coube na partilha do Tratado de Tordesilhas, a coroa portuguesa havia estabelecido feitorias em vários pontos da costa brasileira. Todavia, a sedução pelos motivos edênicos teria estimulado diversos habitantes da colônia à busca por metais preciosos – como a procura por esmeraldas, apêndice constante das visões paradisíacas – no interior do sertão; enquanto a Coroa de Lisboa, receosa de perder as posições estabelecidas no litoral, restringia estas entradas com severas punições. As cartas de capitania davam aval para que os donatários erigissem quantas vilas quisessem junto ao mar ou aos rios navegáveis. Sertão adentro, entretanto, não seria permitido a entrada ou a permanência. Sérgio Buarque de Holanda demonstrava, assim, o papel que alguns dos mitos edênicos tiveram na divergência de interesses entre a coroa lusitana e os habitantes particulares da América Portuguesa (HOLANDA, 2000, p. 83).

Entre lusos e castelhanos

No capítulo final de *Visão do Paraíso, América Portuguesa e Índias de Castela*, Sérgio Buarque de Holanda retoma a trajetória de sua pesquisa e seus objetivos. O objetivo principal do autor era desenvolver em tons conclusivos uma síntese explicativa do movimento de conquista do Novo Mundo como um todo. A tese era apresentada para uma cátedra de *História da Civilização Brasileira*, e o seu sub-título indica que se encontram estudados ali *os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização no Brasil*. Entretanto, ainda muito inspirado em suas referências germânicas de história

literária (Ernst Robert Curtius e Erich Auerbach), Sérgio Buarque considerava necessário compreender o Brasil como parte de uma matriz comum ocidental, no caso ibérica. Mas também buscava as peculiaridades do caso brasileiro, as características que nos daria uma verdadeira identidade nacional, tema que ainda carregava consigo desde os tempos de jovem modernista. Estes traços distintivos seriam, sob sua ótica, mais claramente visíveis a partir do contraponto com o sistema de colonização espanhol.

A partir de uma base documental imensa – que visitava boa parte da tradição literária ocidental e a maior parte de crônicas quinhentistas, seiscentistas e setecentistas sobre as viagens ultramarinas – Sérgio Buarque de Holanda comparava dois conjuntos de textos: escritos da cultura ocidental de matriz fundamentalmente cristã; e relatos e crônicas de diversos viajantes, navegadores e colonizadores europeus. Isto lhe permitiu seguir o caminho percorrido pela Ideia de Paraíso Terrestre em um intenso movimento de circulação de ideias que se desenvolvia há séculos no mundo ocidental. Observando o impacto dos mitos edênicos nas representações européias feitas acerca do Novo Mundo, o autor de *Visão do Paraíso* obteve acesso a algumas peculiaridades do universo mental dos europeus dos séculos XVI a XVIII, como o consórcio que estes mantinham entre “razão” e “mito”.

Sérgio Buarque de Holanda admitia que os lusitanos não constituíam uma exceção a esta “regra”. Eles também possuíam uma *forma mentis* barroca onde se vivenciava o conflito entre o real e o impossível. Entretanto, se comparados a outros viajantes estrangeiros, os portugueses eram particularmente mais realistas e menos idealistas. Visitando os depoimentos de cronistas e historiadores luso-brasileiros, o autor de *Visão do Paraíso* afirmava:

Desde Gandavo e, melhor, desde Pero Vaz de Caminha até, pelo menos, Frei Vicente do Salvador, é uma curiosidade relativamente temperada, sujeita, em geral à inspiração prosaicamente utilitária, o que dita as descrições e reflexos de tais autores [...] Muito mais do que as especulações ou os desvairados sonhos, é a experiência imediata o que tende a reger a noção do mundo desses escritores e marinheiros, e é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela [...] A obsessão de irrealidade é, com efeito, o que menos parece mover aqueles homens, em sua constante demanda de terras ignotas (HOLANDA, 2000, p. 5)

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os portugueses admitiam, certamente, o irracional e o maravilhoso. Mas somente quando este se achasse além do alcance de seu saber empírico. O autor demonstra isso a partir de uma interessante reflexão sobre a geografia fantástica contida nas cartas náuticas de viajantes e cosmógrafos do período. Nas cartas dos lusitanos, podiam ser encontrados certos topônimos antiquados ou imaginários. Mas estes eram corrigidos ou suprimidos de acordo com o avanço do conhecimento baseado na experiência. Para Holanda, não era essa a atitude comum entre os navegadores de outras nações que também participaram do processo de expansão ultramarina. Nos relatos dos castelhanos, por exemplo, notava-se a “impaciência de tudo resolver, opinar, generalizar e decidir a qualquer preço” (HOLANDA, 2000, p. 161). Os lusitanos não eram totalmente imunes a sedução de fantasias e maravilhas. Mas, entre eles, os motivos edênicos e seus delírios eram reduzidos à “atenuações plausíveis”.

Por exemplo, Padre Anchieta – que havia sido enviado como cronista junto à expedição de Estácio de Sá na tomada do Rio de Janeiro que se encontrava sob o controle francês – mencionava em *Os Feitos de Mem de Sá*, que o próprio São Sebastião fora avistado em pessoa lutando contra índios tamoios e hereges calvinistas. Sergio Buarque não parece estar certo que este episódio singular relatado no texto fosse reflexo de uma crença coletiva fundada numa tradição viva. Para ele, talvez se trate mais do produto de inspiração em modelos literários já estabelecidos há vários anos²⁰. Mas mesmo que se tratasse de uma crença largamente compartilhada pelos homens daquela época, não seria muito em confronto com as aparições semelhantes que são narradas nas crônicas das batalhas castelhanas, “onde os santos, em particular São Tiago e a própria Virgem Maria [...] se fazem a cada passo visíveis aos soldados, incitando-os

²⁰ Munido de sua vasta erudição literária, Sérgio Buarque de Holanda aponta que a participação de santos em batalhas são referências constante em crônicas medievais portuguesas. Os relatos das guerras de Reconquista estão todos recheados de aparições santas ao lado dos cristãos. Trata-se de um elemento discursivo característico do modelo literário da crônica: um relato simples que visa transmitir à posteridade a memória do que passou, como também restituir à lembrança da vida de Cristo e dos santos. Como uma espécie de liturgia, as crônicas do Novo Mundo tinham como objetivo primordial narrar a gradual expansão do Espírito Santo através do Mundo (HOLANDA, 2000, p. 161; GUERNÉE, 2007, p. 525).

e assistindo-os na peleja sagrada à maneira dos deuses da *Ilíada*” (HOLANDA, 2000, p. 161-162).

Ao comparar as representações do Novo Mundo em crônicas e narrativas de castelhanos e portugueses, o autor de *Visão do Paraíso* concluía que

De ilhas encantadas, fontes mágicas, terras de luzente metal, de homens e monstros discrepantes da ordem natural, de criações apazíveis ou temerosas com que os novelistas incessantemente deleitavam um público sequioso de gestos guerreiros e fantásticos sortilégios, rapidamente se foram povoando as conquistas de Castela. E não é menos flagrante aqui o contraste que se oferece entre elas e as regiões do mesmo continente destinadas à Coroa Lusitana [...] é significativa a minguada e quase nenhuma participação da fantasia que os anima nos feitos que marcam o estabelecimento dos portugueses em terras do Brasil (HOLANDA, 2000, p. 162).

Sérgio Buarque também se preocupava em observar o processo de difusão de alguns destes mitos edênicos. Segundo o autor, a maioria esmagadora destas crenças tinha sua origem entre os castelhanos, alastrando-se muitas vezes, de maneira amortecida, entre os lusitanos. Um interessante exemplo disto nos é descrito no capítulo *Um Mito-Luso Brasileiro*. Trata-se, segundo o autor, do único mito de conquista do Novo Mundo que teve sua origem certa entre os portugueses, e que depois se estendeu também entre os espanhóis. O mito se baseia na história de São Tomé, um dos doze Apóstolos escolhidos por Jesus Cristo, que teria se lançado em terras orientais a fim de pregar e difundir a fé cristã. Diz a lenda que São Tomé havia conseguido converter alguns dos gentios da terra, mas teria sido perseguido por outros que, por duvidar de sua santidade, pretendiam matá-lo. O santo teria fugido e se escondido em terras distantes e sido morto eventualmente, alvejado por flechas. Essa lenda da pregação de São Tomé Apóstolo na Índia vinha sendo largamente difundida e canonizada desde, pelo menos, o século VI, e seria, anos mais tarde, compartilhada por diversos navegadores e comerciantes portugueses, entre eles Vasco da Gama.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda,

A presunção, originária das velhas concepções colombianas [...] de uma ligação entre o Novo Continente e a Ásia, facilitava grandemente essa idéia de que à América e ao Brasil, particularmente, se estendera a pregação de São Tomé Apóstolo (HOLANDA, 2000, p. 136).

Assim, da mesma maneira que se divulgavam notícias das pegadas deixadas pelo santo em várias partes do oriente, também se escrevera bastante sobre as impressões das pegadas do Apóstolo em várias partes da costa americana. Sérgio Buarque explicava que a crença na lenda da pregação de “Sumé”, como ficou conhecido no Brasil, estava relacionada à ação de missionários católicos, que muito comumente associava algumas tradições cristãs às crenças de origem indígena (HOLANDA, 2000, p. 139).

Ao observar o processo de difusão deste mito, que passara do Brasil para o Paraguai, dirigindo-se, em seguida, para o Peru, Holanda destacava: “é curioso observar [...] como à medida que avança o oriente para o poente, a imagem e a pregação do São Tomé americano se enriquece de novos e mais fantásticos elementos” (HOLANDA, 2000, p. 145).

No Brasil, a lenda diz que São Tomé caminhava, geralmente, descalço. Já no Paraguai, ele calçava sandálias, a julgar pelas pegadas impressas. No Peru, era encontrado usando sapatos e outros adereços mais. Neste último país, inclusive, dizia-se que o santo possuía poderes extraordinários e que castigava duramente o gentio da terra resistente à fé cristã (HOLANDA, 2000, p. 146). Ou seja, não só os mitos de lavra castelhana eram atenuados, amortecidos ou ofuscados quando penetravam na América portuguesa, como também os mitos portugueses tornavam-se mais elaborados e fantasiosos à medida em que se difundiam nas Índias de Castela.

Portanto, percebe-se aqui que Sérgio Buarque de Holanda toma uma linha argumentativa um pouco diferente da que adotava em seu livro de estréia. Em *Raízes do Brasil*, insistia o autor que as complexas cidades espanholas denotavam o

“racionalismo” castelhano, ao passo que as cidades “desleixadas” dos portugueses não eram um “produto mental”. Agora em *Visão do Paraíso*, ao examinar as crenças em fantasias dos europeus dos séculos XVI e XVII, Holanda parecia constatar o contrário. Os portugueses eram mais realistas e apegados ao real, enquanto os espanhóis seriam mais idealistas, fantasiosos e deixavam-se perder em devaneios maravilhosos.

Todavia, esse “realismo pedestre” português, sua falta de idealismo, não era entendido por Sérgio Buarque como germe de características modernas, mas sim de heranças arcaicas, conservadoras e medievais. A posição do autor de *Visão do Paraíso* parece contraditória. Aliás, como registrou Myrian Ellis na *Revista de História* de 1959, este teria sido o foco da mais importante discussão travada entre Holanda e o professor membro da banca examinadora Eduardo d’Oliveira França, na ocasião da defesa da tese de cátedra (ELLIS, 1959).

O autor de *Portugal na Época da Restauração*, com toda a autoridade de grande erudito e conhecedor do processo de formação do Estado Monárquico português e das origens de seu absolutismo, considerava que Sérgio Buarque de Holanda estaria equivocado ao supor que os descobridores e colonizadores portugueses tinham atitudes arcaizantes, conservadoras e medievais em relação ao pensamento europeu da época. Pelo contrário, seriam os lusitanos extremamente modernos, como indicaria a formação precoce de seu Estado-Nação e de seu pioneiro desenvolvimento tecnológico marítimo, econômico e político. Os avanços técnicos e a prematuridade da organização política tornariam, na interpretação do professor França, os portugueses homens necessariamente modernos²¹

No que diz respeito a essa afirmação decisiva do poder monárquico, Sérgio Buarque de Holanda reconhece a precocidade do caso português, que amadureceu mais

²¹ Em *A Urdidura do Vivido* (2008), Thiago Lima Nicodemo faz interessante análise da discussão da tese de cátedra entre Sérgio Buarque de Holanda e Eduardo d’Oliveira França a partir da concepção de modernidade dos dois autores.

cedo do que o resto da península hispânica e que quase todo o resto da Europa. Mas acrescenta:

Todavia, se a unificação logo obtida e a sublevação popular e “burguesa”, que dera o poder supremo à Casa de Avis, ajudaram largamente a mudar-lhe a fisionomia, reorganizando em sentido moderno, isto é, no sentido de absolutismo, suas instituições políticas e jurídicas, além de abrir caminho à expansão ultramar, não é menos certo que o deixaram ainda, por muitos aspectos, preso ao passado medieval [...] A verdade é que tinham ascendido novos homens, mas não ascenderam, com eles, suas virtudes ancestrais. Uma burguesia envergonhada de si, de seu antigo abatimento social, substituíra-se à velha nobreza, constando-se com o acomodar-se, tanto quanto possível, aos padrões desta [...] O resultado foi esse estranho conluio de elementos tradicionais e expressões novas, que ainda irá distinguir Portugal, em pleno Renascimento, posto a serviço da monarquia. Melhor se diria, forçando a comparação, que as formas modernas respeitaram ali, em grande parte, e resguardaram, um fundo eminentemente arcaico e conservador [...] No íntimo sempre se mostrarão os portugueses poucos afeitos às transformações espirituais que, em muitos outros países, se operam simultaneamente com a grande obra dos navegadores do Reino (HOLANDA, 2000, p. 165)

O apego ao saber empírico e a tendência de tomar a experiência como “madre de todas as coisas” certamente colaborou, como observara o historiador da cultura português Joaquim de Carvalho em *Estudos Sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI* (1948), para que os portugueses inaugurassem novos caminhos ao pensamento científico da época, ajudando a eliminar erros e prejuízos de obras náuticas e cosmográficas (ideias equivocadas sobre as dimensões da Terra, as proporções líquida e sólida do planeta, lendas de monstros e de regiões fantásticas, etc.). Entretanto, essa característica não deveria ser confundida com um atributo típico da modernidade.

Sérgio Buarque de Holanda questionava:

O que, ao primeiro relance, pode passar por uma característica “moderna” daqueles escritores e viajantes lusitanos – sua adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes, de meticulosa observação, animada, quando muito, de algum interesse pragmático – não se relacionaria, ao contrário, com um tipo de mentalidade já arcaizante na sua época, ainda submisso a padrões longamente ultrapassados pelas tendências que governam o pensamento dos humanistas e, em verdade, todo o Renascimento?(HOLANDA, 2000, p. 2).

O “pedestre realismo” português não era um prenúncio da Modernidade. Ele era, ao contrário, herança da arte medieval, em especial de fins da Idade Média,

Arte em que até as figuras de anjos parecem renunciar ao vôo, contentando-se com gestos mais plausíveis e tímidos (o caminho, por exemplo, sobre pequenas nuvens que lhes serviriam de sustentáculo, como se fossem formas corpóreas), e onde o milagroso se exprime através de recursos ainda mais convincentes que as auréolas e nimbos, tão familiares a pintores de outras épocas (HOLANDA, 2000, p.2)

Atento às características formais das fontes que manuseava, Sérgio Buarque de Holanda lembrava a contraposição entre as características dos historiadores renascentistas e dos cronistas medievais elaborada por Federico Chabod, em *Questione di Storia Moderna* (1951). Enquanto os textos renascentistas se comprazem menos nos pequenos traços do que no conjunto do painel, as crônicas do medieval detêm-se ao pormenor. “Característica do cronista e, em verdade, do escritor medieval é precisamente o acúmulo de minúcias justapostas” (HOLANDA, 2000, p. 384). Aliás, o verdadeiro valor das crônicas dos europeus que viajaram ao novo mundo é justamente o conjunto de pequenas anedotas que exprime o impacto do não-familiar e o excitação local de maravilhas e fantasias.

Essas características medievais persistiriam entre os historiadores e cronistas lusitanos interessados nas coisas do Brasil, entre o influxo dos modelos humanísticos e renascentistas, até pelo menos o século XVII. A *História do Brasil* (1627) de Frei Vicente de Salvador, “uma coleção de documentos antes reduzidos que redigidos, mais histórias do Brasil do que História do Brasil”, como julgara Capistrano de Abreu, seria um exemplo crucial da persistência de elementos medievais e do conservantismo intrínseco lusitano (HOLANDA, 2000, p. 385).

O conservantismo português também poderia ser encontrado, sob a ótica de Sérgio Buarque, no modelo de colonização adotado pelos portugueses em suas posses ultramarinas. Seja na costa africana, seja nas terras descobertas do Novo Mundo, a colonização portuguesa sempre se caracterizou por ser litorânea, baseada em entrepostos costeiros, com forte apelo mercantil. Buscavam um relacionamento “pacífico” com as tribos e reinos locais para facilitar o comércio, sem carregar a preocupação de submeter largos territórios.

Já em artigo publicado na *Folha da Manhã* em 1954 (*Piratininga 1532-1560*), que versava sobre a fundação de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda destacava as intenções da Coroa lusitana em seu processo colonizador a partir da leitura de algumas cartas de capitâneas. Segundo o autor, a carta de capitania hereditária geralmente estipulava que os donatários se mantivessem na costa ou próximos a rios navegáveis, para facilitar o comércio.

Como vimos, as “visões do Eldorado” relacionadas ao mito do Paraíso Terrestre teriam estimulado a esperança de haver pedras preciosas no sertão. Embora as notícias seguras de grandes jazidas de diamantes e ouro no Brasil só tenham aparecido no início do século XVIII, boa parte dos cronistas, desde o século XVI, tinha dado como possível a sua existência. As notícias que se espalharam da obra de Pizarro e de seus proveitos imensuráveis à coroa castelhana certamente também estimulou bastante o desejo e anseio de riqueza por parte dos portugueses. No capítulo *O Outro Peru*, Holanda destacava, neste sentido, a crença largamente difundida na época de que os famosos tesouros peruanos eram vulneráveis do lado do Brasil, e que não deviam estar tão longe assim do litoral (HOLANDA, 2000, p. 85).

Portanto, com o intuito de proteger a integridade dos senhorios ultramarinos, a coroa lusitana proibia a entrada no interior sem a devida autorização, tendo em vista que o número reduzido de colonos não permitiria a realização desta empreitada sem o consequente desamparo dos sítios litorâneos.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda destacava a contribuição italiana para a formação do Brasil. Para ele, o entendimento da expansão e colonização portuguesa no Novo Mundo passava necessariamente pela compreensão da expansão ultramar realizada por algumas repúblicas italianas, em especial Gênova, durante os séculos XIII e XIV. O estabelecimento de feitorias de forte cunho mercantil, o sistema econômico baseado nas plantações (especialmente o açúcar e o algodão), assim como o próprio sistema de capitânicas hereditárias já havia sido praticado pelos navegantes e mercadores genoveses em ilhas mediterrânicas como Quilos, Creta, Cândia e Chipre, uma espécie de “feudalismo financeiro”.

Sérgio Buarque então concluía:

Essa ação colonial (portuguesa) busca prolongar, em verdade, sobre as rotas do Atlântico, a de seus predecessores e mestres: os marinheiros italianos da Idade Média (HOLANDA, 2000, p. 398).

Portanto, o conservantismo lusitano faria com que esta nação, unificada precocemente, procurasse repetir modelos colonizatórios já aplicados por outros povos navegadores. “Portugal”, escreve Holanda, “encontrou pronta a fórmula já praticada entre esses povos, não apenas através de grande parte da Idade Média, mas até na Antiguidade clássica” (HOLANDA, 2000, p. 398). Assim poderia se explicar o modelo litorâneo de povoamento adotado pelos portugueses.

No primeiro capítulo de *Visão do Paraíso, Experiência e Fantasia*, Sérgio Buarque apresentava a tese principal que desenvolveria no resto da obra, destacando o reduzido interesse pelo fantástico por parte dos portugueses, em comparação aos castelhanos. No segundo capítulo, *Terras Incógnitas*, havia se ocupado de importantes mitos edênicos que presidiram a colonização da América espanhola. Nos capítulos

Peças e Pedras e O Outro Peru, retomava a temática das entradas no sertão ao descrever aqueles mitos edênicos que descreviam a presença de metais e pedras preciosas nas terras americanas. Nos capítulos *Um Mito Luso-Brasileiro e Atenuações Plausíveis*, desenvolvia, a partir de meticulosa comparação de diversos documentos castelhanos e lusitanos, a sua tese central. No capítulo *Paraíso Perdido* acompanhava, ao visitar boa parte da tradição literária ocidental, a formação da idéia medieval de Paraíso Terrestre. Nos capítulos *Voltando a Matusalém, O Mundo sem Mal e Non Ibi Aestus*, refletia sobre os mitos paradisíacos indígenas e seus efeitos sob as crenças dos colonizadores.

Agora, no capítulo conclusivo, *América Portuguesa e Índias de Castelha*, Sérgio Buarque iria inserir estes aspectos “culturais”, oriundos do universo mental, em uma síntese explicativa do processo de descobrimento e colonização do Novo Mundo como um todo²².

Ou seja, ao contrário de alguns estudos culturais mais recentes que se detém sobre o processo de expansão ultramarina – como *A Conquista da América* (1982), de Tzvetan Todorov, e *Maravilhosas Possessões* (1991), de Stephen Greenblatt, que, embora pretendam contribuir para o tema da conquista da América, fazem grandes recortes de objetos e fontes –, o autor de *Visão do Paraíso* não excluía os aspectos sociais, políticos e econômicos de suas explicações culturais.

Ele refutava a possibilidade de que as características castelhanas (mais fantasiosos) e portuguesas (mais apegados ao real), que refletiram nas suas formas colonizatórias, sejam frutos apenas de razões étnico-culturais. “Alguns seriam tentados a filiar essa novidade a insondáveis razões étnicas, que pairassem acima de todas as contingências”, afirmava Holanda. Contudo, continuava o autor, “é um modo, este, de simplificar, não de esclarecer o problema” (HOLANDA, 2000. p. 385). Sérgio Buarque

²² Na realidade, Sérgio Buarque detinha-se, na primeira edição de *Visão do Paraíso*, somente nos casos das colônias ultramarinas ibéricas. Contudo, para a segunda edição, de 1969, completaria a lacuna ao trazer também apontamentos sobre a importância da idéia edênica no processo de colonização da América do Norte, especialmente dos Estados Unidos.

preferia procurar as causas também na própria trama da história, demonstrando mais maturidade frente ao ofício do historiador do que em sua obra de estréia.

Ao buscar distinguir os modelos espanhóis e portugueses de colonização, Holanda não deixava de mencionar o papel da disposição superior de recursos para o empreendimento que dispunham os castelhanos frente aos portugueses. Além de possuírem um contingente populacional maior, encontraram rapidamente fartas fontes de metais preciosos, o que certamente contribuiu em muito para a adoção de um sistema colonial interior.

Além disto, demonstrando forte afinidade com a bibliografia historiográfica sobre o tema produzida mais recentemente (como nos estudos de Nathan Wachtel, John Elliot, Ruggiero Romano e Matthew Restall), Sérgio Buarque dava particular ênfase ao papel da reconquista e da noção de “império” entre os espanhóis.

A Reconquista de territórios cristãos operada a partir da união dos reinos de Castela e Aragão havia dado aos espanhóis consciência de seu poder bélico, que atingiria notável prestígio durante o século XVI. A ideia de Reconquista também transmitiu a sensação de que a Espanha carregava a importante missão de defender e propagar a fé cristã. Sergio Buarque de Holanda escrevia:

O ímpeto da Reconquista, que não tivera tempo de esfriar quando achou de súbito seu novo campo de ação – um mundo antes incógnito, cheio de estranhos sortilégios, habitado, não de infiéis no sentido estrito e usual da palavra, mas de gentios e idólatras, o que não devia fazer grande diferença entre os mais sanhosos –, bastaria, talvez, para imprimir à expansão castelhana o cunho nitidamente imperial que logo a distingue, e onde parece residir sua grande novidade (HOLANDA, 2000, p. 385).

A vocação imperial espanhola estaria atrelada à tradição dos antigos impérios austro-leonês, depois leonês-castelhana, e sido reforçada pela noção do Sacro Império Romano Germânico. Isto tudo se refletiu nos principais atos colonizatórios dos

castelhanos, que buscavam conhecer o número dos naturais da terra, seus ritos, sua vivenda, a sua qualidade de vida. Procuravam os espanhóis saber todos os tesouros e segredos de cada lugar, penetrando até o coração da terra conquistada para dali estabelecer o seu domínio. “É de qualquer modo sua concepção imperial que há de definir, ao cabo, e distinguir a atividade ultramarina de Castela” (HOLANDA, 2000, p. 388).

Enfim, Sérgio Buarque de Holanda demonstrava, neste capítulo final, que estava longe de supor que as distintas formas de colonização operadas entre lusos e castelhanos no Novo Mundo fossem frutos unicamente de razões culturais. O autor tinha a consciência de que o processo histórico que estudava era muito mais complexo e elaborado. Sua intenção parece ter sido a de destacar os aspectos culturais deste processo, aspectos que, frequentemente, eram negligenciados pela historiografia de sua época. A partir de uma reflexão sobre o universo mental, e não econômico, Holanda pretendia contribuir para o entendimento dos motivos que levaram os portugueses a descobrir e colonizar o Brasil.

Considerações Finais:

Nas páginas iniciais deste trabalho buscou-se refletir rapidamente a respeito do prestígio que a tese de *Visão do Paraíso* goza atualmente, assim como sobre as causas do ostracismo que este livro sofreu entre boa parte das décadas de 1960 e 1970. Relativizando a hipótese defendida por Ronaldo Vainfas e Antonio Arnoni Prado – que sustentam que o estudo de Holanda manteve-se marginalizado em função da forte predominância nestes anos das explicações marxistas de timbre econômico e social –, sugeriu-se que a falta de espaço encontrada pela tese de cátedra seria, sobretudo, decorrente de sua peculiaridade formal; peculiaridade que a manteve por vários anos distante dos modos de se conceber e praticar a escrita histórica existentes no Brasil de meados do século XX.

O que daria a *Visão do Paraíso* este caráter “híbrido”, que o distinguiria dos outros estudos historiográficos da época, seria exatamente o amálgama entre os questionamentos oriundos da crítica literária e da historiografia, no equilíbrio que Sérgio Buarque de Holanda conseguiu operar entre sua vocação de historiador e de crítico literário.

A partir do final da década de 1950, mais exatamente na ocasião em que assumiu a vaga de professor catedrático de História da Civilização Brasileira, a crítica literária perdeu seu espaço na atuação intelectual de Holanda. As obrigações vinculadas à cátedra universitária passaram então a consumir todos os seus esforços. Contudo, até este momento, todas as atividades intelectuais do autor se repartiram equilibradamente entre as duas vocações.

Como destacou a professora de Teoria Literária e Literatura Comparada Walnice Nogueira Galgão, a faceta de “homem de letras” de Sérgio Buarque de Holanda, bem como a sua contribuição para a crítica literária nacional, ficaram, até pelo menos a

década de 1990, obscurecidas frente à reputação de consagrado historiador conquistada merecidamente pelo autor (GALVÃO, 2008, p, 117).

Sendo a Universidade de São Paulo um dos maiores mecanismos de consagração intelectual do Brasil, construiu-se em torno de Sérgio Buarque uma imagem de grande historiador acadêmico. A própria Maria Odila Leite da Silva Dias buscou, neste sentido, destacar o “talento” para história revelado na trajetória de seu ex-professor desde a tenra infância. A autora relembra o fato de que, desde os tempos de Ginásio no Colégio São Bento sob a tutela de Afonso Taunay, Sérgio Buarque tinha o hábito de ler, copiar e anotar textos de cronistas do século XVI, como Fernão Lopes (DIAS, 2008, p. 317).

Todavia, ao rever as anotações feitas em seus antigos cadernos escolares, Holanda confessava em entrevista:

[...] vejo que não havia ali um historiador em embrião. Estava mais interessado no estilo dos cronistas. Eu me sentia atraído por sua maneira agradável de colocar as coisas e por suas palavras ocasionalmente obscenas, tão em contraste com meus livros escolares (HOLANDA, 2009, p. 195).

Antonio Candido foi um dos primeiros comentadores da obra de Sérgio Buarque de Holanda a lembrar que junto aquele famoso historiador sempre houve um inseparável crítico, aliás, “um dos maiores críticos que o Brasil já teve” (CANDIDO, 1991, p. 11).

Na realidade, sequer foi como historiador que Sérgio Buarque iniciou sua carreira. O autor de *Visão do Paraíso* deu os primeiros passos em sua carreira intelectual, em 1920, como crítico literário e militante ligado ao movimento modernista, escrevendo em jornais e revistas cariocas, atividade que exercitou regularmente por cerca de 30 anos. Na juventude, sobretudo nas revistas *Klaxon* e *Estética*, já se caracterizava por praticar uma crítica que considerava a história, que dava atenção as modificações de contexto e no seu impacto nas transformações literárias. Desde seu primeiro texto, *Originalidade Literária* (1920), buscava rastrear na história da evolução

literária brasileira os programas com que as diferentes gerações se empenhavam na identificação de um estilo genuinamente nacional. Como salientara Antonio Arnoni Prado, estudioso dos textos de juventude de Sérgio Buarque, no início da carreira

Sérgio vai gradualmente combinando a informalidade do leitor sem compromisso ao senso histórico de síntese, o que dá aos comentários críticos dessa primeira fase (de sua crítica literária) uma entonação diferente nas interpretações acadêmicas e quase sempre dogmáticas que dominavam o período (PRADO, 1992, p. 118).

Em 1926, na ocasião da publicação de *O Lado Oposto e Outros Lados*, Sérgio Buarque de Holanda realizava duras críticas aos rumos que tomavam alguns intelectuais modernistas, sendo boa parte deles amigos seus. A briga decorrente que teve, em função disto, especialmente com Graça Aranha, lhe deixou desacreditado e desinteressado pela vocação literária. “Tanto que, um belo dia, resolvi distribuir entre amigos quase todos os meus livros, sobretudo os de literatura” (HOLANDA, 1979, p. 29), afirmou no final da vida. Nesta crise existencial, trabalhou rapidamente como magistrado, atuando mais como jornalista. Aliás, como correspondente de um jornal teve a oportunidade de visitar a Alemanha, onde despertou pela primeira vez sua vocação de historiador.

Durante os anos em que residiu na Alemanha, quando teve a oportunidade de trabalhar para a revista bilíngue *O Duco*, redigiu alguns textos na tentativa de explicar o Brasil e seus movimentos literários para os alemães. “O contato de terras, gentes, costumes, em tudo diferentes dos que até então conhecia, pareceu favorável à revisão de ideias velhas e à busca de novos conhecimentos que me ajudassem a abandoná-las, ou a depurá-las”, comentava o autor sobre esta experiência no exterior (HOLANDA, 1979, p. 29).

Além disto, sabe-se que Holanda buscou frequentar algumas aulas avulsas na Universidade de Berlin em seu tempo livre, especialmente as ministradas pelo estudioso do historicismo Friedrich Meinecke. Esta ocasião lhe aproximou das obras de Max Weber, Georg Simmel e Ludwig Klages, todas leituras marcadas por forte reflexões

históricas. Assim, quando retornou ao Rio de Janeiro, no final do ano de 1930, trouxe consigo mais de 400 páginas de um texto de título *Teoria da América*, obra não publicada que forneceu alguns trechos de *Raízes do Brasil*, publicado em 1936.

Neste mesmo ano, ao assumir a função de assistente de Henri Hauser na Universidade do Distrito Federal, “parece ter consolidado a sua vocação de historiador”, depois do “banho de idéias gerais na Alemanha”. Mas, simultaneamente, exercitava sua vocação literária ao atuar também como assistente de Henri Tronchon em Literatura Comparada. Se com Hauser aprendera o trabalho de investigação e sistematização dos dados, com Tronchon aprenderia uma maneira cosmopolita de encarar a literatura, forma inédita e ainda não praticada no Brasil da época (CANDIDO, 1991, p. 11).

O autor de *Raízes do Brasil* soube melhorar o desempenho de suas vocações a partir de contribuições mútuas. O método científico conquistado graças ao convívio com Henri Hauser permitiu a Sérgio Buarque de Holanda absorver mais informações e a trabalhar melhor a sua erudição. Os resultados ficaram evidentes nos estudos da década de 1940 sobre as bandeiras e as entradas no sertão brasileiro, em *Monções e Caminhos e Fronteiras*, e também na segunda edição de *Raízes do Brasil*.

Entretanto, o autor brasileiro também passava a aplicar este mesmo método em outras áreas, aumentando consideravelmente seus conhecimentos e leituras: “com igual zelo eu me lançara a outras ciências humanas, sobretudo à literatura e à filosofia, chegando mesmo a acumular acerca dessas especializações apreciável grau de informação e leituras” (HOLANDA, 1979, p. 15).

“Não deveria eu esperar muito até que circunstâncias novas me fizessem recuar da resolução de abandonar a literatura, passando agora ao exercício da crítica de livros” (HOLANDA, 1979, p. 30), comentava Sérgio Buarque sobre a ocasião em que assumiu o rodapé de crítica do *Diário de Notícias*, outrora sobre os cuidados de Mário de Andrade.

Os textos de crítica literária do autor nas décadas de 1940 e 1950 em muito se beneficiaram desta contribuição da sua vocação de historiador, sobretudo em uma época em que os rodapés de crítica exigiam de seus autores larga versatilidade, já que abrangiam temáticas que frequentemente extrapolavam o âmbito literário. O produto final da utilização dos métodos históricos no exercício da crítica surpreendeu, inclusive, alguns outros colegas críticos, tais como Afonso Arinos de Melo e Franco e Otto Maria Carpeaux. “[...] e houve quem manifestasse de público sua surpresa diante da massa de informações que passaram de súbito a revelar meus escritos sobre coisas que nunca, antes, eu mostrei conhecer tão intimamente”, escrevia Holanda (HOLANDA, 1979, p. 16)

Por outro lado, frente às obrigações de escrever textos semanais para periódicos, Sérgio Buarque de Holanda também conquistou, gradativamente, um estilo de escrita bastante peculiar, que passou a ser encontrado também em seus estudos historiográficos.

Só aos poucos me fui compenetrando da necessidade de melhor trabalhar minha linguagem, ao menos a linguagem escrita (sem dar, no entanto, a impressão de coisa trabalhada), de modo a que a comunicação se fizesse sem estorvo (HOLANDA, 1979, p. 17)

Este “adestramento” de seu modo de escrever, exercitado semanalmente na crítica literária, permitiu que o autor incorporasse em sua narrativa histórica decisivamente a fluidez e clareza. Sérgio Buarque preocupou-se intensivamente com a escolha exata das palavras em seus textos, e realizou por diversas vezes revisões e releituras cuidadosas de seus trabalhos. Tinha o hábito de fazer de três a quatro redações até atingir a qualidade almejada em seus trabalhos históricos e crítico-literários. O autor mantinha consigo o “desejo de usar uma linguagem mais precisa e expressiva do que propriamente bonita”, buscando “eliminar o adorno inútil, a exuberância, a redundância distraída, tudo, enfim, quanto parece inessencial na comunicação” (HOLANDA, 1979, p. 20).

Como confessou o autor em uma apresentação autobiográfica:

Quanto a mim, julgo que o exercício da crítica, mesmo que não aperfeiçoasse, não transtornou minha vocação principal, de historiador. *Inclino-me à suposição de que ela me foi ao cabo proveitosa, embora não seja eu o melhor juiz a dizê-lo*(grifo meu)(HOLANDA, 1979, p. 20)

Em suma, com a ambição de desvelar o universo mental de navegadores e viajantes ibéricos dos séculos XVI e XVII, Sérgio Buarque de Holanda manipulava, em *Visão do Paraíso*, diversas expressões e referências construídas pelos homens da época; seja na literatura da viagem, na crônica, na cosmografia, na mitografia, em textos religiosos cristãos e pagãos antigos e medievais, nas cartas geográficas e em imagens pictóricas. Esta fusão, que cria uma espécie híbrida de “historiador que pressupõe o crítico”, fez com que Holanda interpretasse o seu *corpus* documental através de seu aspecto duplo e complementar, isto é, por meio da forma e do conteúdo presentes em sua composição. Ou seja, para Sérgio Buarque de Holanda importava tanto aquilo que é narrado nas fontes como a maneira que aquilo é narrado. Assim, alertava o autor que o historiador deve perceber, no trato com as fontes, a existência de uma forma narrativa a ser preenchida de sentido pelos acontecimentos narrados, sobretudo a partir da busca da reincidência dos mesmos “motivos”, da repetição dos mesmos elementos no mesmo grupo de texto.

Para Sérgio Buarque, as fontes históricas que manipulava estavam perpassadas pela construção de mitos edênicos, que povoavam o imaginário dos europeus de fins da Idade Média e princípios da Idade Moderna. De certo modo, a crença inabalável na existência do Paraíso Terrestre deu forma às ideias e aos motivos reincidentes nas crônicas e relatos de viagem ao Novo Mundo. A partir da tópica proposta por E. R. Curtius – a tópica como sistema de identificação e classificação de regularidades discursivas – o autor de *Visão do Paraíso* elaborou uma maneira particular de conceber a literatura como fonte para o estudo histórico, sob forte inspiração filológica. Sérgio Buarque aplicava de maneira diferente, como apontou Luiz Costa Lima em conhecido texto (LIMA, 2008), a abordagem filológica de Curtius para o caso da literatura sobre o

Novo Mundo, buscando identificar e destacar peculiaridades dos textos de escritores luso-brasileiros.

Em *Visão do Paraíso*, o autor de *Raízes do Brasil* realizava um rigoroso estudo sobre transmissões e circulação dos mitos edênicos das matrizes ocidentais, desde o classicismo até o universo medieval latino, e daí em direção as descrições e relatos do Novo Mundo. Seu intuito era o de melhor compreender o caráter brasileiro, a peculiaridade genuinamente nacional, preocupação que o assolava desde a juventude na década de 1920, e que perpassou toda a sua obra. Entre a crítica literária e a história, formou-se *Visão do Paraíso*, forma “hesitante e bastarda” que tanto destoava das outras narrativas históricas de sua época.

Referências Bibliográficas

AUERBACH, Erich. **Mímesis**. São Paulo : Perspectiva, 2011.

AGUIAR, David Peres. **Fronteiras e Identidade na visão de Sergio Buarque de Holanda em São Paulo Colonial**. (dissertação). Franca : Universidade Estadual Paulista, 2000.

BARBOSA, Francisco Assis (org.). **Raízes de Sergio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro : Rocco, 1998.

BLAJ, Ilana. **Sergio Buarque de Holanda: historiador da cultura material**. In : CANDIDO, Antonio (org.) **Sergio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo : Editora Perseu Abramo, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo : Editora UNESP, 2005.

BURKE, Peter. **Gilberto Freyre e a nova história**. *Tempo Social; Ver. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(2): 1-12, outubro de 1997.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Sergio Buarque de Holanda e a criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP**. In : EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (orgs.) **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Inéditos de Literatura Colonial**. In : HOLANDA, Sergio Buarque. **Capítulos de Literatura Colonial**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1991.

_____. **Um homem, duas cidades**. In : Seminário Atualidade de Sergio Buarque de Holanda, 2011, IEB-USP.

CARPEAUX, Otto Maria. **Teatro e Estado do Barroco**. *Estudos Avançados*, vol.4, n.10. São Paulo, Set.-Dec. 1990, pp. 7-36.

_____. **Origens e Fins**. Rio de Janeiro : Editora Casa do Estudante do Brasil, 1943.

CARVALHO, Marcus Vinicius Correa. **Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida.** (dissertação). Campinas : Unicamp, 1997.

_____. **Outros lados – Sergio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940).** (tese). Campinas : Unicamp, 2003.

CHAIN, Iza. **O diabo nos porões das caravelas.** Juiz de Fora : Pontes, 2003.

CROCE, Benedetto. **A História: Pensamento e Ação.** São Paulo : Zahar, 2006.

COSTA, Marcos (org.) **Sergio Buarque de Holanda: escritos coligidos.** São Paulo : Editora UNESP, 2011.

_____. **Biografia Histórica: a trajetória intelectual de Sergio Buarque de Holanda entre os anos 1930 e 1980.** (tese). São Paulo : UNESP, 2007.

COUTINHO, Afrânio (dir.). **A Literatura no Brasil v.I.** Rio de Janeiro : Editora Sul Americana, 1968.

CUNHA, Rodrigo Ennes. **Rumo ao abstrato: a importação das teorias anglo-americanas na crítica literária brasileira.** (tese). São Paulo : USP, 2010.

CURTIUS. E. R. **Literatura Européia e Idade Média Latina.** Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1957.

De Decca, Edgar Salvadori. **Decifra-me ou te devoro: as metáforas em *Raízes do Brasil*.** In : EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (orgs.) **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Negação das negações.** In : EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (orgs.) **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido.** São Paulo : EDUSC, 2001.

_____. **História e ciências sociais.** São Paulo : EDUSC, 2003.

_____. **O império do sentido: humanização das ciências humanas.** São Paulo : EDUSC, 2004.

ELLIS, Myrian. Concurso para Provimento da Cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 38, ano X, secção “Noticiário”, pp. 493-508, abr.-jun. 1959.

EUGÊNIO, J. K. **Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras de Sergio Buarque de Holanda**. (tese). Niterói : UFF, 2010.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica**. In : MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história**. Campinas : Papyrus, 1996.

_____. **A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto : UFOP, 1992.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Sobre o semeador e o ladrilhador**. Seminário Atualidade de Sergio Buarque de Holanda, 2011, IEB-USP.

FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo : Editora Hucitec, 1997.

FRANÇOSO, Mariana de Campos. **Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sergio Buarque de Holanda**. (dissertação). Campinas : Unicamp, 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Presença da literatura na obra de Sergio Buarque de Holanda**. In : EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (orgs.) **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

GOLDMAN, Elisa. **O humilde e o sublime: a representação do bandeirante na historiografia paulista** (dissertação). Rio de Janeiro : UFF, 1997.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. **Palavra Peregrina: o barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil**. São Paulo : Edusp, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo : Editora Brasiliense, 2000.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1975.

_____. **Monções**. São Paulo : Alfa-Omega, 1976.

_____. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1979.

_____. **Cobra de Vidro**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1978.

_____. **Capítulos de literatura colonial** (Antonio Candido org.). São Paulo : Brasiliense, 1991.

_____(org.). **Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1979.

_____. **O espírito e a letra** (Antonio Arnoni Prado org.). São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 2000.

_____. **Sergio Buarque de Holanda, historiador**. SALOMÃO, Jayme (dir.). **Sergio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ**. Rio de Janeiro : Imago Editora, 1992.

JENKIS, Keith. **A história repensada**. São Paulo : Editora Contexto, 2009.

KONDER, Leandro. **História dos intelectuais nos anos 50**. In : FREITAS, Marcos Cezar (org.) **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo : Editora Contexto, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro : Editora Contraponto, 2011.

LAJOLO, Marisa. **Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da História?** In : FREITAS, Marcos Cezar (org.) **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo : Editora Contexto, 1998.

LIMA, Luiz Costa. **Sergio Buarque de Holanda: Visão do Paraíso**. In : EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (orgs.) **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Florestan: sociologia e consciência social no Brasil**. São Paulo : Edusp, 1998.

MARTINS, Renato (org.). **Encontros: Sergio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro : Azougue Editorial, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E.P. Thompson no Brasil**. Outubro. n.14, 2º semestre, 2006.

MILLIET, Sergio. **Visão do Paraíso**. Estado de São Paulo, São Paulo, 6 dez.1959.

MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas : Editora da Unicamp, 1999.

MOREIRA, Regina da Luz. **Brasilianistas, historiografia e centros de documentação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.3.n.5, 1990, pp.66-74.

NICODEMO, Thiago Lima. **Alegoria Moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sergio Buarque de Holanda**. (tese). São Paulo : USP, 2010.

_____. **Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sergio Buarque de Holanda nos anos 1950**. São Paulo : Edusp, 2008.

PRADO, Antonio Arnoni. **Raízes do Brasil e o modernismo**. In : CANDIDO, Antonio (org.) **Sergio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo : Editora Perseu Abramo, 1998.

_____. **Nota breve sobre Sergio crítico**. In : SALOMÃO, Jayme (dir.). **Sergio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ**. Rio de Janeiro : Imago Editora, 1992.

RAGO, Margareth. **A “nova” historiografia brasileira. Anos 90**. (UFRGS), Porto Alegre v.11, 1999.

REIS, Jose Carlos. **Intérpretes do Brasil : de Varnhagen à FHC**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 1999.

SANTOS, P.A.; PEREIRA, M.H. **Odisséias do conceito moderno de história**. Revista IEB, n.50, 2010 set./mar.pp.27-78.

SCHWARTZ, Stuart B. **Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva**. Economia e Sociedade, Campinas, (13):129-153, dez. 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas : Papirus, 2002.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

_____. **Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial**. In : FREITAS, Marcos Cezar (org.) **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo : Editora Contexto, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. **Outra nota – comentário ao texto “nota breve sobre Sergio crítico”, de Antonio Arnoni Prado**. In : SALOMÃO, Jayme (dir.). **Sergio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ**. Rio de Janeiro : Imago Editora, 1992.

TUNA, Gustavo Henrique. **Novos olhares sobre velhas fontes: Sergio Buarque de Holanda e as crônicas de viagens em *Visão do Paraíso***. In : EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (orgs.) **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas : Editora da Unicamp, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **História cultural e historiografia brasileira**. História: Questões & Debates, Curitiba, n.50, p.217-235, jan./jun.2009. Editora UFPR.

_____. **Sergio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais**. In : CANDIDO, Antonio (org.). **Sergio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989.

VIANNA, Helio. **Visão do Paraíso**. Jornal do Comércio, 13 dez., 20 dez. e 27 dez.1959.

WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem do três ao um**. São Paulo : Cosac Naify, 2007.

WEGNER, Robert. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2000.